



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Famílias de sangue e de fé: o batismo como ferramenta para a construção de relações sociais entre escravos e livres da Vila de Curitiba (1680-1800)

Fernanda Nascimento de Brito

Brasília

2024

Fernanda Nascimento de Brito

*Famílias de sangue e de fé: o batismo como ferramenta para a construção de relações
sociais entre escravos e livres da Vila de Curitiba (1680-1800)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade de
Brasília, como requisito obrigatório para obtenção
do grau de Mestre em História.

Linha de Pesquisa:
História Social e suas múltiplas formas

Orientador: Prof. Dr. Jonas Wilson Pegoraro

Brasília
2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jonas Wilson Pegoraro (Orientador)

Prof. Dr. Tiago Luís Gil (Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Milton Stanczyk Filho (Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais pelo apoio incondicional ao longo da minha vida e aos meus amigos, que sempre me apoiaram e me ajudaram durante a minha trajetória. Agradeço também ao Tiago Gil, que se tornou um amigo, pelos ensinamentos, conversas, risadas e pela ajuda quando precisei. Por último, mas não menos importante, agradeço ao meu orientador Jonas Pegoraro pela paciência e ensinamentos com que me deu forças para continuar na minha jornada acadêmica.

Agradeço principalmente aos meus amigos, Amanda, Ellen, Joabe, Marcela e Pequi, pelo apoio em todos os setores da minha vida. Agradeço por terem escolhido compartilharem as suas vidas comigo.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho. Cada palavra de encorajamento, cada conselho e cada crítica construtiva foram elementos cruciais para o aprimoramento desta dissertação.

RESUMO

Neste trabalho acompanhamos a dinâmica social e as relações formadas por meio do batismo de crianças cativas entre 1680 e 1800 na Vila de Curitiba. A partir das atas batismais disponíveis no banco de dados "Paty", observamos a construção de vínculos sociais criados pelos senhores e pais escravizados para compreender quais sujeitos eram os campeões de batismos de crianças cativas, ou seja, se estes eram livres ou escravos. Tratamos especificamente do batismo de crianças filhas de mães administradas e escravizadas, para entender a formação de laços batismais e as redes sociais que esses sujeitos estavam construindo. Para analisar minuciosamente o marco temporal de 120 anos, foi necessário dividi-lo em quatro períodos de 30 anos, com a finalidade de elencar os pais espirituais mais requisitados em cada temporalidade. Desse modo, observamos as articulações dos sujeitos escravizados e administrados ao longo do desenvolvimento e crescimento populacional da Vila de Curitiba, podendo compreender como as mudanças econômicas e o aumento do número de habitantes afetaram a formação de laços espirituais nas famílias escravas. Para analisar mais a fundo os sujeitos históricos estudados nesta pesquisa, também foram utilizadas listas nominativas e escrituras da Vila de Curitiba. Portanto, tratamos das relações sociais construídas, a fim de apontar os padrões e estratégias de sobrevivência do grupo escravizado.

Palavras-chave: Família, Curitiba, escravidão.

ABSTRACT

In this work, we follow the social dynamics and relationships formed through the baptism of captive children between 1680 and 1800 in the town of Curitiba. Using the baptismal acts available in the database "Paty", we observed the construction of social bonds created by masters and enslaved parents in order to understand which subjects were the champions of baptisms of captive children, i.e., whether they were free or enslaved. We looked specifically at the baptism of children born to administered and enslaved mothers in order to understand the formation of baptismal bonds and the social networks that these subjects were building. For the purpose of thoroughly analyze the 120-year time frame, it was necessary to divide it into four 30-year periods in order to list the most requested spiritual fathers in each period. In this way, we can observe the links between enslaved and administered subjects throughout the development and population growth of the town of Curitiba, and understand how economic changes and the increase in the number of inhabitants affected the formation of spiritual ties within the slave families. The nominative lists and deeds of the town of Curitiba were also used. Therefore, we dealt with the social relationships built up in order to point out the patterns and survival strategies of the enslaved group.

Key words: family, Curitiba, slavery.

LISTA DE ABREVIATURAS

1TABCUR - Livro de Notas do 1º Tabelionato de Curitiba: a abreviação é seguida do número do livro e, ao final, do número da página do registro.

BATCUR - Livros de Batismos da Vila de Curitiba, de 1680 a 1800. A primeira numeração se refere ao número do livro e a segunda à folha de registro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Transkribus	15
Figura 02 –Banco de dados “Paty” - Batismo	17
Figura 03 - Destaque da Seção 02	20
Figura 04 - Destaque da Seção 03	20
Figura 05 - Destaque da seção 04	21
Figura 06 - Busca por informações de Luís Antonio de Albuquerque no “Paty”	23
Figura 07 - Busca por informações de Escolástica Maria no “Paty”	23
Figura 08 -Busca por informações de Escolástica Maria no “Paty”	24
Figura 09 - Interface de busca no Banco de dados	24
Figura 10 - Banco de Dados Mapas de População	31
Figura 11 - Busca por informações de Escolástica Maria no “Maços Pop”	31
Figura 12 - Busca por informações de Escolástica Maria no “Maços Pop”	31
Figura 13 - Busca por informações de Escolástica Maria no “Maços Pop”	32
Figura 14- Rotas de comércio marítimo e terrestre entre o Rio Grande de São Pedro e o Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII	37
Figura 15- Ficha de batismo de João	55
Figura 16 - Registro de batismo de Vitorino	60
Figura 17 - Ficha de batismo de Isabel	64
Figura 18 - Ficha de batismo de Francisca	85
Figura 19 - Ficha de batismo de Feliciano	92
Figura 20 - Ficha de batismo de Venâncio	92
Figura 21 - Lista nominativa do fogo de Lourenço Ribeiro de Andrade	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A distribuição da população de Curitiba em 1772 _____	44
Tabela 2 - Distribuição da população de Curitiba de 1776 até 1800 _____	44
Tabela 3 - Taxa de domicílios ou proprietários com escravos na região de Curitiba – séculos XVIII e XIX _____	52
Tabela 4 - Distribuição da população por cor e condição no Planalto Paranaense (1732-1761). _____	73
Tabela 5 - Escravos, administrados e livres no conjunto da população não branca na Paróquia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (1731-1769) _____	74
Tabela 6 - Quantidade de registros de batismos de indígenas adultos entre 1687 e 1754 _____	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - FONTES E METODOLOGIA.....	11
1.1 AS FONTES BATISMAIS E O BANCO DE DADOS	11
1.2 A TRANSCRIÇÃO DOS MANUSCRITOS.....	14
1.3 O “PATY”	15
1.4 CRUZAMENTO DE FONTES	28
1.5 REFLEXÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	33
CAPÍTULO II - DA VILA DE CURITIBA. DEMOGRAFIA E AMBIENTE.....	37
2.1 DEMOGRAFIA DA VILA DE CURITIBA.....	44
4	
Capítulo III - ESCRAVIDÃO E COMPADRIO NA VILA DE CURITIBA.....	448
3.1 ESCRAVIDÃO INDÍGENA E ESCRAVIDÃO AFRICANA.....	46
3.2 OS CAMPEÕES DE AFILHADOS.	556
3.3 PADRINHOS LIVRES E ESCRAVOS ENTRE 1710 E 1740.....	664
3.4 OS PRINCIPAIS PADRINHOS ENTRE 1740 E 1743.....	70
Capítulo IV - AS MADRINHAS PREFERENCIAIS	83
4.1 MADRINHAS ESCRAVAS E LIVRES.	83
CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	10104

INTRODUÇÃO

Na Vila de Curitiba, entre 1770 e 1800, um casal de escravos, Manuel e Teresa, apadrinhou cinco crianças cativas; também foram padrinhos de outros cativos em ocasiões diferentes. Nas atas batismais, o vigário escreveu que Teresa e Manuel eram casados e escravos de Manuel Vaz Torres. Durante esse período, o casal foi um dos campeões de batismos, pois foram bastante requisitados para serem pais espirituais de crianças cativas.

O que a escolha recorrente do casal Manuel e Teresa para apadrinhar revela sobre as alianças sociais construídas por meio do batismo de crianças cativas? As atas batismais são fontes históricas com bastante riqueza de informações sobre os envolvidos no batismo de uma criança. Isto foi útil para apontar o local social que esses sujeitos ocupavam na sociedade curitibana. Slenes defendeu a importância de recorrer ao método de ligação das fontes, para estudar a família extensa e não apenas a conjugal.¹A informação, repetida nas atas de batismo, a respeito da união entre Manuel e Teresa foi essencial para apontar a importância do casamento na sociedade colonial. Para Florentino e Góes, o casamento era uma forma de luta e resistência contra o sistema escravista.² Além disso, a união entre dois cativos permitia a construção de uma família extensa, unindo duas famílias, assim como possibilitava que o casal construísse relações por meio do batismo, como fizeram Manuel e Teresa.

O objetivo desta pesquisa foi o de analisar minuciosamente os sujeitos que mais apadrinharam crianças cativas, podendo ser filhas de administradas ou escravas, e compreender o status social desses sujeitos na sociedade curitibana entre 1680 e 1800. Nesse sentido, a fonte principal de análise foram as atas batismais armazenadas no banco de dados “Paty”, ferramenta que classificou, em cada ata batismal, os envolvidos no batismo. Esse detalhamento estabelecido no banco de dados auxiliou na identificação do local social dos padrinhos e madrinhas na Vila de Curitiba.

¹SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: as esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999. p. 123.

²GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. São Paulo: Unesp, 2017.

CAPÍTULO I - FONTES E METODOLOGIA

1.1 AS FONTES BATISMAIS E O BANCO DE DADOS

Antes de trabalhar o conteúdo e a dinâmica social em torno dos registros de batismos, é necessário compreender como as fontes batismais foram obtidas e qual ferramenta foi utilizada para melhor explorá-las. Neste primeiro capítulo será apresentado o banco de dados “Paty”, ferramenta que auxiliou na organização das atas batismais e na exploração do rico conteúdo histórico que elas contêm. Por isso, neste primeiro momento é necessário entender as normas eclesiais que eram seguidas pelos párocos para o preenchimento de atas batismais; com isso, será possível compreender como era a formação de laços a partir do ritual do batismo. Para tanto, será apresentado o banco de dados, para esclarecer a sua relevância na busca de informações e no cruzamento de fontes sobre os envolvidos no batismo, como padrinho, madrinha, mãe, pai, batizando, senhor etc.

O primeiro contato que tive com fontes batismais ocorreu em 2014, quando o professor Tiago Gil apresentou a plataforma “Paty” para a turma da disciplina de História do Brasil I da Universidade de Brasília. A plataforma foi desenvolvida pelo docente no Laboratório de História Social do Departamento de História da UnB, com a colaboração de um grupo de discentes. Após a apresentação, fiquei instigada e interessada pelas pesquisas desenvolvidas pelo laboratório³ e, a partir daí, passei a acompanhar o desenvolvimento do banco de dados coordenado pelo professor Gil. Esse contato possibilitou a familiaridade com a documentação e a plataforma, permitindo a exploração dos registros históricos e direcionando meu trabalho de conclusão de curso à análise destes documentos.⁴O “Paty”⁵ é um banco de dados que permite não só estocar informações referentes às fontes históricas mas também produzir, mediante comandos, dados relacionais

³Para saber mais sobre o laboratório, acesse <http://lhs.unb.br/lhs/>

⁴Digitalizadas em um momento anterior, as fontes estavam disponibilizadas no Laboratório e armazenadas no “Paty”. A pesquisa de final de graduação possibilitou-me percorrer a história de uma família escrava por meio das atas batismais. BRITO, Fernanda Nascimento de. **Uma visão aproximada: a família escrava em São José dos Pinhais no final do século XVIII**. 2018. 44 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

⁵O nome “Paty” refere-se à sociedade de Paty do Alferes, que foi foco da pesquisa de Felix, auxiliando no desenvolvimento do banco de dados. Ler mais em: FELIX, Letícia Coelho. **Família e os filhos naturais no Brasil colônia: análise da sociedade de Paty do Alferes no período de 1771-1795**. Monografia (Graduação) - Universidade de Brasília, 2013.

sobre diversos assuntos. Ao mesmo tempo, dada sua programação, possibilita aos pesquisadores aplicarem seu foco a determinados assuntos.⁶ Outro exemplo de banco de dados é o NACAOB, que foi desenvolvido para armazenar e organizar fontes históricas referentes a nascimentos, casamentos e óbitos disponíveis nos registros paroquiais.⁷ Percebe-se que seu nome surgiu pela junção das primeiras letras dos registros nele armazenados - nascimentos, casamentos e óbitos. Nos escritos dos criadores deste banco de dados (Ana Silvia Volpi Scott e Dario Scott) observa-se que houve a preocupação de desenvolver um banco de dados direcionado para a inserção de fontes nominativas para a reconstrução de famílias.

Ante ello, decidimos hacer un análisis comparado de los resultados obtenidos a partir de la utilización de la metodología clásica de Henry y la propuesta por Amorim. En ese sentido, Dario Scott desarrolló un programa informatizado que permitía la recolección de los datos en fichas de actos (nacimiento/bautismo, casamiento, óbito) utilizadas para el posterior cruce automático, para posibilitaren esta etapa, la reconstitución de dichas familias. Los resultados fueron, entonces, comparados a aquellos obtenidos a través de los procedimientos propuestos por Amorim.⁸

Inicialmente, o projeto foi inspirado no sistema desenvolvido por Sirtori⁹, que tinha como objetivo inicial o armazenamento de livros de batismo, casamento e óbitos.¹⁰ Porém, com o desenvolvimento do projeto, o principal propósito do “Paty” tornou-se o cruzamento dos dados obtidos, permitindo o acesso a informações de fontes diversificadas¹¹. Para dar conta do projeto foi necessário o trabalho árduo de pesquisadores na obtenção da documentação, transcrição dos registros, revisão das fontes transcritas, inserção em tabelas eletrônicas dos dados obtidos e

⁶GIL, Tiago. **Como se faz um banco de dados (em história)**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015. p. 33.

⁷SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. NACAOB: una opción informatizada para historiadores de la familia. In: CELTON, Dora; GHIRARDI, Mônica; CARBONETTI, Adrian (org.). **Poblaciones históricas: fuentes, métodos y líneas de investigación**. v. 1. Rio de Janeiro: ALAP, 2009. p. 171-185. p. 171.

⁸Ibid. Tradução livre: Tendo isto em conta, decidimos fazer uma análise comparativa dos resultados obtidos a partir da utilização da metodologia clássica de Henry e da metodologia proposta por Amorim. Neste sentido, Dario Scott desenvolveu um programa informatizado que permitiu a recolha de dados em cartões de actos (nascimento/batismo, casamento, morte) utilizados para o posterior cruzamento automático de referências, a fim de permitir a reconstituição destas famílias nesta fase. Os resultados foram então comparados com os obtidos através dos procedimentos propostos por Amorim.

⁹A dissertação de Sirtori teve foco na problemática de compreender as hierarquias sociais, sendo utilizadas fontes de batismo e róis de confessados para analisar o parentesco ritual e a escravidão na montagem da hierarquia social. Ver: SIRTORI, Bruna. **Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia: hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784)**. Dissertação (Mestrado) - PPGHIS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

¹⁰GIL, Tiago. Geografia política e mobilidade na América Lusa (São José dos Pinhais, 1770-1800). In: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. **História Social em Registros Paroquiais: Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2016. p. 146.

¹¹O “Paty” foi criado pelo programa Filemaker para o armazenamento e organização dos dados documentais.

confeção do banco de dados. Com as informações, cruzamentos e questionamentos da pesquisa, tornou-se necessário elaborar tabelas e gráficos que permitissem a inteligibilidade daquele momento histórico.¹² Conforme Barleta e Gil, “recentemente, com o uso de novas tecnologias, a possibilidade de montar mapas e escolher variáveis pôde ser ampliada. Mapas e gráficos interativos, com diversas variáveis, permitem o cruzamento de dados que dificilmente seria possível apenas com o papel.”¹³ A criação de um banco de dados talvez possa parecer um ato meramente técnico, porém há uma grande complexidade em sua confecção. O historiador ou a historiadora deve conhecer muito bem as fontes que pesquisa, bem como seus objetivos e saber como estas foram confeccionadas, suas características e finalidades. Ou seja, um arcabouço metodológico prévio é necessário para se pensar o banco de dados para seu objetivo final.

Por isso, no processo de adequar a plataforma para inserir os dados, foi “preciso saber o modo como a fonte foi construída, seu público, seus autores, seus limites, seus objetivos e quais interesses agiram para que aquele documento chegasse àquela forma.”¹⁴ No caso dos registros batismais, a fonte condutora de nossa pesquisa, eles foram idealizados para registrar a iniciação dos sujeitos no cristianismo, tendo seu padrão de escrita estabelecido pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Dessa maneira, os documentos batismais contêm informações consideradas relevantes para o corpo eclesiástico, sendo raro encontrar dados que fujam do padrão determinado. Normalmente, as atas batismais apresentam informações sobre os que participaram do batismo, como o nome dos pais, padrinhos, batizando, data e freguesia.

Para o desenvolvimento do “Paty” foi necessário percorrer um determinado caminho. As questões de método histórico, as fontes, o software utilizado, os objetivos das pesquisas dão a base para a construção do banco de dados. As questões formuladas para “conhecer aquele passado” tornam-se, assim, fundamentais para as escolhas ao longo desse processo, determinando, por assim dizer, a criação do banco de dados, seus campos, cruzamentos e funções. Portanto, o processo não se resume, apenas, a assuntos referentes à informática, pois,

¹²GIL, Tiago. **Geografia política e mobilidade na América Lusa (São Jose dos Pinhais, 1770-1800)** In: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. *História Social em Registros Paroquiais: Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX*. Mauad Editora Ltda, 2016. p. 147.

¹³GIL, Tiago Luís; BARLETA, Leonardo. Formas alternativas de visualização de dados na área de História: algumas notas de pesquisa. **Revista de História (São Paulo)**, n. 173, p. 427-455, 2015. p. 444.

¹⁴GIL, Tiago. **Como se faz um banco de dados (em história)**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015. p 18.

para obter essa organização, é necessário compreender as fontes a partir do conhecimento histórico (teórico e metodológico) sobre o universo em que elas foram produzidas.¹⁵

1.2 A TRANSCRIÇÃO DOS MANUSCRITOS

Para dar conta do grande volume de transcrição, haja vista que se trabalhou com mais de um século para essa pesquisa, utilizou-se outro programa, o Transkribus. Este software foi essencial para o desenvolvimento do projeto, pois com o seu auxílio foi possível agilizar o processo de transcrição das fontes batismais. O programa reconhece os documentos históricos, analisa as imagens e transcreve os escritos, gerando automaticamente as transcrições documentais.¹⁶ Entretanto, foi necessário “dar subsídios” para que o programa reconhecesse as palavras do manuscrito, ou seja, precisou-se codificá-lo para que a transcrição tivesse um melhor resultado. Após serem obtidas as transcrições, a equipe revisou os textos produzidos.

No artigo que trata sobre o Transkribus, seus desenvolvedores apresentam informações sobre o programa, como ele pode ser utilizado e como funciona a estrutura da plataforma.

[...] The Transkribus research infrastructure aims to provide a complete and reliable workflow for this process. Users work with Transkribus to create “ground truth” data that is suitable for machine learning. From submitted images and transcripts, the HTR engines learn to decipher (historical) handwritten or printed text from digital images and can then automatically generate transcripts of similar material.¹⁷

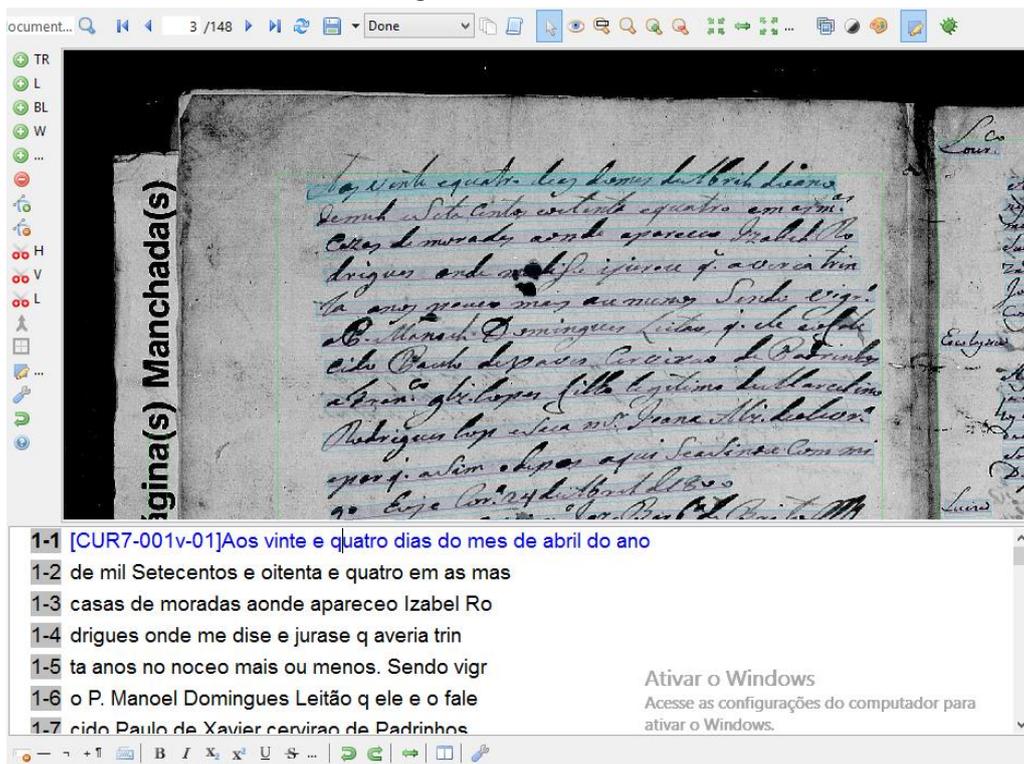
O programa foi lançado com o financiamento da European Commission’s Sventhe Framework Programme (FP7) em 2015, com o objetivo de promover a infraestrutura de pesquisas *online* para que o uso da tecnologia possibilite inovações nas áreas de humanas. Atualmente, o serviço é fornecido gratuitamente, sendo direcionado para o público que explora documentos históricos.

¹⁵Id., p. 26.

¹⁶Para mais informações sobre o processo de treinamento da plataforma, acesse: <https://readcoop.eu/transkribus/howto/how-to-train-a-handwritten-text-recognition-model-in-transkribus/>

¹⁷Tradução livre: “[...] A infra-estrutura de investigação Transkribus visa fornecer um fluxo de trabalho completo e confiável para este processo. Os utilizadores trabalham com a Transkribus para criar dados “groundtruth” que são adequados para a aprendizagem de máquinas. A partir de imagens e transcrições submetidas, os motores HTR aprendem a decifrar textos (históricos) manuscritos ou impressos a partir de imagens digitais e podem então gerar automaticamente transcrições de material semelhante.” MUEHLBERGER, Guenter et al. Transforming scholarship in the archives through handwritten text recognition: Transkribus as a case study. *Journal of documentation*, 2019. p. 957.

Figura 01 – Transkribus



Livro sétimo de batismo de Curitiba, armazenado no programa Transkribus.

A imagem acima foi retirada do sétimo livro de batismo de Curitiba, transcrito pelo programa. Na figura, pode-se observar que a linha realçada na fonte também é marcada na transcrição; esse mecanismo facilita o trabalho de correção, pois permite a localização de frases/palavras.¹⁸

¹⁸Para melhor compreensão do processo de instalação e usos do programa, ver: GIL, Tiago. "Como usar o Transkribus para o reconhecimento automático de manuscritos". In: CLIOMATICA - Portal de História Digital e Pesquisa. Disponível em: http://lhs.unb.br/cliomatica/index.php/Como_usar_o_Transkribus_para_o_reconhecimento_autom%C3%A1tico_de_manuscritos Acesso em: 3 jan. 2022.

1.3 O “PATY”

Após o processo de transcrição, as fontes foram inseridas no banco de dados que, de acordo com Gil¹⁹, funciona em três módulos. Tais módulos foram nomeados de “controles”, porque é com eles que o pesquisador consegue controlar, explorar, modificar as imagens, tarefas, dados... Para esclarecer o funcionamento dos controles, deixa-se a descrição a cargo do historiador Tiago Gil:

[...] O controle das imagens é uma tabela que organiza imagens da documentação, identificando cada uma como uma matrícula única, livro, página, localidade e outros metadados. O controle das transcrições é uma tabela relacionada com as imagens, sendo possível consultar, a qualquer tempo, a imagem do original num único clique. Há transcrições para todos os registros e cada uma delas é numerada na ordem da página original do livro, permitindo a identificação rápida da informação. O controle dos usuários faz a gestão de poderes e atribuições. Tal sistema está relacionado com os outros “controles”, de modo que cada usuário possa desempenhar tarefas, de acordo com a demanda da equipe. O quarto módulo, o controle dos dados, foi completamente baseado na base desenvolvida por Sirtori, construída de modo a permitir análises de rede, aplicações do método Henry e outras funcionalidades. Os dados dos registros são distribuídos entre duas tabelas relacionadas. No caso dos batismos, por exemplo, lista o nome da criança, as datas de nascimento e batizado, o nome de pais, avós e padrinhos, além das informações preenchidas pela ligação entre essa tabela e o controle de imagens. Os campos são completados a partir do texto da transcrição num simples movimento de arrastar e soltar. A outra tabela da base de registros dá conta das informações mais variáveis nos registros, as potenciais e eventuais informações sobre a naturalidade dos avós, se os padrinhos são casados e com quem, se são solteiros, se vivem de fazer telhados, dentre outras possibilidades infinitas.²⁰

Em complementação ao que foi indicado acima, no intuito de um melhor entendimento sobre o banco, a seguir apresento algumas imagens (*prints*) retiradas da plataforma, para que o leitor visualize o banco de dados. O objetivo é fazer com que o leitor compreenda a organização, dinâmica e layout da plataforma; mas, primeiro, é necessário compreender as estruturas que compõem uma base de dados, para entender o funcionamento do “Paty”.

Normalmente, uma base de dados é um conjunto de tabelas articuladas que podem

¹⁹GIL, Tiago. Geografia política e mobilidade na América Lusa (São José dos Pinhais, 1770-1800). In: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. **História Social em Registros Paroquiais: Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2016. p. 146.

²⁰GIL, Tiago. Geografia política e mobilidade na América Lusa (São José dos Pinhais, 1770-1800). In: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. **História Social em Registros Paroquiais: Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2016. p. 147-148.

conter diferentes tipos de informações, como nomes, datas e endereços²¹. Dessa forma, temos uma plataforma com tabelas interligadas/unidas, contendo as mais diversas informações das fontes, que formam um conjunto com o máximo de conteúdo retirado dos registros históricos. Na Figura 02 pode-se observar o registro de batismo de Isabel: veremos que é uma plataforma formada por quatro tabelas que estão interligadas, formando uma única ficha de batismo.

²¹Id., p. 50.

Figura 02 –Banco de dados "Paty" – Batismo

Aos vinte e oito de julho de mil setecentos e noventa e quatro nesta matriz do patrocínio de Sam José Batizei e pus os santos oleos a Isabel filha legitima de Sirilo forro e de sua mulher Clara **escrava de Antonio de Souza Pereira; forão **padrinhos** Luzi Antonio de Albuquerque e sua irmã Escolastica Maria filha do defunto Salvador de Albuquerque, são todos desta freguesia José de Medeiros Pereira**

3

dados **imagem**

Senhor Pai: Pai: **Isabel** sexo: **F** Senhor Mãe: filho legítimo: Legítimo: Data do batismo: **1794-07-28** Data do Nasc.:

Mãe: **Clara** Avô Materno: Avó Materna: Padre: **José de Medeiros Pereira** Igreja Capela propriedade: **Matriz**

Avô paterno: Avó Paterna: Avó Materna: Freguesia: **São José** Local do Batismo:

Padrinho: **Luis Antônio de Albuquerque** Madrinha: **Escolástica Maria** Senhor Madrinha: Local de Nascimento:

Observações: Livro: **São José_01_1LBat_SJP_126a.jpg_908** Fl.: **908**

Senhores mencionados: **Antonio de Souza Pereira** Nomes mencionados: **Cirilo, Clara, Luis Antônio de Albuquerque**

São José_01_1LBat_SJP_126a.jpg_908

inf	quem	agente	cód_agente	informação	cód_local	código
QUALI	PAI	Cirilo		Forro	São	
ECIV	PAI	Sirilo forro		Casado com Clara	São	
ECIV	MÃE	Clara		Casada com Cirilo	São	
IRMÃO	PADRINHO	Luis Antonio de Albuquerque		Irmão de Escolástica Maria	São	
DEFUNT	TERCEIRO	Salvador de Albuquerque		Já defunto	São	
FILH	MADRINHA	Escolastica Maria		Filha de Salvador de Albuquerque	São	
FILH	PADRINHO	Luis Antônio de Albuquerque		Filho de Salvador de Albuquerque	São	
QUALI	PADRE	José de Medeiros Pereira		Vigário	São	

DETALHAMENTO

Ativar o V
 Acesse as co
 ativar o Winc

Através da Figura 02 buscaremos apresentar uma melhor compreensão sobre o banco, decompondo a ficha de batismo em 4 seções. Com isso, chama-se a atenção para as informações contidas em cada campo.

A primeira seção é reservada para a transcrição do documento, de acordo com o linguajar descrito na fonte original. Já na segunda seção constam as informações, catalogadas de acordo com os requisitos do Arcebispado da Bahia, como o nome da mãe, do pai, dos padrinhos e da criança. Na terceira seção temos informações adicionais solicitadas pelo corpo eclesiástico, como data, nome do pároco, freguesia, livro de batismo e página. Por fim, na quarta seção há as informações acrescentadas pelo pároco, apresentando dados que não foram requisitados pelo Arcebispado, como o nome do marido da madrinha, a condição de forro, de filho do capitão-mor, entre diversos outros dados.

O registro apresentado na Figura 02 é a ficha de batismo de Isabel, filha de Cirilo e Clara. Na seção 01 tem-se, em negrito, a transcrição do batismo da criança. Pode-se perceber que os pesquisadores optaram pela transcrição da fonte com as características ortográficas da escrita colonial, portanto as palavras não foram modificadas para os padrões atuais da língua portuguesa. Diz o registro:

Aos vinte e oito de julho de mil setecentos e noventa e quatro nesta matriz do patrocínio de Sam José Batizei e pus os santos oleos a Isabel filha legitima de Sirilo forro e de sua mulher Clara escrava de Antonio de Souza Pereira; forão padrinhos Luiz Antonio de Albuquerque e sua irmã Escolastica Maria filha do defunto Salvador de Albuquerque, são todos desta freguesia José de Medeiros Pereira [Livro de Batismo de São José dos Pinhais, livro 01, ficha 655]

Os registros batismais abrangem grande parte da população daquela época: os filhos e filhas, tanto de senhores proprietários de terras quanto de escravos, eram inseridos nos livros paroquiais. Com isso, as fontes podem ser consideradas mais “democráticas”, por assim dizer, pois pode-se recuperar grande parcela da população através desses registros.²² Além disso, o batismo era um dispositivo fundamental para a sociedade colonial, pois marcava o ingresso do sujeito na vida cristã, fazendo com que a população o incorporasse.²³ Nesta linha, deve ser dito que o registro seguia um padrão estabelecido pelas Constituições

²²PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 142.

²³NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2015. (Demographicas, 1). p. 44.

Primeiras do Arcebispado da Bahia²⁴. Essa norma surgiu em decorrência do movimento da Contra-Reforma, na Europa, que discutia a necessidade de instrumentos que distinguissem e controlassem os adeptos ao catolicismo²⁵. Segundo Marcílio, foi no Concílio de Trento que se formulou como seria o registro de atas de batismo e casamento. Os dados a serem redigidos obrigatoriamente nas atas de batismo e em cada Paróquia, pela ordem estabelecida no Concílio de Trento, eram: a data do batismo, o nome completo do batizando, sua filiação (quando fosse conhecida), local da residência de seus pais ou responsáveis, além do nome de pelo menos um padrinho (o melhor seriam dois), que serviria de testemunha do ato e, igualmente, passaria a ser um parente espiritual, que no caso da morte dos pais deveria responsabilizar-se pela criação do afilhado; finalmente, viria a assinatura do sacerdote. Um livro especial e exclusivo deveria servir para o assento dos Registros de Batismo da Paróquia. O vigário era o responsável pela sua guarda e conservação, em arquivo da Paróquia.²⁶

Mas diversos registros contêm informações que ultrapassam as exigências do Arcebispado, como pode-se observar na ata de registro de Isabel. No registro apresentado pode-se observar que o pai era forro e a madrinha e o padrinho eram irmãos, bem como filhos de Salvador de Albuquerque, já falecido. Essas informações consideradas adicionais normalmente eram acrescentadas quando estavam presentes ao batismo pessoas populares na sociedade ou de status social elevado. Então, tais informações dependiam da família que estava participando do batismo e do interesse do pároco em registrá-las.

Na seção 02 da interface, a qual pode-se ver em destaque na Figura 03, são inseridas as informações da fonte para futuras tabulações e análises. Ela é formada por campos que armazenam as informações exigidas pelo Arcebispado e as acrescentadas pelo pároco.

Observam-se na figura os campos destinados à criança (no caso Isabel, com seu sexo representado pelo “F” de feminino e indicação de legitimidade), bem como campos reservados a informações sobre senhores (no caso da criança ser escrava; em nosso exemplo, o senhor da mãe de Isabel era Antonio de Souza Pereira), aos pais (Cirilo e Clara),

²⁴As Constituições Primeiras determinam que as atas de batismo sejam escritas da seguinte maneira: “Aos tanto de tal mez e de tal anno baptizei, ou baptizou de minha licença o Padre N. nessa, ou, em tal Igreja, a N. filho de N. e N. casados, viúvos, ou solteiros, fregueses de tal Igreja, e moradores de tal parte.”. VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707. p. 29.

²⁵MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. **Varia História**, v. 31, 2004. p. 1.

²⁶Id., p. 2.

avôs paternos e maternos (não indicados), além de padrinhos (Luís Antonio de Albuquerque) e madrinhas (Escolástica Maria), bem como aos seus respectivos senhores.

Figura 03 – Destaque da Seção 02

Senhor Pai	Isabel	sexo F	filho legítimo Legítimo
	Pai Cirilo	Mãe Clara	Senhor Mãe Antonio de Souza Pereira
Avô paterno			Avô Materno
Avô Paterna			Avô Materna
	Padrinho Luis Antônio de Albuquerque	Madrinha Escolástica Maria	
Senhor Padrinho			Senhor Madrinha

Na Seção 03, as informações se voltam para a data do batismo, a freguesia em que ocorreu, a igreja, em qual livro de batismo e folha de batismo o registro se encontra e o pároco oficiante. Por óbvio, todos os dados catalogados estão de acordo com as informações das atas.

Figura 04 – Destaque da Seção 03

Data do batismo	Data do Nasc.
1794-07-28	
Padre	
José de Medeiros Pereira	
Igreja Capela propriedade	
Matriz	
Freguesia	
São José	
Local do Batismo	
Local de Nascimento	
Livro	Fl.
Batismos 2	908
São José_01_1LBat_SJP_126a.jpg_908	

Ademais, buscou-se no banco de dados as qualidades dos envolvidos, como destacado na Figura 05. Estas “qualidades” englobam categorias como escravo, defunto, filho, irmão, etc., que, por óbvio, podem variar conforme a descrição do pároco para cada pessoa em cada registro. Por exemplo, na Figura 05 não se vê nenhum dos agentes na qualidade de capitão-mor, mas em outras atas batismais o pároco traz essa informação. Essa seção foi criada para armazenar os conteúdos que não eram solicitados pelo Arcebispado e, normalmente, não estão presentes em todas as atas. Além disso, cada registro batismal tem

suas próprias características adicionais, dependendo dos participantes e do zelo do sacerdote.

Figura 05 – Destaque da seção 04

inf	quem	agente	cód_agente	informação	jpg_908
QUALI	PAI	Cirilo		Forro	
ECIV	PAI	Sirilo forro		Casado com Clara	
ECIV	MÃE	Clara		Casada com Cirilo	
IRMÃO	PADRINHO	Luis Antonio de Albuquerque		Irmão de Escolástica Maria	
DEFUNT	TERCEIRO	Salvador de Albuquerque		Já defunto	
FILH	MADRINHA	Escolástica Maria		Filha de Salvador de Albuquerque	
FILH	PADRINHO	Luís Antônio de Albuquerque		Filho de Salvador de Albuquerque	
QUALI	PADRE	José de Medeiros Pereira		Vigário	

A seção 04 é reservada para atender aos dados que não foram categorizados pela seção 03. Nela constam as diversas qualificações das pessoas, como escravo, vigário, tenente, etc. Com isso, foi possível estabelecer, por meio da ata batismal, que a madrinha, Escolástica Maria, era filha de Salvador de Albuquerque, e o padrinho, Luís Antonio de Albuquerque, era seu irmão, filho do mesmo Salvador. Além disso, o pai da criança batizada é Cirilo, que havia conquistado, em algum momento anterior à data de vinte e oito de julho de 1794, a condição de forro.

Fontes como as atas batismais, ou seja, relativamente “padronizadas”, seguem uma certa sequência esperada pelo(a) historiador(a). Contudo, pode-se encontrar aquelas que fogem do padrão, como a aqui apresentada. Assim, os assentos de batismos podem fornecer informações sobre os laços familiares dos envolvidos, suas profissões e/ou patentes militares, nos permitindo retrair as sociabilidades formadas. Desta forma, para que esses dados não fossem excluídos do banco de dados aqui utilizado, seu desenvolvedor escolheu inserir a seção 04 para adicioná-los.

Dadas as possibilidades de cruzamento dos dados provenientes de diferentes fontes ao longo do período estudado, o “Paty” tem a capacidade de realizar buscas que nos auxiliaram a mapear os laços familiares e a rede de sociabilidade dos sujeitos.

De fato, o recurso de “busca” possibilita dar maior abrangência às informações dos sujeitos que estão “espalhadas” em fontes diversas²⁷. Além disso, os nomes de seus parceiros descritos nas informações da seção 04 nos ajudam a rastrear essas informações -

²⁷Ao utilizar a ferramenta de busca para encontrar as atas batismais das crianças escravas apadrinhadas por Luís Antonio de Albuquerque, encontramos quatro registros do primeiro livro de batismo de São José dos Pinhais, nas páginas 103, 124, 126 e 134.

nas listas nominativas, por exemplo -, possibilitando o contato com detalhes sobre a vida desses sujeitos. Atualmente, o banco de dados possui 13.911 registros de batismos da cidade de Curitiba, do final do século XVII até o início do século XIX. No total, há nove livros de batismos entre os anos de 1680 e 1800 inseridos no banco, possuindo registros de 954 crianças filhas de mães escravas/administradas. Optou-se pela busca apenas de mães com senhores, porque assim teríamos a certeza de que as crianças, provavelmente, nasceriam na condição de escravas. Acredita-se que a inserção de pais escravos casados com forras não é abarcada pela proposta da pesquisa, pois a criança nascida de uma forra não seria escrava.

Além disso, o programa é equipado com a opção de “nova solicitação”, permitindo a busca de mais de uma atribuição sobre a mesma pessoa; por exemplo, podemos pesquisar em quantos registros de batismo um determinado indivíduo participou como padrinho e senhor de cativos. Também é possível buscar mais de um sujeito de cada vez, obtendo informações variadas sobre os nomes pesquisados.

Dadas as possibilidades, realizamos uma busca para o nome de Luís Antonio de Albuquerque, padrinho de Isabel. Com o acesso às informações presentes em outros assentos batismais e o cruzamento das mesmas, identificamos que Albuquerque esteve presente em doze batismos como padrinho, sendo quatro de crianças cativas. A ferramenta de busca possibilitou o acesso às fichas em que Albuquerque está categorizado como padrinho, senhor e pai, permitindo-nos observar esse sujeito em diferentes situações, atuando em diversos espaços sociais.

De fato, nessas fichas, quatro crianças tiveram os irmãos Albuquerque como padrinho e madrinha, mas apenas Isabel era uma criança escrava. Em dois registros, Luís apadrinha dois cativos da própria irmã.

Nota-se que Luís Antonio de Albuquerque participou de relações batismais tanto de escravizados quanto de livres, mas é importante enfatizar que, em nenhum desses atos, ele fez par com madrinhas escravas, apenas com mulheres livres. Outro fato importante verificado é que, na seção 04 das fichas dos batismos em que Luís Antonio de Albuquerque participou como padrinho, frequentemente há informações adicionadas pelo pároco. Por isso, na Figura 06 será apresentada uma seção da ata de batismo de Felisberta, para que o leitor tenha contato com as demais informações encontradas sobre seu padrinho.

Figura 06 – Busca por informações sobre Luís Antonio de Albuquerque no “Paty”

inf	quem	agente	cód_agente	informação	jpg_687
ECIV	MÃE	Helena		Solteira	
QUALI	SENHOR	Antonio dos Santos Teixeira		Alferes	
ECIV	PADRINHO	Luis Antonio de Albuquerque		Solteiro	
NOTA	PADRINHO	Luis Antonio de Albuquerque		já sem pai	
MORAD	PADRINHO	Luis Antonio de Albuquerque		Morador da Vila de Curitiba	
ECIV	MADRINHA	Barbara Cascais		Solteira	
FILH	MADRINHA	Barbara Cascais		Filha de Maria Antonia de Albuquerque	
ECIV	TERCEIRO	Maria Antonia de Albuquerque		Viúva	
ESC	INOCENTE	Felisberta		Escrava	
QUALI	PADRE	José Batista Diniz		Vigário	

Na Figura 06 há a confirmação de que o pai de Albuquerque já havia falecido no ano de 1787, muitos anos antes do batismo de Isabel, em 1794. Além disso, Albuquerque continuava solteiro e morador da vila de Curitiba. Já a madrinha, Barbara Cascais, era solteira e filha de Maria Antonia de Albuquerque. É interessante observar que, apesar de Maria não ter nenhum papel relevante no sacramento, é descrita nas qualidades de terceiro e viúva. Portanto, estas atas possuem informações preciosas sobre os participantes dos sacramentos em sua quarta seção.

O mesmo procedimento foi adotado com a irmã de Luís, Escolástica Maria de Albuquerque. No banco de dados há nove registros de batismo em que Escolástica é madrinha. Dessas atas batismais, ela foi madrinha de apenas uma criança escrava, Isabel. Os registros batismais de Escolástica não são tão ricos quanto os de seu irmão, mas ainda fornecem informações que nos possibilitam levantar hipóteses sobre a sua posição dentro da sociedade curitibana. A seguir, na Figura 07, são apresentadas as informações da seção 04 da ata de batismo de 1793. Nela, Escolástica Maria era madrinha do batizando, porém há também a informação de que ela era viúva de Bernardo José. E, ao buscar o seu nome nas atas batismais como senhora de mãe escrava, foi possível localizar somente uma escrava chamada Benedita, mãe de três crianças.

Figura 07 – Busca por informações de Escolástica Maria no “Paty”

inf	quem	agente	cód_agente	informação	jpg_87'
ECIV	PADRINHO	Joaquim Ribeiro		Solteiro	
FILH	PADRINHO	Joaquim Ribeiro		Filho de Miguel Ribeiro	
ECIV	MADRINHA	Escolastica Maria de Albuquerque		viuva de Bernardo José	
QUALI	PADRE	José de Medeiros Pereira		Vigário	

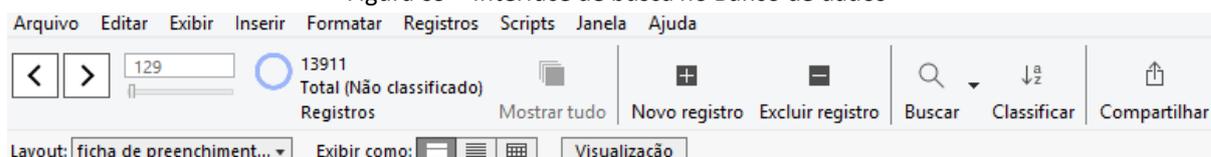
Não nos foi possível confirmar em outras fontes o estado de viuvez de Escolástica, mas é interessante notar que em outras atas batismais ela também é classificada desse modo. Por exemplo, na ata de batismo de José, filho de Benedita (escrava de Escolástica), que teve como padrinho Luís Antonio de Albuquerque, Escolástica é definida como viúva (Figura 08).

Figura 08 – Busca por informações de Escolástica Maria no “Paty”

inf	quem	agente	cód_agente	informação	jpg_973
ECIV	PADRINHO	Luis Antonio de Albuquerque		Solteiro	
ECIV	MADRINHA	Catarina Ferreira		Casada com João Antonio	
MORAD	MADRINHA	Catarina Ferreira		moradora da vila de Curitiba	
QUALI	MÃE	Benedita		Mulata	
QUALI	SENHOR	Escolástica Maria de Albuquerque		Viúva	
QUALI	PADRE	Teodoro José de Freitas Costa		Vigário	

Escolástica já constava como viúva na ata de batismo de 1778. Além disso, o banco de dados não apresenta nenhuma ata de batismo com Escolástica qualificada como casada ou solteira; as informações são sempre as mesmas, como filha de Salvador de Albuquerque e irmã de Luís Antonio de Albuquerque.

Figura 09 – Interface de busca no Banco de dados



Na Figura 09 é apresentada a interface de busca do banco de dados. Com essa ferramenta de pesquisa, podemos ver quantas crianças cativas foram batizadas em Curitiba. Na interface temos a opção de realizar busca, mas devemos solicitar somente a busca de crianças cativas. Entre os 13.911 registros, apenas 1.761 eram de escravizados. Isso ocorre porque a plataforma possibilita a realização da busca de somente crianças cativas, livres ou ambas. A ferramenta também pode ser direcionada para pais, madrinhas, padrinhos, sendo possível pesquisar somente os livres, escravos ou ambos.

[...] O que é possível (e bastante viável) é automatizar alguns procedimentos do historiador em cada uma dessas etapas, para que o pesquisador possa fazer tantas “ações combinadas” quanto pretenda de modo eficiente e criar uma ferramenta com a qual ele possa reunir os materiais, os dados, ou as “metafontes”, em um ambiente que permita seleções, buscas e ordenamentos variados sem a perda da

informação original. Em suma, trata-se de organizar o trabalho de modo a permitir experiências.²⁸

O objetivo do armazenamento e cruzamento de documentações é obter o máximo de informações sobre os agentes e suas relações. O “Paty” permite uma ampla busca nas atas batismais, possibilitando encontrar pessoas específicas, em quais batismos elas apareceram e pesquisar somente escravizados ou somente livres. Dessa forma, o banco de dados propicia a busca de mais de um indivíduo em uma única busca e, também, encontrar mais de um agente histórico. Além disso, é importante discorrer sobre como foi pensada a criação dessa plataforma, os caminhos percorridos para o alcance do resultado final, seus objetivos.

Tiago Gil descreve que há dois tipos de bases de dados: as analíticas, que foram construídas justamente para explorar os problemas da pesquisa histórica, e as empíricas, que foram desenvolvidas para armazenar as fontes e dar conta do *corpus* documental.²⁹ Pode-se afirmar que o Paty se encaixa na categoria de banco de dados empírico, pois a plataforma foi desenvolvida conforme a característica padrão das fontes batismais, tal como foram definidas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Como dito, a forma de um registro de batismo seguia um determinado padrão: data; local; ato (batismo e óleos); nome do batizando; pais e padrinhos (com as respectivas informações pessoais); assinatura do pároco.³⁰ Esse era o “modelo” a ser seguido.

Inserir essas informações em um banco de dados promove maiores possibilidades de cruzamento e reconstituição dos laços familiares e da dinâmica da sociabilidade do espaço estudado.³¹ Para Gil, não se trata apenas de usar instrumentos para comparação, mas de formalizar as informações dentro do banco de dados e obter clareza do que é estudado. No caso do estudo aqui apresentado, o banco de dados possui tabelas que classificam os sujeitos conforme eles foram descritos pelo pároco. Observa-se que os registros de batismos já possuem um padrão de preenchimento, uma classificação pré-estabelecida, sendo esse o

²⁸GIL, Tiago. **Como se faz um banco de dados (em história)**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015. p. 17.

²⁹GIL, Tiago. **Como se faz um banco de dados (em história)**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015. p. 11-12.

³⁰PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 147.

³¹GIL, op. cit., p. 21.

modelo escolhido para ser mantido.³² É perceptível que o armazenamento das informações ocorreu pelo “desmonte” das fontes, seccionando-as para inseri-las em categorias que pudessem ser compreendidas e transportadas para o banco de dados. Gil indica que, para criar um banco de dados, é preciso tal ato para reorganizar os dados contidos nas fontes.

A criação de base de dados tem como pressuposto a possibilidade de tomar um papel velho, que a pesquisa transformará em fonte, de modo a produzir um “desmonte”. Em outras palavras, vamos tomar um documento e desfazê-lo em pedacinhos. Mas esse procedimento só terá sentido se os pedacinhos forem reorganizáveis depois, se pudermos apresentar diferentes problemas para transformar aquele conjunto de pedacinhos em uma narrativa clara. E o mais importante: nesse processo todo de desmonte, é o historiador que deve estar coordenando tudo, decidindo, optando, remontando as coisas segundo critérios do nosso métier. E é preciso muito planejamento para que as bases sejam úteis nesse processo.³³

Por óbvio, os registros batismais não foram criados para a investigação histórica. Hameister enfatiza esse elemento, indicando que estes registros foram produzidos para oficializar o ingresso da pessoa no cristianismo. O uso dessas fontes para além da compreensão do registro de um novo cristão extrapola sua intenção primária. É um cuidado que o pesquisador necessita ter quando utiliza esta documentação.³⁴ Um exemplo de como as fontes batismais podem ser exploradas para além de seu objetivo primeiro é o estudo realizado pelo historiador Sérgio Nadalin sobre crianças nascidas em Curitiba de mães solteiras. Nadalin observou as idades dos batizados durante alguns anos dos séculos XVIII e XIX, constatando que “é possível supor que as crianças de uns setecentos estendidos fossem batizadas geralmente antes do primeiro mês de idade”.³⁵ De fato, existem assentos cujos conteúdos são bem detalhados e outros não. No caso dos que trazem diversas informações, geralmente são registros concernentes à parcela populacional mais abastada da localidade. Nesse caso, além dos dados rotineiros, constam o nome, lugar de origem e residência dos avós do batizando e também dos padrinhos. Sabe-se que essas pessoas, de um nível social

³²Ibid.

³³GIL, Tiago. **Como se faz um banco de dados (em história)**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015.p. 22.

³⁴HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado em História Social) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. p. 6.

³⁵Id., p. 44-45.

mais elevado, eram ricos proprietários, altos funcionários ou militares mais graduados, descendentes de famílias “paulistas” ou originárias do Reino.³⁶ Como apresentado, o registro de informações pelo pároco além daquelas solicitadas pelo corpo eclesiástico conduz à conclusão de que tais conteúdos acabavam por distinguir esses sujeitos no interior de seu corpo social. Nota-se que os padrinhos e madrinhas livres possuem maiores informações sobre suas relações sociais, profissões, estado conjugal. Outro fator observado é que pais espirituais filhos de tenentes, alferes, capitães-mores e/ou pertencentes a uma família com um fogo (mesmo que pequeno) também têm mais informações descritas nas atas de batismo.

Para as pesquisas históricas isso é benéfico, pois podemos analisar os nomes de pais ou companheiros para rastrear as relações sociais que as famílias construíram. Por exemplo, as fontes confirmam que Luís Antonio de Albuquerque e Escolástica eram filhos de Salvador de Albuquerque, possibilitando a pesquisa sobre Salvador no banco de dados; mas não encontramos nenhum registro de Salvador como padrinho e senhor. Então, infelizmente, não há a possibilidade de expandir a análise para o pai de Luís e Escolástica.

Além disso, notou-se uma distinção entre as fontes referentes a pessoas livres e escravizadas: observa-se que os pais espirituais escravizados, normalmente, não possuem informações sobre os seus familiares. A única exceção era sobre os padrinhos e madrinhas casados, pois frequentemente este era um dado descrito pelo pároco na ata. Dessa forma, é possível recorrer às fichas de batismo em que o cônjuge do padrinho ou madrinha participou, a fim de traçar as relações que foram construídas. Com isso, ultrapassamos os laços que os próprios pais espirituais estabeleceram, para observar também os laços dos seus companheiros. Além disso, em se tratando de padrinhos ou madrinhas escravizados, as informações sobre os senhores podem auxiliar na descoberta do fogo a que os padrinhos e madrinhas pertenciam, sendo que o tamanho deste fogo também influenciava na escolha de pais espirituais.

De acordo com Hameister, as fontes batismais são úteis para observarmos fatos populacionais, fenômenos das mentalidades, opiniões, decisões que são pensamentos e

³⁶Id., p. 57.

crenças das massas.³⁷ Portanto, nesta pesquisa serão exploradas as conjunturas da sociedade, indo de encontro às decisões daquela população. As atas batismais auxiliam na compreensão sobre as escolhas para padrinhos e madrinhas, evidenciando esses fatos construídos pela sociedade curitibana. Nadalin descreve que, por meio de fontes históricas, podemos levantar questões sobre as relações da sociedade, sendo que o estudo dessas relações se encontra no âmbito da história demográfica ou história das populações e se articula com a história social.³⁸ Observamos que o banco de dados “Paty” permite a construção das relações daquela população, sejam relacionamentos batismais, familiares ou conjugais. Isso porque podemos explorar além dos laços de padrinhos e madrinhas, reconstruindo famílias e relacionamentos por meio das fontes.

1.4 CRUZAMENTO DE FONTES

Além do “Paty” foi utilizado outro banco de dados, no qual estão inseridas as listas nominativas de habitantes da vila de Curitiba. As listas nominativas de habitantes foram “censos” realizados nos séculos XVIII e XIX. Tal documentação possibilita compreender a estrutura populacional da localidade, bem como outros aspectos da vida e sociabilidade dos sujeitos. Entretanto, ao contrário das fontes batismais, as listas nominativas não seguem um padrão definido: algumas listas nominativas apresentam maiores informações acerca de uma parcela significativa da população, como, por exemplo, escravizados, crianças e agregados.

A finalidade das listas era fornecer às autoridades listagens atualizadas da população masculina apta a servir nas obrigações militares da Colônia.³⁹ Tal cenário é corroborado por Sérgio Odilon Nadalin, que ressalta as tensões nas fronteiras meridionais do Império luso na América e, com isso, a necessidade de recensear a população masculina, com fins militares. Ademais, o autor relaciona as listas ao projeto pombalino de modernizar a administração da

³⁷HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado em História Social) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. p. 70.

³⁸NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2015. (Demographicas, 1). p. 40.

³⁹GIL, Tiago. **Como se faz um banco de dados (em história)**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015.p. 47.

Coroa lusitana, com o objetivo de conhecer mais detalhadamente a composição da sociedade e melhorar a arrecadação dos cofres da monarquia.⁴⁰ As listas nominativas foram exploradas através do uso do método onomástico por Hameister, que as utilizou para investigar as estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande, entre 1753 e 1763.

Se para Carlo Ginzburg o nome é o caractere único que identifica os agentes sociais, para Wrigley e Winchester não somente não é o único como muitas vezes é insuficiente para uma identificação com pouca margem de dúvidas. Considerando que os registros batismais são fartos em registros mas nem sempre são muito detalhados ou precisos, trabalhar com cruzamento nominal ou com o método onomástico como o chamou Ginzburg (1989) foi, por paradoxal que possa parecer, a grata tarefa de tirar leite de pedras.⁴¹

Nesta pesquisa utilizamos a metodologia onomástica e o cruzamento das fontes (registros batismais/listas) para englobar os espaços de sociabilidade dos sujeitos. Por exemplo, nas imagens do banco de dados confirmamos, através dos nomes, que Escolástica Maria era filha de Salvador Albuquerque, irmã de Luís Antonio e viúva. Pode-se ter certeza dessa afirmação porque o nome referenciava os sujeitos, portanto Escolástica sempre era descrita como filha de Salvador e/ou irmã de Luís, enquanto este era definido como filho de Salvador. Havia outras madrinhas com o nome de Escolástica Maria, mas elas são identificadas como filha/irmã de outra pessoa e/ou como casada, na época em que a Escolástica específica era definida como viúva.

Outros documentos que apresentam mais informações sobre Escolástica são as listas nominativas. A lista de 1789 assinala que Escolástica Maria era chefe de um fogo com cinco escravos. Por óbvio, essa informação não estava disponível nas atas batismais, mas as listas nos transmitiram esse dado que, por sua vez, possibilita pensar a personagem em outras esferas e dinâmicas.

A Figura 10 apresenta a interface do banco de dados “Maços população”, que armazena listas nominativas e possui documentos dos anos de 1776, 1777, 1781-1783, 1786, 1789–1793 e 1795-1797. No total foram inseridos 44.634 registros das localidades de

⁴⁰Id., p. 48.

⁴¹HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado em História Social) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. p. 30.

Curitiba levantados nesses anos; porém, é necessário explicitar que as fontes nominativas serão usadas como apoio para pesquisar os sujeitos identificados nas atas batismais.

Nas Figuras 10, 11 e 12 apresenta-se a lista nominativa referente ao fogo de Escolástica Maria, no ano de 1789, na localidade de Tatuquara, em Curitiba. Segundo a seção 01, nas características como idade e categoria, ela foi descrita com chefe do fogo e com 49 anos à época. Na opção de sexo observa-se o “F”, representando o feminino, e em Estado Civil a letra “V”, de viúva.

A informação de que Escolástica é viúva, na lista nominativa de 1789, vai de encontro às fontes batismais, que descreviam esse estado civil. Enquanto explorava somente as atas de batismo, encontrei três registros de batismo dos filhos de Benedita (dos anos de 1778, 1794 e 1800), mas apenas dois deles citavam que Escolástica era viúva. Nas três atas, Escolástica é senhora de Benedita e seu irmão Luís era padrinho das crianças.

Na seção 02, representada na Figura 12, pode-se observar com maior nitidez a composição do fogo de Escolástica; seu irmão tinha 47 anos e a letra “S”, ao lado de suas características, indica que ele era solteiro. A exposta chamada Maria tinha nove anos e era solteira. Nota-se que os cinco escravizados não tiveram sua idade ou estado civil descritos; supõe-se que não seria interessante para quem produzia o documento informar sobre esses sujeitos.

Figura 10 – Banco de Dados Maços de População

Fontes		Listas		Agregados		Seção 01											
Fogo	mat.	Quali	Nome	Idade	Sexo	Categoria	E. Civil	natural	Vila	Sub_divisão_bairro_	Ano	Companhia	contagem escravos	total de fogo	ESC	P	F
1839	1839	[293]	Escolastica Maria	49	F	Chefe	V		Curitiba	Tatuquara, bairro de	1789	1.a Cia	5	8			
FOGO	nome	Nome & Local	primeiros	último	sem_partícula	PRODUÇÃO	Seção 02										
Curitiba1789-Tatuquara,	Escolastica Maria		Escolastica	Maria		49	Chefe	V	Curitiba	Tatuquara, bairro de	1789						
Curitiba1789-Tatuquara,	Luis Antonio		Luis	Antonio		47	Irmão	S	Curitiba	Tatuquara, bairro de	1789						
Curitiba1789-Tatuquara,	Maria		Maria			9	Exposta	S	Curitiba	Tatuquara, bairro de	1789						
Curitiba1789-Tatuquara,	escravo		escravo				Escravo		Curitiba	Tatuquara, bairro de	1789						
Curitiba1789-Tatuquara,	escravo		escravo				Escravo		Curitiba	Tatuquara, bairro de	1789						
Curitiba1789-Tatuquara,	escravo		escravo				Escravo		Curitiba	Tatuquara, bairro de	1789						
Curitiba1789-Tatuquara,	escravo		escravo				Escravo		Curitiba	Tatuquara, bairro de	1789						
Curitiba1789-Tatuquara,	escravo		escravo				Escravo		Curitiba	Tatuquara, bairro de	1789						

primeiros nome	contagem escravos	total de fogo	Média
Escolastica	5	8	5
sobrenome			Máx
Maria			5
sem_partícula			Min
Escolastic	2		5
nome_original			Desvio Padrão
Escolastica			0

Figura 11 - Busca por informações de Escolástica Maria no “Maços Pop”

Fontes		Listas		Agregados													
Fogo	mat.	Quali	Nome	Idade	Sexo	Categoria	E. Civil	natural	Vila	Sub_divisão_bairro_	Ano	Companhia					
1839	1839	[293]	Escolastica Maria	49	F	Chefe	V		Curitiba	Tatuquara, bairro de	1789	1.a Cia					

Figura 12 - Busca por informações de Escolástica Maria no “Maços Pop”

Curitiba1789-Tatuquara,	Escolastica Maria	49	Chefe	V	Curitiba	Tatuquara, bairro de	1789
Curitiba1789-Tatuquara,	Luis Antonio	47	Irmão	S	Curitiba	Tatuquara, bairro de	1789
Curitiba1789-Tatuquara,	Maria	9	Exposta	S	Curitiba	Tatuquara, bairro de	1789
Curitiba1789-Tatuquara,	escravo		Escravo		Curitiba	Tatuquara, bairro de	1789
Curitiba1789-Tatuquara,	escravo		Escravo		Curitiba	Tatuquara, bairro de	1789
Curitiba1789-Tatuquara,	escravo		Escravo		Curitiba	Tatuquara, bairro de	1789
Curitiba1789-Tatuquara,	escravo		Escravo		Curitiba	Tatuquara, bairro de	1789
Curitiba1789-Tatuquara,	escravo		Escravo		Curitiba	Tatuquara, bairro de	1789

Lista nominativa da localidade de Tatuquara, em 1789, presente no banco de dados Maços Pop.

Figura 13 - Busca por informações de Escolástica Maria no “Maços Pop”

	contagem escravos	total do fogo	ESC	P	P
s	5	8			
	0	26			
primeiro_nome	Média				
Escolastica	5				
	Máx				
	5				
	Min				
	5				
	Desvio Padrão				
	0				

A seção 03 é um resumo do fogo de Escolástica, sendo confirmado que ela tinha cinco escravos no total. A senhora do fogo tinha uma criança exposta⁴², mas esta não era contada como cativa. Esses fatos não foram abarcados pelas fontes batismais, pois não eram de interesse para as finalidades específicas dessa documentação. A idade da chefe, de seu irmão e da exposta eram apresentadas na lista; como pode ser visto, em 1789 Escolástica tinha 49 anos e Luís Antonio, 47. Tal informação é relevante para podermos deduzir suas idades quando foram padrinho e madrinha de Isabel. O registro das idades dos membros da família nas listas nominativas era fator comum, exceto no caso dos escravizados. Com isso, pode-se reconstruir uma “linha cronológica” da vida desses sujeitos e observar as mudanças ocorridas no fogo e em seus círculos, com o cruzamento com as atas batismais. No banco de dados “Maços de População” há uma quantidade de listas nominativas datando do final do século XVI até o início do século XIX, que possibilitam o contato com diversas trajetórias de vidas, aspectos sociais, relacionamentos. São diversos aspectos que foram explorados,

⁴²Quando uma pessoa é caracterizada como exposta, significa que ela foi abandonada quando era uma criança pequena. Ver: CAVAZZANI, André Luiz. Brasil Colônia: o abandono de crianças. **Revista Vernáculo**, v. 1, n. 2, 2000.

entretanto, tendo sempre como foco observar os principais padrinhos e madrinhas que apadrinharam crianças cativas em Curitiba.

Tais documentos vão direcionar nossa pesquisa tanto em uma perspectiva demográfica como em uma dimensão social. Trabalharemos com ambas as perspectivas, pois junto ao levantamento de dados quantitativos sobre a quantidade de crianças escravas batizadas e seus padrinhos/madrinhas, será analisado o aspecto social, lançando mão, principalmente, da micro-história e da análise de redes sociais.

1.5 REFLEXÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

O banco de dados possui fontes batismais de um longo período de 130 anos, sendo a amostra documental de todo esse período de 13.908 registros, com apenas 1.761 de crianças filhas de mães escravas/administradas. Cabe lembrar que os indígenas muitas vezes eram descritos nos registros batismais como escravos e não administrados. Esta pesquisa não restringe a análise somente a cativos negros, ou seja, descendentes de africanos, pois os administrados também tinham sua força de trabalho explorada em regime de escravidão. Por esse motivo, contabilizamos as atas de filhos com mães escravas e indígenas, pois provavelmente os filhos destas também estariam em regime de exploração.

Diante dessa longa duração, foi necessário dividi-la em quatro períodos: o primeiro de 1680 até 1710, o segundo de 1710 até 1740, o terceiro de 1740 até 1770 e, por último, de 1770 até 1800. Nota-se que cada divisão tem o período de recorte de 30 anos. Isso é para a melhor análise do crescimento da Vila de Curitiba durante estes 120 anos e para compreender como foram construídas as relações batismais de crianças escravas diante das mudanças na sociedade. Desse modo, será possível observar a quantidade de batismos de crianças cativas no início da povoação e ao longo do crescimento do local, pois no século XVII o planalto curitibano possuía uma economia de subsistência, não atraindo habitantes em quantidades significativas, com o crescimento populacional ocorrendo somente a partir da segunda metade do século XVIII.

O primeiro recorte, entre 1680 e 1710, se inicia quando a vila, ainda com poucos habitantes, tinha a mão de obra indígena como principal força de trabalho. Dessa forma, será analisado como se dava o batismo na vila, juntamente com a diminuição da população indígena e o crescimento dos escravos africanos e descendentes. Esse aumento influenciou na quantidade de batismos de crianças escravas; assim, é possível observar se houve o surgimento de novos nomes para padrinhos e madrinhas. Dessa forma, poderemos observar as relações batismais dentro de um cenário em que houve o crescimento da população cativa de origem africana e a diminuição dos indígenas nos registros batismais.

O aumento de escravos africanos começou a se acentuar a partir da segunda metade do século XVIII; na comarca de São Paulo, os censos populacionais apresentam a partir de 1772 uma presença significativa de africanos e seus descendentes.⁴³

Para entender como eram direcionadas as escolhas de padrinhos e madrinhas, foi necessário separá-los em duas categorias: escravos e livres; desse modo, pudemos verificar qual grupo era o mais requisitado quantitativamente. Isso é importante para traçar a sua posição social e investigar o seu papel dentro da sociedade curitibana.

Raramente as atas batismais apresentam a cor dos envolvidos no batismo, como padrinhos, madrinhas e pais; essa era uma característica que dependia da visão do pároco sobre o sujeito e poderia mudar, por exemplo, se um escravo se tornasse liberto, passando de negro para pardo ou até mesmo para branco. Por isso, as características atribuídas aos padrinhos e madrinhas são diversificadas, podendo mesmo ser contraditórias. Assim sendo, observaremos as qualidades descritas na fonte, se eram livres, capitães, escravos e a qual fogo pertenciam, se este era pequeno ou grande, se eram senhores de escravos e quantos possuíam.

Por esta razão, não se pretende reduzir esses laços apenas a números ou dados; quer-se aqui compreender quais elementos sociais os pais espirituais possuíam. A cor é um

⁴³MACHADO, Cacilda da Silva. **A trama das vontades**: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 115-116.

exemplo de qualidade social que definia as relações: como boa parte da população livre colonial era formada por forros e seus descendentes, essa característica expressava a condição social do sujeito e não somente sua aparência física.⁴⁴ Para Machado, na região do Paraná a cor reforçava a condição de escravo; isso porque boa parte da população era tida como parda, sugerindo que a maioria dos livres descendia de escravos.⁴⁵ A cor remetia ao lugar social do sujeito e era uma condição construída: expressava uma hierarquia e, por isso, não era uma marca insuperável ou imutável.⁴⁶ Como dito, os laços estabelecidos na pia batismal provavelmente teriam uma dimensão social além da estrutura da Igreja. Tais relações poderiam ser usadas para reforçar laços já existentes, corporificar relações com sujeitos pertencentes à classe social superior ou com os seus semelhantes.⁴⁷ Isto é, os laços batismais poderiam ser uma escolha (estratégia) “horizontal” ou “vertical”.⁴⁸ Por outro lado, não era somente tal relação que mostrava o quanto determinado sujeito era bem ou malquisto, pois o próprio batismo poderia apresentar isso. O apadrinhamento também era um mecanismo de afirmação social, visto que o tamanho do capital social poderia ser avaliado pelo número de vezes que tal pessoa havia sido convidada a ser padrinho/madrinha.⁴⁹ Como indicado, reforça-se que o batismo ultrapassava o ciclo religioso, afetando e influenciando a vida social das pessoas.⁵⁰ O capital social é uma característica que detinha muitas nuances. Por exemplo, no universo dos livres existiam pessoas com prestígio social e honra, mas que não possuíam fortuna.⁵¹ Ser apenas livre não

⁴⁴GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo**: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018. p. 88-89 e 94.

⁴⁵MACHADO, Cacilda da Silva. **A trama das vontades**: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 85.

⁴⁶Id., p. 93.

⁴⁷SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Trad. Jussara Simões. Bauru: Edusc, 2001. p. 266.

⁴⁸BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-ANPUH. **Anais**. São Paulo, 2011. p. 2.

⁴⁹UBERTI, Hermes. Os Alves da Conceição e as muitas faces do compadrio. **Revista Latino-Americana de História**, v. 4, n. 13, p. 88-108, 2015. p. 90.

⁵⁰STANCZYK FILHO, Milton. **À luz do cabedal**: acumular e transmitir bens nos sertões de Curitiba (1695–1805). Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 2005. p. 90.

⁵¹Id., p. 15.

era o suficiente para gozar de prestígio ou distinção social.⁵² Nas fontes é possível encontrar pessoas livres afortunadas ou desafortunadas; para ter mais informações sobre seu estrato social deve-se recorrer a outras fontes, a saber: registros de casamento, listas nominativas, testamentos, inventários *post mortem*, etc. Outra informação que pode auxiliar na pesquisa é o nome, pois na sociedade colonial este servia para determinar o pertencimento a uma determinada família.⁵³ Com essas considerações, pode-se questionar se o padrinho pertencia a uma família nobre, qual a área de atuação econômica de sua família, e se prosseguiram mantendo a “nobreza” pela via matrimonial. A preferência de analisar apenas os batismos de crianças escravizadas e administradas, excluindo os adultos, se deu porque a escolha dos padrinhos envolve a vontade dos pais da criança e do senhor. E também não há dúvidas de que o batismo de crianças escravas era uma regra na sociedade escravista⁵⁴, pois a Igreja Católica incentivava o batismo e as Constituições do Arcebispado da Bahia recomendavam que os senhores as batizassem mesmo se os pais se opusessem.⁵⁵

⁵²Id., p. 77.

⁵³STANCZYK FILHO, Milton. *À luz do cabedal*: acumular e transmitir bens nos sertões de Curitiba (1695–1805). Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 2005. p. 76.

⁵⁴LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006. p. 236.

⁵⁵DA VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, 2011. p. 21.

CAPÍTULO II - DA VILA DE CURITIBA. DEMOGRAFIA E AMBIENTE

Figura 14 - Rotas de comércio marítimo e terrestre entre o Rio Grande de São Pedro e o Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII.



Fonte: PINHEIRO, 2022, p. 14.

Primeiramente, a descoberta de ouro em Paranaguá e, posteriormente, no planalto curitibano, atraiu a ocupação da região por faiscadores,⁵⁶ mineradores que procuravam ouro

⁵⁶BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII (1751-1800) segundo os registros paroquiais**. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 1974. p. 5.

no leito dos rios.⁵⁷ Mais tarde, a região do planalto passou a ser percorrida pelos vicentistas,⁵⁸ no final do século XVI, em busca de indígenas, e pelos sertanistas que, além de capturar os nativos, procuravam metais.⁵⁹ Assim como todo o território da capitania paulista, a Vila de Curitiba teve, no início, uma população diminuta e dispersa.⁶⁰ No final do século XVI, o governador D. Francisco de Souza veio para a capitania paulista com o objetivo de organizar e dirigir a procura de ouro e prata, mas não obteve êxito em sua busca.⁶¹ A falta de metais preciosos, descrita por Souza, não impediu que os vicentistas continuassem a procurar ouro na região, e os bandeirantes continuaram se empenhando na busca por indígenas.⁶² A atividade de explorar ouro era penosa, sendo os indígenas escravizados responsáveis pelo trabalho.

[...] essas dificuldades obrigaram os que procuravam ouro a se fixar com residência nos campos de Curitiba e no litoral de Paranaguá. Assim, antes da fundação das vilas, já existiam povoados nesses lugares. Habitavam esses povoados famílias dos mineradores que se dedicavam, primeiro, à cata do ouro de aluvião, embora o que se procurasse fossem minas, isto é, betas, como se dizia.⁶³

Ébano Pereira esteve onde seria a Vila de Curitiba em 1639, por ordem do Governador Salvador Correia de Sá e Benevides, e registrou a descoberta de ouro em ribeiros da região.⁶⁴ Segundo Cardoso e Westphalen, as distâncias e dificuldades de trânsito

⁵⁷Faiscadores podiam ser homens livres ou escravos que não tinham ferramentas apropriadas para extrair ouro e utilizavam suas próprias mãos para exercer o trabalho. Ver: KANTOR, Iris; GONÇALVES, Andrea Lisly. **O trabalho em Minas Colonial**. São Paulo: Atual, 1996. p. 13.

⁵⁸Vicentistas eram homens oriundos da capitania de São Vicente. Ver: RAUBER KNORST, P. A. Repensando alguns traços históricos de Santa Catarina. **Unoesc & Ciência - ACHS**, v. 2, n. 2, p. 198–205, 2012.

⁵⁹WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva P.; MACHADO, B.P. **História do Paraná**. v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 26.

⁶⁰KUBO, Elvira Mari. **Aspectos demográficos de Curitiba: 1801-1850**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974. p. 41.

⁶¹WESTPHALEN; BALHANA; MACHADO, op. cit., p. 28-29.

⁶²Ibid.

⁶³Id., p. 29-30.

⁶⁴LICCARDO, Antonio; SOBANSKI II, Arnoldo; CHODUR, Nelson Luiz. O Paraná na história da mineração no Brasil do século XVII. **Boletim Paranaense de Geociências**, v. 54, 2004. p. 34.

na região propiciaram a fixação dos mineradores e seus familiares no litoral, na região de Paranaguá, e nos campos de Curitiba, construindo arraiais nessas áreas. Nadalin observa que em 1640 já havia alguns moradores que criavam gado, pois os campos de Curitiba eram excelentes para manter estes animais⁶⁵. Desse modo, o planalto foi povoado por “homens bons” e aventureiros, como ex-faiscadores, que se tornaram criadores de gado.⁶⁶ Observa-se que o pastoreio permite inferir a existência de uma população instalada na região, porém esta não vivia em boas condições. Burmester afirma que os habitantes que se fixaram, aproximadamente, antes de 1641, viviam em condições de miserabilidade. Em 1646 intensificou-se a entrada de vicentistas em Paranaguá e Curitiba com o objetivo de explorar a área em busca de ouro.⁶⁷ A Vila de Curitiba foi povoada majoritariamente por portugueses, espanhóis e descendentes, que saíam das vilas da capitania paulista, principalmente, em busca de ouro. Porém, logo percebeu-se que os metais preciosos eram escassos, levando à decadência da mineração e, conseqüentemente, à estagnação da região.⁶⁸

De acordo com outras fontes documentais, em 1651 havia habitantes no litoral paranaense e no planalto curitibano que constituíam comunidades próprias, sendo a região de Paranaguá o centro dessas localidades; o fato dessa população derivar da capitania de São Paulo levou a uma diferenciação e ao desenvolvimento de características próprias nos povoadores desta região.⁶⁹

Na região de Curitiba, a população se estabeleceu juntamente à Paróquia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, e ambas se desenvolveram juntamente.⁷⁰ De acordo com Kubo, não há registros que confirmem a data exata da criação da paróquia, mas a historiografia

⁶⁵NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001. p. 49.

⁶⁶Id., p. 43.

⁶⁷LICCARDO, Antonio; SOBANSKI II, Arnoldo; CHODUR, Nelson Luiz. O Paraná na história da mineração no Brasil do século XVII. **Boletim Paranaense de Geociências**, v. 54, 2004.

⁶⁸BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII (1751-1800) segundo os registros paroquiais**. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 1974. p. 5

⁶⁹WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva P.; MACHADO, B.P. **História do Paraná**. v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969.p. 32.

⁷⁰KUBO, Elvira Mari. **Aspectos demográficos de Curitiba: 1801-1850**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974. p. 12-13.

descreve que, em 1654, já havia habitantes estabelecidos às margens do Rio Atuba. Em 1684 a Paróquia já existia, pois há um registro de batismo documentado em livro rubricado pelo visitador Philippi de Campos desse ano.⁷¹

Curitiba foi elevada à categoria de vila em 1668, por reivindicação de seus moradores, que sentiam a necessidade de ter um aparato de ordem civil.⁷² Em 1668, foi elevada à condição de Vila, a partir da petição dos moradores para o estabelecimento das justiças. Entretanto, a posse do primeiro concelho camarário apenas se efetivou em 1693".⁷³

Enquanto Curitiba tornava-se vila, as expectativas de encontrar ouro e prata em abundância foram dissipadas, e vários mineradores abandonaram a região. Na vila ficaram aqueles que se estabeleceram com roças e currais.⁷⁴

No século XVIII os mineradores paulistas emigraram, principalmente, para Minas Gerais e Cuiabá. Isto propiciou que o litoral de Paranaguá e os campos de Curitiba passassem a ser uma base geográfica para uma comunidade, permitindo que estas regiões se expandissem geograficamente.⁷⁵ Para Westphalen, Balhana e Machado, a comunidade curitibana surgiu da expansão de Paranaguá.

Segundo Burmester, a decadência da mineração levou a vila de Curitiba à estagnação. A partir daí, os moradores do planalto se tornaram dependentes da agricultura, necessitando de outra atividade econômica que possibilitasse sua integração na economia da colônia portuguesa. A criação de gado foi a principal atividade favorecida pela conjuntura econômica da época, pois a descoberta de minas na região central do Brasil levou à

⁷¹KUBO, Elvira Mari. **Aspectos demográficos de Curitiba: 1801-1850**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974. p 12-13.

⁷²Id., p. 40

⁷³ARAÚJO, Danielle Regina Wobeto de. **Um “Cartório de Feiticeiras”**: direito e feitiçaria na Vila de Curitiba (1750-1777). Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. p. 130.

⁷⁴WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva P.; MACHADO, B.P. **História do Paraná**. v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 40.

⁷⁵Id., p. 39.

necessidade de abastecimento dos arraiais mineradores.⁷⁶ Para a autora, a sociedade curitibana estruturou-se com base na criação de gado por causa do estímulo gerado pelas áreas de mineração.

Havia fazendas de criação de gado nos Campos Gerais do Paraná que se desenvolveram para a venda de gado aos mineiros, porém sua produção era insuficiente para abastecer a população de Minas Gerais.⁷⁷ Segundo Westphalen, Balhana e Machado, na região serrana do Rio Grande existiam rebanhos de gado selvagem que poderiam ser conduzidos para a região mineira, mas não havia ligação entre as terras de Curitiba e o Rio Grande. Diante desse cenário, o governador da Capitania de São Paulo solicitou a abertura de estradas entre as duas áreas, a fim de possibilitar a condução de gado e, em 1731, a primeira tropa percorreu a estrada entre as duas regiões.⁷⁸ Para os historiadores, isto contribuiu para que o tropeirismo se tornasse uma atividade econômica na capitania paulista. O período de exercício desta atividade econômica ficou conhecido como o “ciclo das tropas”, começando em 1731 e terminando na década de 1870.⁷⁹

Para Machado, a construção de estradas foi importante para a Vila de Curitiba, pois permitiu que a região se tornasse independente e tivesse acesso a outras localidades.⁸⁰ A criação e comercialização de gado proporcionou prosperidade para a vila de Curitiba, mas a agricultura prosseguia sendo uma atividade limitada e voltada à subsistência dos próprios habitantes.⁸¹ Os problemas de abastecimento eram perceptíveis às autoridades, que buscaram incentivar o cultivo de gêneros alimentícios como mandioca e trigo.⁸²

⁷⁶BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII (1751-1800) segundo os registros paroquiais**. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 1974. p. 6

⁷⁷WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiya P.; MACHADO, B.P. **História do Paraná**. v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 64.

⁷⁸Id., p. 64-65.

⁷⁹Ibid.

⁸⁰NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001. p. 49.

⁸¹BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII (1751-1800) segundo os registros paroquiais**. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 1974. p. 7.

⁸²Id., p. 8.

A preocupação com a ineficiência nesse setor gerou uma manifestação da Câmara de Curitiba, através de um documento em que eram descritas a baixa fertilidade das terras da vila e as dificuldades dos moradores para produzir lavouras.

Os moradores da freguesia desta vila [de Curitiba], além de não serem as terras muito frutíferas, e porque não têm para que nem para onde dêem consumo ao fruto de suas lavouras, estão já no costume de plantarem tão somente quanto baste para o sustento de suas famílias, porque sempre o que lhe sobra o perdem do bicho, e se o aproveitam é só emprestando aos vizinhos que precisam, para o tornarem quando o tem, por estes motivo já estão em hábito de não fazerem, esforço em grandes plantações, porque nunca alcançaram disso utilidade.⁸³

Para a historiografia clássica, a Vila de Curitiba não possuía terrenos propícios para o plantio. Então, a população voltou-se para a criação de gado, pois a escassez de carne em outras localidades gerou a valorização deste gênero.⁸⁴ Observa-se que havia um cenário que propiciava a criação de gado em Curitiba, com boas perspectivas de lucro.

Para Burmester, no século XVII, a agricultura na vila continuou limitada à subsistência, atraindo pouca população. Isto impactou na quantidade de habitantes na região. Não há um número preciso de habitantes desta região no século XVII, mas o “Requerimento para a criação das Justiças” informou que em Nossa Senhora da Luz e São José dos Pinhais, em 1693, havia mais de 90 homens.⁸⁵

No final do século XVIII, a preocupação da Câmara de Curitiba com o desenvolvimento da agricultura prosseguia, com o incentivo à introdução de métodos úteis para regular e facilitar os trabalhos agrícolas.⁸⁶ Em 1800, a vila de Curitiba já produzia

⁸³WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva P.; MACHADO, B.P. **História do Paraná**. v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 74.

⁸⁴NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001. p. 48.

⁸⁵WESTPHALEN; BALHANA; MACHADO, op. cit., p. 116.

⁸⁶BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII (1751-1800) segundo os registros paroquiais**. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 1974. p. 8.

gêneros diversos como milho, feijão, farinha de trigo, toucinho e congonha.⁸⁷ Além disso, em fins do século XVIII e início do XIX, seus horizontes econômicos se expandiram com a criação de gado e o envio de tropas para o abastecimento das regiões mineradoras e cafeeiras.⁸⁸

2.1 DEMOGRAFIA DA VILA DE CURITIBA

Há poucos dados que determinam com exatidão a evolução numérica de habitantes de Curitiba, porque as informações a este respeito são muito esparsas,⁸⁹ mas podemos apresentar a variação do número de habitantes de 1690 até 1820 por meio das informações bibliográficas.

Cardoso e Westphalen descrevem, no *Atlas histórico do Paraná*, a quantidade de habitantes de Curitiba no século XVIII. Sabe-se que, em 1720, há documentos que apresentam dados sobre a quantidade de habitantes das duas freguesias da vila de Curitiba, São José dos Pinhais e Senhor Bom Jesus do Perdão. Nas duas freguesias havia 200 casais e mais 1.400 pessoas de confissão.⁹⁰ Observa-se que, apesar do aumento da população por causa da pecuária, a quantidade de pessoas e casais da Vila de Curitiba continuou pequena.

Constitui-se, na região, uma população rarefeita, sendo a dispersão populacional facilitada pela amplidão da Paróquia que, em 1747, compreendia "... o destrito desta Freguezia settenta légoas, pouco mais ou menos... tem trezentos e quarenta e oito fogos, ou cazais, ainda que alguns anos sam mais e outros menos, por que se mudão p. outras Freguezias.."91

⁸⁷Id., p. 9.

⁸⁸KUBO, Elvira Mari. **Aspectos demográficos de Curitiba**: 1801-1850. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974. p. 41.

⁸⁹BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII (1751-1800) segundo os registros paroquiais**. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 1974. p. 12.

⁹⁰CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas histórico do Paraná**. Indústria Gráfica Projeto, 1981. p. 44.

⁹¹BURMESTER, op. cit., p. 11.

Segundo Westphalen, Balhana e Machado, a primeira lista nominativa direcionada para a Capitania de São Paulo e que abrangia o atual território do Paraná foi produzida em 1772. Conforme esta lista, a vila de Curitiba era habitada por 907 homens, 928 mulheres e 104 escravos, totalizando uma população de 1.939 pessoas.⁹² Nesse registro também foi caracterizada a condição dos moradores, possibilitando contabilizar a quantidade de livres e escravos, mas sem especificações de sexo ou idade para os últimos. Com isso, temos 1.835 livres e 104 escravizados.⁹³

Conforme Kubo, a maior concentração populacional no território paranaense, até 1772, estava no litoral, que posteriormente perdeu esta posição para o planalto curitibano. Abaixo temos a tabela feita por Burmester - baseada no censo da Capitania de São Paulo - que apresenta a quantidade de homens, mulheres e escravos e o total populacional.

Tabela 1 - A distribuição da população de Curitiba em 1772

Homens	Mulheres	Escravos	Total
907	928	104	1939

Fonte: BURMESTER, 1974.

A autora obteve os cálculos posteriores de taxas brutas de natalidade, nupcialidade e mortalidade da população e selecionou o número de habitantes da Vila de Curitiba, obtendo os seguintes resultados:

Tabela 2 - Distribuição da população de Curitiba de 1776 até 1800

Ano	Livres	Escravos	Total
1776	2098	407	2505
1778	2791	491	3283
1782	2948	815	3763
1783	3427	948	4375
1785	3517	1049	4566

⁹²WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva P.; MACHADO, B.P. **História do Paraná**. v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 117.

⁹³WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva P.; MACHADO, B.P. **História do Paraná**. v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 118.

1786	3497	1018	4515
1792	4324	1045	5368
1798	5393	1172	6565
1800	5470	1188	6658

Fonte: BURMESTER, 1974.

Na Tabela 2 observa-se a variação da população de Curitiba do ano de 1776 até 1800. Houve um aumento entre os anos de 1776 até 1785; nota-se que, em 1786, ocorreu uma queda no número tanto de livres quanto de escravizados, totalizando 4.515 habitantes. Porém, a partir de 1792 ocorre um aumento significativo na quantidade de habitantes, e esse crescimento se mantém até 1800. Além disso, nota-se que, de 1776 até 1800, tanto a população livre quanto a escrava cresceram, porém a população livre cresceu muito mais do que a escrava.

Em 1812, graças à pecuária e ao tropeirismo, Curitiba já era um centro regional importante, tornando-se sede da Comarca.⁹⁴ Machado descreve que a criação e invernagem estabelecidas no planalto curitibano propiciaram a produção de milho, trigo, feijão e mandioca, o que permitia o abastecimento da própria região e dava suporte ao setor de exportação.

Em 1822, Curitiba era a segunda vila mais populosa da Capitania paulista. A criação de gado e o comércio de tropas para o abastecimento das minas auxiliaram na expansão da comunidade curitibana para os Campos Gerais, chegando aos campos de Guarapuava em 1810 e, em 1839, aos campos de Palmas. Segundo Kubo, a população curitibana participou da conquista e da ocupação dos campos de Guarapuava, fornecendo víveres e escravos. Para a autora, isso acarretou na abertura de relações comerciais diretas e indiretas e na expansão, permitindo a abertura ou conservação de caminhos como Cubatão, Ambrozios e

⁹⁴MACHADO, Cacilda. **Mobilidade e diferenciação social em comunidades de escravos e negros livres**: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais, Paraná, Brasil passagem do século XVIII para o XIX. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds*, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/23812>

Lages, e pontes como Botiabu, Juruqui e Palmital.⁹⁵ Percebemos, portanto, que o comércio de gado possibilitou a expansão da população de Curitiba e a abertura de caminhos para outras localidades.

⁹⁵KUBO, Elvira Mari. **Aspectos demográficos de Curitiba: 1801-1850**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974. p. 41-42.

CAPÍTULO III- ESCRAVIDÃO E COMPADRIO NA VILA DE CURITIBA

3.1 ESCRAVIDÃO INDÍGENA E ESCRAVIDÃO AFRICANA NA VILA DE CURITIBA

Na sociedade curitibana, desde o século XVIII, havia uma grande parcela de índios “administrados”; este conceito baseava-se na ideia de que eles eram juridicamente livres, mas deveriam servir a alguém sem obter remuneração em troca.⁹⁶

Nesse sentido, o índio administrado, as peças administradas, as peças forras, as peças de serviço, os carijós, o gentio da terra, o gentio do cabelo corredio, são todos nomes diversos para designar a mesma situação de direito, a condição de administrado [particular]. O administrado não era nem um homem livre e nem um escravo no que diz respeito ao seu estatuto jurídico, mas pertencia a um outro estado ou condição, precisamente o de administrado [...]⁹⁷

A mão escrava dos índios foi essencial para o desenvolvimento da região sul e da capitania paulista; nesta, a exploração do trabalho braçal indígena deu-se, principalmente, entre 1590 e 1630, sendo a sua captura e comércio a atividade econômica principal dos paulistas.⁹⁸ Inclusive, para a população da capitania, os indígenas eram o remédio da pobreza e o único meio de lucro.

Para os jesuítas, o que interessava era a permanência dos índios nas reduções, com o fim de evangelizá-los. Para os paulistas, os indígenas eram a mão de obra necessária para tocarem seus negócios. Na verdade, também os jesuítas faziam uso da força de trabalho dos índios nas reduções, mas as intenções de um e de outro grupo certamente eram distintas e, por isso mesmo, conflituosas.⁹⁹

⁹⁶LUNARDI, Isadora Talita Diehl. Bandeirantismo e cativo indígena em Curitiba e nos Campos de Viamão (1730-1780). 7º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. *Anais*. 2015. p. 3.

⁹⁷BRIGHENTE, Lilian Ferraresi. **Entre a liberdade e a administração particular**: A condição jurídica do indígena na vila de Curitiba (1700-1750). Dissertação (Mestrado) - UFPR, Curitiba, 2012. p. 76.

⁹⁸PORTELA, Bruna Marina. **Gentio da terra, gentio da Guiné**: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2014. p. 53.

⁹⁹id., p. 24.

A escravidão dos africanos, portanto, era vista como um mal necessário, tanto para a salvação das almas dos próprios escravos como para o desenvolvimento das colônias, que não prosperariam sem o trabalho forçado de milhões de negros levados da África para o Novo Mundo. Mesmo entre os religiosos, os mais fervorosos defensores da liberdade dos índios, era consenso que o escravo negro não poderia ser dispensado, inclusive por eles próprios em suas instituições. [...]¹⁰⁰

Com a proibição da escravização de indígenas e a sua alta mortalidade no cativeiro, o tráfico de africanos elevou-se no país. Entre 1576 e 1600, desembarcaram 40 mil escravizados nos portos brasileiros, aumentando para 150 mil no século XVII.¹⁰¹ Esse crescimento ocorreu inicialmente pelo sucesso da produção de açúcar, tornando este um dos principais produtos na economia da América portuguesa. Na segunda metade do século XVII, foram introduzidos 360 mil escravos africanos em solo brasileiro, garantindo seu fluxo contínuo para os engenhos.¹⁰²

A entrada da Vila de Curitiba na economia interna, por meio da pecuária, foi um fator que possibilitou à população curitibana a aquisição de escravos africanos. O aumento da oferta de africanos no Brasil permitia a compra dessa mão de obra por um preço inferior.¹⁰³ Segundo Portela, a abertura de caminhos para Viamão possibilitou a entrada de africanos na região sul e, conseqüentemente, em Curitiba, o que facilitou ainda mais sua aquisição.

Com a inserção de africanos na Vila de Curitiba, a quantidade da população não branca tornou-se superior à de brancos. É possível observar isso nos registros de óbitos entre 1731 e 1769, que totalizaram 1.026 mortes, sendo 449 brancos e 577 escravos, pretos, administrados e bastardos. Aproximadamente 50% da sociedade era formada por não brancos, sendo este um percentual bastante alto para uma vila pequena como Curitiba.¹⁰⁴

¹⁰⁰PORTELA, Bruna Marina. **Gentio da terra, gentio da Guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana** (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2014. p. 145.

¹⁰¹MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos CEBRAP**, 2006. p. 111.

¹⁰²PORTELA, op. cit., p. 113.

¹⁰³Id., p. 37.

¹⁰⁴Id., p. 37-38.

Entre 1752 e 1761, o percentual de óbitos de administrados caiu de 18,5% para 11,5%.¹⁰⁵ Apesar disso, a quantidade de indígenas na Vila de Curitiba não diminuiu, pois muitos indígenas eram registrados como escravos ou livres, tendo sua verdadeira origem ocultada na documentação de óbito. Dessa forma, Portela aponta que os indígenas eram inseridos nos registros paroquiais destinados a brancos sem a menção da cor ou eram registrados nas atas caracterizados como escravos. A autora considera que aproximadamente 20% dos óbitos da população curitibana eram de indígenas registrados como brancos.¹⁰⁶

Já os livros de registros de óbitos de escravos, administrados e livres de origem indígena ou africana apresentam uma diminuição no número de administrados na segunda metade do século XVIII em Curitiba. Essas fontes mostram que, entre 1731 e 1741, os administrados representavam 37% e, entre 1762 e 1769, esse número despencou para 5,2%. Essa queda no número de administrados ocorreu por causa da impossibilidade da população branca continuar mantendo indígenas como sua propriedade, principalmente porque a Coroa mantinha esforços para coibir essa prática.¹⁰⁷

Para Portela, o aumento do capital da população livre de Curitiba ocorreu juntamente com o desenvolvimento da criação e invernagem de gado, que integrou a vila ao mercado colonial, possibilitando a compra de escravos africanos ou afrodescendentes. Além disso, a autora aponta que os indígenas, inicialmente registrados como administrados, passaram a ser caracterizados como forros, escravos ou livres.

As fontes referentes a crianças ilegítimas batizadas na população cativa, entre 1680 e 1780, apresentam 202 filhos de administrados e 201 filhos de escravos negros. Portela observou as taxas de batismo entre os administrados de 1700 até 1780, apontando que a

¹⁰⁵PORTELA, Bruna Marina. **Gentio da terra, gentio da Guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana** (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2014. p. 38.

¹⁰⁶Ibid.

¹⁰⁷Ibid.

maior taxa de crianças administradas registradas foi entre 1700 até 1740, ocorrendo uma queda significativa de filhos de administrados sendo batizados entre 1750 e 1780.¹⁰⁸

Conforme a autora, tais dados indicam que o percentual de batismos de crianças entre os administrados era de 3%, em 1700, e caiu para 1%, em 1780. Portela defende que houve uma mudança no status da população indígena, pois, em 1750, estes não eram mais registrados como administrados, mas como livres ou escravos.

[...] Essa inversão demonstra a paulatina mudança de status da população indígena e bastarda, que muito possivelmente, após 1750, já não figurava mais como administrada nos registros de batismos, mas sim como pessoas livres. Por outro lado, o percentual da presença de “africanos” nos batismos de crianças ilegítimas subiu de 2% em 1710, para 47,6% em 1780, demonstrando, então, o aumento na presença de escravos não só africanos, mas também afrodescendentes, conforme o século XVIII avançava.¹⁰⁹

A partir de 1750, ocorreu um aumento gradual na quantidade de crianças ilegítimas nascidas entre a população livre. Em 1740, 26% era o percentual de crianças ilegítimas nascidas de mães livres; em 1780, este era de 50%, e em 1810, de 77%.¹¹⁰

[...] Ademais, após 1750 o número de mães livres identificadas apenas com prenomes aumentou significativamente nos registros de batismo, o que pode indicar [...] o surgimento de um contingente de mulheres pobres e bastardas na sociedade de Curitiba, ou seja, mulheres de ascendência indígena.¹¹¹

Portela evidencia também o crescimento do número de cativos na capitania paulista: no ano de 1772 esta registrava 1.712 escravos, e no ano de 1798 este número cresceu para

¹⁰⁸PORTELA, Bruna Marina. **Gentio da terra, gentio da Guiné**: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2014. p. 40.

¹⁰⁹Id., p. 41.

¹¹⁰Ibid.

¹¹¹Ibid.

4.273.¹¹² Esse crescimento se acentua a partir da segunda metade do século XVIII, quando ocorre o incremento no tráfico de africanos no porto do Rio de Janeiro.

Para Luna e Klein, São Paulo foi uma província que demorou a se desenvolver, pois tinha dificuldade de participar do mercado internacional pelo fato de sua economia inicialmente ser baseada em atividades de subsistência.¹¹³ A partir de 1700, a diversificação de suas atividades econômicas passou a facilitar a compra de africanos, que eram mais caros.¹¹⁴

Sabe-se que a Vila de Curitiba em suas origens não era integrada a uma economia de exportação que possibilitasse a entrada de capital suficiente para que o número de escravos africanos superasse a população miscigenada. Foram as atividades relacionadas à criação e transporte de gado que possibilitaram a aquisição de africanos pelo tráfico interno, por uma pequena parcela dos moradores.¹¹⁵

Portela aponta que demorou para que a maioria da mão de obra explorada fosse composta por africanos e seus descendentes. Esse processo somente foi consumado no final do século XVIII, quando, finalmente, a produção e expansão do açúcar revitalizaram a economia paulista, permitindo a aquisição de africanos.¹¹⁶ Para Monteiro, o que atrasou esse processo foi a alta demanda de mão de obra escrava em Minas Gerais, elevando o preço do cativo africano no país. Poucos senhores paulistas, principalmente na Vila de Curitiba, que era economicamente frágil, dispunham de recursos ou fontes de crédito que permitissem a importação de africanos em grande escala.

[...] A descoberta de minas nas Gerais certamente aumentou a oferta de cativos africanos, mas, por outro lado, elevou drasticamente o preço desses trabalhadores, limitando a sua compra aos moradores da região paulista. Por mais que o surto

¹¹²PORTELA, Bruna Marina. **Gentio da terra, gentio da Guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana** (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2014. p. 151.

¹¹³KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010. p. 28.

¹¹⁴Ibid.

¹¹⁵PORTELA, op. cit., p. 152.

¹¹⁶MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 220.

minerador tenha permitido o enriquecimento de alguns proprietários, para a maioria da população ele não teve o mesmo efeito. Com o preço dos escravos elevado e com a escassez da mão de obra indígena, muito mais barata que a africana, muitos agricultores viram sua produção diminuir, fazendo com que a Capitania reduzisse a sua produção agrícola. [...]¹¹⁷

Portanto, a expansão da escravidão africana na capitania paulista nos anos iniciais do século XVIII foi ocasionada pelas mudanças na organização econômica regional, que estava diretamente vinculada à economia mineira.¹¹⁸

Os censos populacionais de São Paulo em 1772 mostram uma presença significativa de africanos e crioulos.¹¹⁹ Para Luna e Klein, esse aumento da força de trabalho escrava propiciou o dinamismo cada vez maior da economia exportadora da capitania paulista. Em três momentos, 1777, 1804 e 1829, a população escrava cresceu rapidamente, alterando a estrutura populacional da região. De 23 mil pessoas escravizadas, o número saltou para quase 75 mil, e a razão de masculinidade elevou-se de 117 para 153.¹²⁰

Os autores indicam que essa alteração da proporção entre os sexos deve-se ao incremento de africanos na população cativa.

[...] A importância crescente dos escravos nascidos na África para a força de trabalho de São Paulo após 1800 exerceu grande influência sobre numerosos aspectos, desde a idade e o sexo da força de trabalho residente até sua distribuição na província e sua capacidade de crescimento natural.[...]¹²¹

Portela afirma que a distribuição da posse de escravos se dava entre diversos níveis de riqueza, não sendo eles concentrados somente nas mãos de senhores ricos. Principalmente na região que seria denominada de Paraná, a presença de escravos

¹¹⁷PORTELA, Bruna Marina. **Gentio da terra, gentio da Guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780).** Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2014. p. 154.

¹¹⁸MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 220-221.

¹¹⁹MORAES, Airton de; ROCHA, Rita de Cássia Galdin. Historiografia e a escravidão africana no Paraná: alguns apontamentos. **História & Ensino**, v. 10, p. 127-144, 2004. p. 132.

¹²⁰KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil.** São Paulo: Edusp, 2010. p. 167.

¹²¹Id., p. 168.

inicialmente era pouco expressiva, sendo caracterizada por fogos com poucos escravos; um fogo com dez escravos era considerado grande para aquela sociedade, sendo mais comum encontrar proprietários com um, dois ou três cativos. Esta configuração persistiu para Curitiba desde o final do século XVIII e por todo o XIX.¹²²

Segundo Pena, na Vila de Curitiba um percentual de 77,2% de pequenos proprietários reunia 44,4% dos escravos da localidade. A predominância de plantéis pequenos não significa que a escravidão tenha sido frágil, porque esta quantidade elevada de senhores detendo poucos escravos pode ter sustentado a política coercitiva de expropriação de trabalho.¹²³

Na Tabela 3 observa-se que, de 1776 até 1804, era uma característica a prevalência da posse de escravos por senhores com plantéis pequenos. Também nota-se que a quantidade de senhores com escravos oscilou ao longo do tempo, caindo em 1785, aumentando em 1798 e decaindo novamente em 1804.

Tabela 3 - Taxa de domicílios ou proprietários com escravos na região de Curitiba – séculos XVIII e XIX

Domicílios ou proprietários	1776	1785	1798	1804
Com escravos	20.0	19.3	21.0	17.4
Sem escravos	80.0	80.7	79.0	82.6
Total	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: PENA, 1999, p. 53.

Gutierrez apresenta que a população existente no Paraná, entre 1798 e 1830, era diminuta, sendo que apenas um a cada cinco habitantes era escravo. Com isso, percebe-se que não era uma característica exclusiva do planalto curitibano a pouca quantidade de cativos. O autor, assim como Pena, apontou para a tendência de queda na quantidade de

¹²²PORTELA, Bruna Marina. **Gentio da terra, gentio da Guiné**: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2014. p. 151.

¹²³PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face**: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial. 1999. p. 41.

escravos nas três primeiras décadas do século XIX. Enquanto, em 1798, mais de 20% da população era escrava, esse número caiu para 17% em 1830.¹²⁴

Segundo Gutierrez, na Vila de Curitiba o crescimento do número de escravos foi baixo, quando comparado ao de outras localidades. Dentro do total populacional, em 1798, o total de escravos era de 1.180 e, em 1804, ocorre um aumento para 1.447, sendo uma elevação de 18,2% para 18,4%. Logo em seguida esse número despenca, em 1810, para 1.405 (17,0%), em 1816, para 809 (13,2%), mas, em 1824, o total de escravos é de 974 (12,0%) e, em 1830, de 1.043 (10,7%). Nesse último ano, a quantidade de escravos, quando comparada à população total, é inferior, indicando uma diminuição drástica na quantidade de escravizados na sociedade curitibana.¹²⁵

Para Lima, utilizar adjetivos como *diminuto* e *pequeno* não é o suficiente para categorizar a escravidão em Curitiba; o autor opta por esmiuçar outros fatores, que envolvem as variações e interações que causaram esse perfil. Em 1780, a cada dez falecimentos, três eram de escravos, evidenciando que a escravidão na região nem sempre foi diminuta.¹²⁶

Lima descreve que, no último quarto do século XVIII, ocorreu a diminuição de escravos na localidade; mas depois houve um aumento significativo, que aconteceu por causa do crescimento agrícola, das migrações internas e da ocupação dos sertões. De 1765-1774 para 1775-1801, houve um rápido aumento da escravidão africana, causado pela chegada de escravos como migrantes forçados. De encontro com os dados de Gutierrez, Lima afirma que o crescimento do número de cativos foi grande no final do século XVIII e baixo no século XIX.¹²⁷

¹²⁴GUTIÉRREZ, Horácio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, p. 161-188, 1988. p. 163.

¹²⁵Id., p. 164.

¹²⁶LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Espasmo e estagnação: um século de escravidão em Curitiba (1765-1862). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 13, p. 1-21, 2021. p. 3.

¹²⁷Id., p. 6.

Para Lima, o ápice do escravismo, em Curitiba, dependeu da chegada de migrantes livres trazendo os seus escravizados e, conseqüentemente, aumentando a população livre. Portanto, o final do século XVIII foi marcado pela presença de plantéis de escravos grandes, para os padrões locais, situação que continuou até 1810.¹²⁸ Posteriormente, apesar da quantidade de senhores aumentar, a média do número de cativos diminuiu muito.

3.2 OS CAMPEÕES DE AFILHADOS

Em fevereiro, na paróquia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, Diogo e sua serva Ventura estabeleceram laços espirituais por meio do batismo da filha da escrava; o nome da criança consta como Patronilha, mas provavelmente era Petronilha, e o ano de batismo estava ilegível. Esse é um exemplo raro de um senhor apadrinhando o filho da própria cativa.

A seguir apresentamos a transcrição do registro de batismo da filha de Ventura, armazenada no banco de dados “Paty”.

Aos dois dias do mês de fevereiro Era acima nesta igreja matriz de Nossa Senhora da Luz batizei e pus os santos oleos a Patronilha inocente filha de Ventura solteira serva de Diogo da Costa. Foram padrinhos o mesmo Diogo da Costa e Maria Dina Rosa. Vigário Gregório Mendes Barbuda (BATCUR-01-103)

Na transcrição do batismo da filha de Ventura, a mãe foi apontada como serva do próprio padrinho da criança, Diogo da Costa. Inicialmente, essa informação levantou dúvidas sobre a origem de Ventura e de sua filha, porém fontes batismais a apontam como administrada de Diogo da Costa.

No dia seis de janeiro de 1704, Diogo da Costa apadrinhou outra criança cativa, João, sendo sua mãe, Luzia, caracterizada como serva da casa de Costa.

¹²⁸LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Espasmo e estagnação: um século de escravidão em Curitiba (1765-1862). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 13, p. 1-21, 2021. p. 13.

No mesmo dia batizei e pus os santos óleos a João filho de Lusia solteira serva de Diogo da Costa digo da casa de Diogo da Costa serva por pag. a Gregorio Martins, foram padrinhos Diogo da Costa, e Maria de Farias. SS. Pedro da Silva. (BATCUR-01-103)

Na transcrição não há a descrição detalhada dos sujeitos envolvidos no batismo, dificultando o reconhecimento do status social de padrinho e madrinha. A única informação que auxilia na identificação do padrinho é o sobrenome “da Costa”.

Na Figura 15 consta a ficha de batismo de João, armazenada no banco de dados “Paty”, em que todos os envolvidos estão divididos em categorias, de acordo com seus papéis no rito batismal. Nota-se que Diogo da Costa foi inserido no campo de senhor da mãe, Luzia, e padrinho de João, filho ilegítimo.

Figura 15 - Ficha de batismo de João

dados		imagem		sexo	
Senhor Pai		João		Senhor Mãe	filho legítimo
	Pai		Mãe	.Diogo da Costa	ilegítimo
			Luzia		
Avô paterno				Avô Materno	
Avô Paterna				Avô Materna	
	Padrinho		Madrinha		
	Diogo da Costa		Maria de Farias		
Senhor Padrinho				Senhor Madrinha	

Fonte: Banco de dados “Paty”(BATCUR-01-103).

Já no dia 31 de janeiro, o vigário Gregório Mendes Barbuda pôs os santos óleos a Timóteo, filho de Maria, escrava de Maria do Espírito Santo. Diogo da Costa foi padrinho e sua filha foi madrinha, mas o pároco não se atentou a escrever o nome desta.

Aos trinta e um dias do mês de janeiro era acima batizei e pus os santos oleos a Timoteo inocente filho de Maria solteira escrava de Maria do Espírito Santo. Foram padrinhos Diogo da Costa e sua filha. Vigário Gregório Mendes Barbuda. (BATCUR-01-014)

No ano de 1706, Diogo foi padrinho de Vicência, filha de Luzia, apontada como bastarda e liberta, ou seja, uma mulher que conseguiu adquirir a alforria ou romper com o

vínculo de administrada. Esse pequeno detalhe mostra que alguns dos párocos responsáveis pelo preenchimento dos documentos batismais tinham a preocupação em sinalizar a condição social dos pais das crianças, antes mesmo das determinações das Constituições do Arcebispado da Bahia.

Em vinte sete de setembro batizei e pus os santos oleos a inocente Vicencia filha de Luzia bastarda liberta deão por pai a Gregório Martins. Foram padrinhos Diogo da Costa e Maria de ? na era de mil setecentos e seis. Sebastião Álvares de Abreu. (BATCUR-01-108)

Esta ata batismal foi feita antes das normas de preenchimento de registros batismais, impostas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que determinavam os padrões para a formulação dos documentos paroquiais. Apesar desta e de outras exceções, os dados contidos nas atas de batismos, principalmente entre 1680 e 1710, costumam ser imprecisos, e percebe-se pouco rigor na organização das informações, tanto pela inexistência de regras gerais para o preenchimento destes documentos quanto pela ausência de fiscalização por parte das autoridades eclesiásticas.

Por meio da análise de outras fontes batismais, considera-se que o termo "servo" era aplicado aos indígenas, e "escravo" aos africanos e/ou descendentes. Nas atas batismais do final do século XVII e início do XVIII, há mais registros de indígenas em situação de servidão, e poucos de escravos negros. No exercício da análise dos batismos de crianças cativas, pudemos observar os laços espirituais construídos tanto por filhos de cativos indígenas quanto de escravos africanos e afrodescendentes.

Isso é perceptível nas fontes dos primeiros tempos da Vila de Curitiba (1680-1710), em que grande quantidade de atas batismais apontavam os pais como servos. Nesse recorte temporal foram registradas 245 atas batismais, sendo 31 destes documentos referentes a filhos de escravos e/ou servos. Para compreender o uso destas etimologias pelos párocos, analisaram-se minuciosamente os documentos relacionados aos cativos e concluiu-se que os

párocos usaram o termo "servo" para caracterizar as mães escravas e indígenas em 22 fichas batismais.

Acredita-se que Ventura fosse uma mulher indígena porque foram encontradas diferentes nomeações para os cativos, tais como servos, administrados e escravos. O termo *servo* foi usado recorrentemente nas fontes de batismo para referir-se ao indígena em situação de servidão, no período de 1680 até 1720, caindo em desuso depois da promulgação das Constituições do Arcebispado da Bahia, em 1707, que padronizaram a escrita das fontes batismais.

Em 1710, Diogo da Costa continuava sendo requisitado para padrinho de indígenas, escravos e livres, continuando a apadrinhar crianças cativas desta data até 1740. Durante esse recorte temporal, houve 953 batismos, dos quais 244 referiam-se a filhos de escravos. Nota-se um crescimento do número total de batismos, bem como do número de batismos de escravos. O filho de Diogo da Costa, José da Costa, seguiu a mesma trajetória do pai, sendo também requisitado para ser padrinho de escravos nesse segundo recorte temporal.

Aos trinta e um dias do mês de maio de mil setecentos e trinta anos nesta igreja de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba batizei e pus os santos oleos a Bárbara inocente filha de Ventura solteira da administração do capitão Diogo da Costa do gentio da terra. Foram padrinhos o dito capitão Diogo da Costa e Ana de Souza mulher de Domingos da Costa naturais desta vila e todos moradores da mesma vila. Para constar fiz este termo no mesmo dia e Era vt supra. Vigário padre Inácio Lopes (BATCUR-01-056)

Acima vemos que, no dia 31 de maio de 1730, em Curitiba, Diogo da Costa foi padrinho de Bárbara, outra filha de Ventura, gentia da terra sujeita a sua administração. Isso mostra que o pároco estava seguindo as normas impostas pelas Constituições Primeiras, preocupando-se em registrar que o padrinho, Diogo da Costa, era capitão, e que a madrinha, Ana de Souza, era esposa de Domingos da Costa.

A historiadora Paula Chagas, que explorou os registros paroquiais de batismo da Igreja de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba disponibilizados pelo CEDOPE,¹²⁹ ressalta que, à medida que as atas alcançam o século XVIII, vão sendo padronizadas, sendo os registros do quarto livro de batismo mais diligentes, quando comparados aos do primeiro, permitindo classificar melhor os padrinhos e madrinhas.¹³⁰

Percebe-se esta evolução na ata de batismo de Valentino, de 1722, em que informa-se que a mãe da criança era escrava e que todos os envolvidos no batismo eram moradores da freguesia.

Em os vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de mil setecentos e vinte e dois batizei nesta igreja de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais da Curitiba a Valentino inocente filho de Tereza escrava de Joaquim Gracia moradores nesta freguesia. Foram padrinhos Diogo da Costa e Maria do Espírito Santo filha de Antônio de Faria moradores nesta freguesia e lhe pus os Santos Óleos de que fiz este e assinei sendo vigário desta dita igreja. Antônio Gomes. (BATCUR-01-022)

Observa-se que o pároco Antônio Gomes seguiu as normas impostas pelas Constituições Primeiras, informando inclusive que a madrinha, Maria do Espírito Santo, era filha de Antônio de Faria. Em outra ata de batismo, o pároco Manuel Domingues Leitão destacou que Diogo da Costa era capitão e que a madrinha era solteira e filha deste.

Aos nove dias do mês de agosto de mil setecentos trinta e dois anos nesta paroquial igreja de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba batizei e pus os santos oleos a Salvador inocente filho de José e de sua mulher Gracia ambos escravos de Miguel Álvares de Faria, foram padrinhos o capitão Diogo da Costa Rosa e Isabel da Costa solteira filha do mesmo Diogo da Costa Rosa, todos naturais e moradores desta freguesia e para constar fiz este acento no mesmo dia, mês e Era et supra. Vigário Manuel Domingues Leitão. (BATCUR-01-070)

¹²⁹Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses, do Departamento de História da UFPR (atualmente Centro de Documentação e Pesquisa em História).

¹³⁰CHAGAS, Paula Roberta. **Usos do cotidiano do parentesco espiritual**: Curitiba na transição do século XVII para o XVIII. Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2010. p. 46.

Constata-se que Diogo fazia parte da principal “nobreza” da terra na Vila de Curitiba, porque conseguiu alcançar o título que lhe definia como nobre, de acordo com o código honorífico daquela época.

Diogo da Costa Rosa, no final do século XVII e início do XVIII, foi o principal padrinho de crianças cativas; duas destas eram filhas de sua serva Ventura, e uma da escrava Maria, pertencente a Maria do Espírito Santo. Ao pesquisar o nome de “Diogo da Costa” nas fontes batismais armazenadas no banco de dados “Paty”, constatou-se que este foi o sujeito que mais teve afilhados escravos entre 1680 e 1710. Mas, a partir de 1710, as fontes batismais começaram a apontar que Diogo possuía o título de capitão, indicando que os párocos passaram a ter a preocupação de registrar nas atas batismais este distintivo social. Essa classificação de capitão frequentemente estava associada aos nomes de pessoas da elite, evidenciando critérios de classificação social que representavam hierarquias na América Portuguesa.¹³¹ Pode-se levantar a hipótese de que os pais escravizados buscavam proteção para si e para seus filhos através da formação de alianças por meio do batismo com homens que possuíam prestígio social naquela sociedade.

Diogo da Costa pertencia à nobreza da terra por possuir o título de capitão, mas nem todos os “homens bons” da América Portuguesa alcançavam a nobreza através de um título; em muitos casos, era a riqueza que lhes garantia o tratamento de nobres.

A minha perspectiva será diferente, na medida em que nobreza e fortuna nem sempre se conjugaram no Brasil colonial, muito embora a riqueza de alguns indivíduos lhes tenha permitido o “tratamento” nobre, ou seja, viverem à lei da nobreza. Mas, se eles efetivamente foram nobres, de acordo com o código honorífico da época, é porque conseguiram formalizar as honras por meios vários: foros de fidalgo da Casa Real, hábitos das ordens militares, instituição de morgados (mas não de capelas, insuficientes para tal fim), ocupação dos cargos camarários ou dos postos da oficialidade das ordenanças. O tratamento nobre só por si não chegava para fazer um nobre; era preciso algo mais, um enquadramento nas graças honoríficas existentes.¹³²

¹³¹GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. **História social em registros paroquiais**: Sul-sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2016. p. 127.

¹³²Id., p. 132.

Guedes e Fragoso prosseguem defendendo que o fato da riqueza permitir que os senhores de escravos pudessem ter um estilo de vida nobre não significa que eles fossem considerados nobres na colônia.¹³³ Gil descreve a importância do título de capitão, acrescentando que, para obtê-lo, era necessário o reconhecimento da Coroa.

Mas ser capitão não era algo inato, ainda que, em muitos casos, fosse quase hereditário. Ser capitão era algo desejado, um reconhecimento da ascensão ou manutenção da posição social. Dessa forma, quem acaba regulando a reprodução da hierarquia no ultramar era a Coroa, que tinha o poder de conceder e confirmar aqueles postos, assim como os demais.¹³⁴

As fontes batismais evidenciam que Diogo da Costa Rosa pertencia à nobreza de Curitiba, tendo o título de capitão e possuindo seis cativos, quantidade considerada relevante para a sociedade curitibana.

O capitão Diogo é mencionado em oito batismos de crianças escravas, ora como Diogo da Costa, ora como Diogo da Costa Rosa. Seu sobrenome “Rosa” somente passa a ser mencionado em 1724, já no período em que os vigários começaram a seguir as normas das Constituições Primeiras para o preenchimento das atas de batismo.

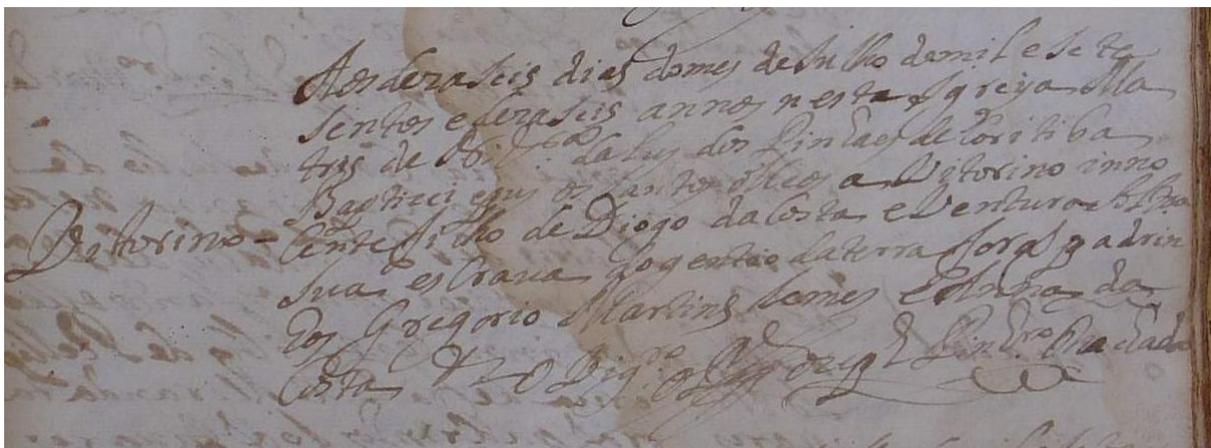
Diogo da Costa Rosa e sua mulher, Paula Fernandes de Oliveira, tiveram cinco filhos entre 1707 e 1714. A primeira fonte em que ele é registrado como esposo de Paula é de 1707, na ata de batismo de sua filha Maria.

Entre 1680 e 1740, o capitão foi padrinho de oito crianças cativas, entre as quais três filhas de Ventura, de sua administração, uma filha de Luzia, também sua serva, e outra filha de um casal de escravos que também lhe pertenciam.

Figura 16 - Registro de batismo de Vitorino

¹³³Ibid.

¹³⁴GIL, Tiago Luís. **Coisas do caminho**: crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780-1810). 2020. p. 186.



Fonte: Primeiro livro de batismo da Vila de Curitiba.

No dia 16 de julho de 1716, Vitorino, filho de Ventura, a já conhecida administrada de Diogo, foi batizado na igreja de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, sendo o capitão apontado como o pai da criança.

Aos dezesseis dias do mês de Julho de mil setecentos e dezesseis anos nesta igreja matriz de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba batizei e pus os santos oleos a Vitorino inocente filho de Diogo da Costa e Ventura solteira sua escrava do Gentio da terra. Foram padrinhos Gregório Martins Leme e Ana da Costa. O vigário Padre José Pinheiro Machado. (BATCUR-01-007)

Buscando analisar se não foram inseridas informações erradas na transcrição, recorreremos à imagem da fonte, para verificar se os dados estavam corretos. A imagem da Figura 16 é o registro do batismo de Vitorino, uma fonte bem preservada e com a letra legível, possibilitando a confirmação de que a transcrição corresponde ao documento original. Não é improvável que Diogo da Costa tenha tido um filho com sua própria serva, já que era uma prática comum os senhores se relacionarem com suas próprias escravas/administradas.

As relações sociais entre escravizados e seus senhores eram complexas, indo além da explicação clássica de homens livres dominantes e homens cativos dominados,¹³⁵ sendo que estes relacionamentos não se resumiam a essa dualidade. Os cativos não eram apenas dominados, sem a capacidade de tecer suas próprias teias sociais, e os senhores não eram apenas dominadores que não cediam às pressões exercidas por seus cativos. Não é possível ignorar a tensão social entre ambos os grupos. É preciso compreender que todos os envolvidos (escravos e senhores) detinham interesses próprios e conflitos (seja entre escravos e senhores ou até mesmo dentro da senzala) que poderiam variar com o convívio na comunidade.¹³⁶

No batismo de suas crianças, os pais escravos tinham a oportunidade de ter as suas próprias vontades atendidas, logrando êxito em suas estratégias. Mas isso não impedia que sofressem com as imposições de seus senhores. Acredita-se que os cativos não tinham plena liberdade para escolher os indivíduos com quem iriam construir suas relações sociais. Contudo, temos o entendimento de que eles eram sujeitos históricos, que travavam disputas para conseguir construir suas redes de acordo com os seus próprios interesses.

3.3 PADRINHOS LIVRES E ESCRAVOS ENTRE 1710 E 1740

Entre 1710 e 1740, Diogo da Costa apadrinhou três crianças cativas (Valentino, Sebastião e Genuário) e uma administrada (Bárbara), filha da sua administrada Ventura. O filho de Diogo, João da Costa, também foi recorrentemente padrinho de cativos. Percebeu-se que, nas atas de batismo dos afilhados de João da Costa, as crianças eram descritas como filhos de escravos. Então, provavelmente, esses rebentos eram afrodescendentes.

¹³⁵

GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802**. Dissertação – Mestrado em História, PPG-História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. p. 149

¹³⁶GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802**. Dissertação (Mestrado em História) - PPG-História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.p. 204-205.

Aos vinte e três dias do mês de Outubro de mil setecentos e trinta e quatro anos nesta Paroquial Igreja de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba batizei e pus os santos óleos a Domingos inocente filho de Ventura e de sua mulher Elena ambos escravos de Manuel da Costa Siqueira. Foram padrinhos João da Costa Rosa e Catarina da Costa Rosa ambos solteiros filhos de Diogo da Costa Rosa, todos moradores desta Freguesia. Nasceu aos dezesseis dias do dito mês e para constar fiz este acento no mesmo dia e era ut supra. O vigário Manuel Domingues Leitão (BATCUR-01-081)

Em 1733, 1734 e 1735, João da Costa Rosa também foi um dos principais padrinhos de crianças cativas, seguindo os passos do pai e sendo um dos prediletos para ser pai espiritual de escravos e administrados. Diante disso, acredita-se que João da Costa tenha herdado prestígio social na sociedade daquela época e entre os escravos por ser filho de Diogo da Costa. Parte-se do conceito de “herança imaterial”, desenvolvido por Giovanni Levi, que é uma herança inseparável da prática social, ou seja, neste caso, as alianças e solidariedades construídas pelo pai.¹³⁷ Havia um capital social construído por meio das alianças, fidelidade reconhecida e respeito na Vila de Curitiba, que foi transmitido de Diogo da Costa para seu filho João. Esta é uma dentre várias razões que contribuíram para que João da Costa também fosse requisitado para ser padrinho de cativos.

A lista nominativa de 1776 informa que João da Costa Rosa tinha uma escrava, vivia das suas lavouras e possuía dez vacas. Deduzimos que Diogo da Costa recebeu sesmarias, por causa do título de Capitão, e que deixou terras para seu filho, porque foi encontrada uma escritura de 1787 em que João vende uma propriedade.

Escritura pública de venda de um sítio com suas casas cobertas de palha com um cercado, campos e terras lavradas na paragem chamada Bacacheri que fez João da Costa Rosa e sua mulher, Maria Cardoza de Assunção a Manoel Joaquim de Deres por [ilegível]. Quanto a esse público instrumento e escritura de venda no ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 08 de março de 1787, Na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba em escritório de tabelião adiante nomeado e estando aí presentes uma parte como vendedor Manoel digo como vendedor João da Costa Rosa e sua mulher Maria Cardoso da Assunção de quem

¹³⁷LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 370-371.

tomei outorga e da outra como comprador Manoel Joaquim de Jesus todos moradores desta mesma vila e pessoas reconhecidas por mim, tabelião, e pelos próprios de quem faço menção de que dou minha fé e pelos ditos vendedores me foi em presença das testemunhas [apagado] e assinadas que eles [apagado] possuíam o casal um sítio chamado o Bacacheri com duas casas de telha e um cercado com meia légua de comprimento e terras lavradas [...] (1TABCUR-022-076)

As escrituras do Primeiro Tabelionato de Curitiba mencionam a maioria das testemunhas pelo nome e sobrenome, não informando se João da Costa era capitão. Amanda Pinheiro aponta que a falta dessa informação pode ser resultado da negligência do tabelião, que não mencionava os títulos porque seria um dado óbvio por causa da notoriedade dos sujeitos nobres naquela sociedade.¹³⁸

Há a hipótese que ele tenha sido capitão, mas as fontes batismais não o descrevem com essa característica; mas, mesmo que não o fosse, isto não exclui o prestígio social herdado de seu pai. Porém, é interessante notar que, depois de 1740, João da Costa não foi mais padrinho de crianças cativas, mas continuou batizando filhos de livres. Será que ele perdeu o prestígio social perante os escravizados? Deixou de ser um sujeito interessante para ser padrinho de crianças cativas? Essas são questões que a falta de fontes históricas não nos permite responder.

Ao analisar minuciosamente a trajetória de Diogo da Costa, observa-se que as redes sociais construídas pelo capitão e pelos cativos foram resultados de escolhas, decisões de indivíduos e de grupos familiares, implicando numa constante negociação e, talvez, em manipulações¹³⁹ dentro de uma sociedade hierárquica.

Entre 1683 e 1710, as fontes batismais apresentam uma maior quantidade de filhos de administrados, enquanto era rarefeita a presença de filhos de escravos. A partir de 1710 até 1740, os registros de batismo passam a mostrar o aumento de crianças escravas. Outra

¹³⁸PINHEIRO, Amanda do Couto. **O espírito dos negócios**: instituições, autoridade e estratégia discursiva em cartas mercantis entre Curitiba e o Rio de Janeiro (1770-1800). 2022. p.45

¹³⁹SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **História: Questões & Debates**, v. 51, n. 2, 2009. p.14. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/viewArticle/19983>

característica que as fontes evidenciam são os vínculos e alianças estabelecidos entre famílias da elite da vila de Curitiba.

Figura 17 - Ficha de batismo de Isabel

Senhor Pai	Isabel	SEXO	Senhor Mãe	filho legítimo
	Pai		Mãe	
	Diogo da Costa		Paula Fernandes de Oliveira	
Avô paterno			Avô Materno	
Avô Paterna			Avô Materna	
	Padrinho		Madrinha	
	Antonio Luis Tigre		Maria Fé Cide	
Senhor Padrinho			Senhor Madrinha	

Fonte: Banco de dados "Paty" (BATCUR-01-040).

A Figura 17 representa a ficha de batismo de Isabel, filha de Diogo da Costa e Paula Fernandes de Oliveira. Seu batismo aconteceu em setembro de 1709, sendo uma informação importante o fato de que o padrinho foi Antonio Luís Tigre. Isto representa a construção ou fortalecimento de relações sociais entre dois homens que pertenciam à elite da vila.

Antonio Luís Tigre foi um personagem importante na formação da Vila de Curitiba. Em 1703, já exportava gado para a capitania de São Paulo.¹⁴⁰ Paula Chagas explorou sua trajetória e teve acesso ao seu extenso testamento e a seu registro de óbito, datado de 1738, em que declarava a posse de fazendas de gado vacum, equino e muar, bem como de carijós.¹⁴¹

Além de ter uma participação importante na economia local, Antonio também esteve envolvido na fundação da Vila de Curitiba, em 1693. Isso é confirmado na ata de fundação, em que está registrada sua assinatura.¹⁴²

Para compreender a importância da relação de compadrio entre Antonio Tigre e Diogo da Costa, é importante entender que, na América Portuguesa, esta era uma relação

¹⁴⁰CHAGAS, Paula Roberta. **Usos do cotidiano do parentesco espiritual**: Curitiba na transição do século XVII para o XVIII. Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2010. p. 19.

¹⁴¹Para mais informações: CHAGAS, op. cit., p. 60-63.

¹⁴²Id., p. 15.

que pressupunha lealdade, esperando-se que houvesse favores recíprocos entre as famílias. Para Guedes e Fragoso, relações relevantes eram concretizadas diante da pia batismal, pois algumas relações de compadrio dependiam do relacionamento mantido ao longo do tempo, ou seja, antes do batismo.¹⁴³

Fragoso usa o termo *bando* para descrever as relações sociais construídas entre as elites e nobrezas para garantir sua legitimidade na hierarquia local. As relações entre as elites formavam uma teia de alianças, incluindo reciprocidades com os segmentos subalternos da sociedade; as melhores famílias estabeleciam laços de cumplicidade com outros estratos sociais, isto é, se relacionavam em bando, para legitimar-se na hierarquia estamental daquela sociedade. Entre a nobreza eram praticadas estratégias de formação de alianças parentais, e o compadrio era uma das formas de tecer relacionamentos entre si.¹⁴⁴

A elite política da freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, no final do século XVII, foi responsável pela fundação da Vila de Curitiba. Essa elite era formada majoritariamente por homens, com a maioria participando da criação da Câmara Municipal da Vila de Curitiba. A ata de fundação da Vila foi assinada por sessenta e quatro homens, sendo Diogo da Costa um deles; mas o capitão não participou ativamente da Câmara da Vila e nem exerceu mandatos como Juiz, Procurador ou Vereador.¹⁴⁵

Lembramos novamente que Diogo da Costa possuía a patente de capitão, comandando não somente sua casa e escravos como parte da economia local.¹⁴⁶ Conforme Gil, os capitães controlavam a política local, e a petição da fundação da vila de Curitiba, assinada pela elite local, incluindo os capitães, é uma demonstração desse poder. Essa

¹⁴³GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. **História social em registros paroquiais**: Sul-sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2016. p. 125-126.

¹⁴⁴FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo Garcia. Um mercado dominado por bandos: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista. In: **Escritos sobre História e Educação**: Homenagem a Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 20-21.

¹⁴⁵CHAGAS, Paula Roberta. **Usos do cotidiano do parentesco espiritual**: Curitiba na transição do século XVII para o XVIII. Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2010. p. 15.

¹⁴⁶GIL, Tiago Luís. **Coisas do caminho**: crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780-1810). 2020. p. 186.

nobreza da terra participou da formação da vila, da captura de indígenas e da compra de escravos, provavelmente recebendo sesmarias por causa do seu contato com a Coroa.

Diogo da Costa assinou, junto a outros membros da elite local, a ata de fundação da vila de Curitiba no dia 29 de março de 1693.

REUNIÃO DO POVO E A ESCOLHA DOS ELEITORES – Aos vinte e nove dias do mez de Março da era de 1693 anos, nesta Igreja de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais por despacho desta petição se ajuntou o povo desta Villa e pello Capam. Della lhe foi pruguntado o que todos lhe responderam a voz alta lhe quiriasse justisa para com isso, ver se ivitavam os muitos desaforos que nella se fazião, o que vendo o dito capitão hera justo o que pedião-lhe respondeu que nomeassem seis omens de Sam comsiensa para fazerem os ofisiaes que aviam de servir, o que logo nomearão para com o dito Capitam povoador fazerem emlisão, e como assim ouverão todos por bem se asinaram com migo Antonio Rodrigues Seixas em falta do escrivão, que o escrevi. Matheus Martins Leme, Antonio da Costa Veloso, Antonio Martins Leme, Manuel Soares, Domingos Rodrigues Soares, José Pereira Quevedo, João Leme da Silva, João Pereira Avellar, André Rodrigues da Silva, Miguel Delgado, Diogo da Costa, Manoel Picam de Carvalho, Manoel da Silva Bayão, Agostinho de Figueiredo, Gaspar Carrasco dos Reis, Nicolau de Miranda Franco, Antonio de Siqueira Leme, João Alvares Martins, Miguel Fernandes de Siqueira, Braz Leme de Siqueira, Francisco de Mello, Jeronimo Roiz Side, Manoel Alvares Pedroso, Manoel Dias Cortes, Antonio Rodrigues Cid, Salvador Rodrigues, Amador Nunes de Bulhões, Salvador Martins, Antonio Luiz Tigre Leme, Paulo da Costa Leme, João Leme, Matheus Martins, Luiz Rodrigues, Antonio do Couto, José Martins Leme, Pedro Gonçalves Martins, Miguel Rodrigues, Caetano Leme Cabral, José Rodrigues Cid, Antonio dos Reis Cavaleiro, Fructuoso da Costa, João da Siqueira, Gonçalo Pires, Lourenço Pinto, Pedro de Moraes de Monforte, Bertolomeo Nunes, Domingos André, Pedro Rodrigues, Balthazar Carrasco dos Reis, Luiz Leme da Silva, Antonio da Costa, João Velloso da Costa, Garcia Rodrigues, Innocencio de Medina, Roque Fernandes, Vicente de Góes, Placido de Ramos, Luiz de Siqueira, Antonio Garcia da Costa, Domingos Ribeiro de Abreu, José de Góes, Luiz de Góes, João Felix Cavalgante.¹⁴⁷

Maria Nizza da Silva usa o termo “homens bons” para descrever os sujeitos que exerciam algum papel importante na tomada de decisões na capitania de São Paulo, participando das câmaras das vilas.¹⁴⁸Chagas aponta que, dos sessenta e quatro homens que

¹⁴⁷CHAGAS, Paula Roberta. **Usos do cotidiano do parentesco espiritual**: Curitiba na transição do século XVII para o XVIII. Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2010. p. 15.

¹⁴⁸SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: Unesp, 2005. p. 138.

assinaram a ata de fundação, apenas dezesseis exerciam funções na Câmara.¹⁴⁹ A participação de Diogo da Costa na fundação da Vila evidencia que ele fazia parte da nobreza local. Além disso, Diogo da Costa fazia parte da categoria de “homens bons” porque detinha um posto de prestígio, o de capitão-mor, que tinha a função de mandar o escrivão assentar os nomes daqueles que eram obrigados a ter armas.¹⁵⁰

Nizza destaca que o Regimento das Companhias de Ordenanças, datado de 1569, determinava que os capitães-mores fossem eleitos pelas câmaras, que deveriam dar preferência às pessoas principais da terra. Diante dessa determinação, nota-se que havia um critério de classificação social¹⁵¹ no qual Diogo da Costa se enquadrava, pertencendo à categoria de “homem bom”.

Outra informação que merece destaque é que Diogo, no período de 1680 até 1710, foi padrinho de três crianças filhas de administrados e uma escrava. Houve uma mudança entre 1710 e 1740, havendo um aumento na quantidade de batismos de escravos e uma diminuição no batismo de filhos de administrados. Isso fica explícito pela quantidade de escravos batizados por Diogo e por seu filho João, sendo a maioria dos afilhados de Diogo escravos, assim como todos os afilhados de João, refletindo a diminuição do número de sujeitos descritos como administrados e a substituição da mão de obra indígena pela africana.

Essa mudança na mão de obra explorada é nítida nas fontes batismais do século XVIII, principalmente, quando analisamos os batismos de outros padrinhos preferenciais, como Guilherme Nogueira Passos. Guilherme apadrinhou treze crianças, sendo cinco filhas de administradas, seis de escravas, uma criança filha de uma liberta e uma exposta. Nota-se que nas relações batismais formadas pelo padrinho ainda havia uma quantidade relevante de administrados, mas percebe-se o crescimento do número de escravos.

¹⁴⁹CHAGAS, op. cit., p. 15.

¹⁵⁰SILVA, op. cit., p. 149.

¹⁵¹Ibid.

Guilherme não fazia parte da nobreza da terra e nem possuía patente militar, como Diogo da Costa ou José da Costa. Na ata de batismo de Ana, filha de Verônica, mulata liberta, o vigário Gregorio Mendes caracterizou Guilherme como mulato liberto.

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de mil setecentos e vinte e cinco anos nesta Matriz de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais batizei e pus os santos óleos a Ana inocente filha de Veronica solteira mulata liberta. Deu por pai a sobre dita Antonio de Lima, foram padrinhos Guilherme Nogueira Passos mulato liberto e Ana de Siqueira solteira filha de Antônio de Siqueira, todas pessoas conhecidas. Vigário Gregório Mendes Barbuda (BATCUR-01-037)

Guilherme Nogueira Passos, mesmo não sendo nobre ou militar, teve mais afilhados cativos do que Diogo e José da Costa. Sabemos que ele possuía um status social mais elevado que os seus afilhados, pois em uma ata do dia 29 de dezembro de 1725, em que Guilherme foi padrinho de Ana, filha de uma mulata liberta, o pároco o caracterizou como liberto e mulato, ou seja, foi escravo e não pertencia à comunidade branca.

Para Brugger, a conquista da liberdade significava a não obrigatoriedade de servir a alguém e a possibilidade de viver longe da tutela senhorial, abrindo a perspectiva de construir uma família e manter laços afetivos sem correr o risco de ver seus filhos ou companheira serem comercializados.¹⁵²

Ao nos depararmos com um padrinho preferencial que foi liberto, cabe salientar que a conquista da liberdade não flexibilizava a violência do sistema escravista para com este sujeito, e que a alforria não foi uma manifestação da bondade senhorial, pois sabe-se que a liberdade concedida era resultado de luta e resistência enquanto escravizado.¹⁵³

A liberdade poderia ser usada para ascender social e economicamente, com diversos libertos tornando-se proprietários de escravos. No caso de Guilherme Nogueira, não foram

¹⁵²BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio e escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, p. 1-21, 2004.

¹⁵³ANDRADE, Mateus Rezende. Compadrio, mobilidade social e redes sociais: a trajetória de uma família entre a escravidão e a liberdade (Minas Gerais, 1797-1828). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 33-52, 2019. p. 39.

encontrados registros de que ele fosse senhor de escravos, e também não se encontraram atas em que ele constasse como pai de alguma criança.

Em nossa pesquisa, localizamos uma escritura de procuração datada de 1719, solicitada pelo Capitão Antonio Luís Tigre e por seu escravo João, em que Guilherme Nogueira Passos consta como testemunha. Isso mostra que Guilherme pode ter tido algum contato com membros da elite curitibana.

David, escravo do reverendo José Pinheiro Machado, apadrinhou três crianças cativas nos anos de 1734 e 1735. Cada afilhado de David era filho de uma escrava do sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar.

Em fevereiro de 1731, David foi padrinho de Manuel, filho de Ana, escrava de Manuel Gonçalves de Moraes. Na ata, o vigário qualificou David como um crioulo natural de Pernambuco.

Aos sete dias do mês de fevereiro de mil setecentos e trinta e um anos nesta paroquial igreja de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba batizei e pus os santos oleos à Manuel inocente filho de Ana solteira, não lhe deram pai, escrava do sargento mor Manuel Gonçalves de Aguiar, crioula natural de Moji. Foram padrinhos David crioulo natural de Pernambuco digo Pernambuco escravo do reverendo padre José Pinheiro, Ana Leite da Silva mulher de Salvador de Candia, todos naturais e moradores nesta vila. Nasceu aos quatro dias de janeiro para constar fiz este termo no mesmo dia e Era vt supra. Vigário padre Inácio Lopes (BATCUR-01-061)

Deste registro, pode-se concluir que a Vila de Curitiba estava integrada ao tráfico interno, porque David era um crioulo natural de Pernambuco. Lima descreve que a abertura de fronteiras auxiliou na formação do campesinato abastecedor em Curitiba no século XVIII. A abertura da fronteira agrária aumentou a capacidade de importar adultos.¹⁵⁴ David fez parte de um momento em que houve o crescimento da população cativa em Curitiba.

Nota-se, no primeiro período (1690-1710), assim como no segundo (1710-1730), o aumento de rebentos escravos e a diminuição na quantidade de crianças definidas como

¹⁵⁴LIMA, C. A. M. **Invernos cruentos**: nota sobre a morbidade entre escravos e administrados a partir de movimentos sazonais e crises de mortalidade (Curitiba, 1732-1801). **Revista de História Regional**, v. 20, n. 1, 2015.p. 5.

administradas. Isso é nítido nas relações de batismos dos padrinhos preferenciais: entre 1690 e 1710 Diogo da Costa foi padrinho somente de crianças administradas, ou seja, indígenas, e entre 1710 e 1730 batizou crianças escravas, descendentes de africanos. O padrinho preferencial batizou seis crianças escravas, o que reflete o aumento da população de escravos na sociedade curitibana.

Entre 1680 e 1740 Diogo da Costa foi o padrinho mais requisitado; seu filho João exerceu a mesma função entre 1710 e 1740. A presença destes membros da elite como padrinhos preferenciais provavelmente é um reflexo da tendência dos pais a escolher famílias mais abastadas.¹⁵⁵ Já no segundo período percebemos a atuação de Guilherme Nogueira, mulato liberto, e de David, escravo do padre José Pinheiro, podendo isto ser um indicativo do crescimento do número de cativos na Vila de Curitiba.

3.4 OS PRINCIPAIS PADRINHOS ENTRE 1740 E 1770

Para o período de 1740 até 1770, o banco de dados possui armazenados 264 registros de batismos; entre essas atas batismais, 22 são de crianças cativas. Essa baixa quantidade de batismos deve-se ao fato de que o banco de dados possui apenas os primeiros oito livros de Batismo da Matriz de Nossa Senhora da Luz da Vila de Curitiba e da Paróquia de São José dos Pinhais. Há dificuldades para acessar todos os livros de batismos das diversas paróquias da vila, devido ao seu desmembramento, dificultando o acesso e o traçado das trajetórias dos padrinhos e madrinhas da época. Por essa razão, não encontramos padrinhos preferenciais entre 1740 e 1770.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Luz já era sede de paróquia em 1747 e as atas batismais eram registradas na Matriz; mas, ainda no século XVIII, as documentações passaram a serem registradas na nova Paróquia de São José dos Pinhais, criada em 1757.

¹⁵⁵MARQUES, Rachel dos Santos. **Para além dos extremos**: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776-c. 1800). Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2016. p. 201-202.

Foram criadas novas paróquias, como a de Santo Antonio da Lapa, em 1769, e a de Sant'Ana do lapó, em 1770, que englobou duas capelas, a de Santa Bárbara do Pitangui e a do Capão Alto, que antes eram arroladas nos livros da Matriz.¹⁵⁶ O banco de dados contém principalmente as fontes da Matriz e da paróquia de São José, mas tem ainda 607 registros da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Tamanduá, faltando registros de outras paróquias.

Para o período de 1770 até 1800, o banco de dados possui uma maior quantidade de fontes, havendo 4.467 atas de batismo, sendo 640 de crianças cativas. Nesses batismos, 619 crianças tiveram padrinhos, sendo 186 destes categorizados como escravos. Nota-se que houve crescimento na quantidade de batismos a cada período de trinta anos, mas o número de batismos de crianças cativas no último período não chegou a mil atas. Provavelmente, essa pequena quantidade deve-se à divisão dos batismos entre diversas igrejas e capelas.

Esse período é o que possui a maior prevalência de escravos em relação aos administrados. Em 1700, o percentual de crianças administradas era de 81%, e no ano de 1780 esse índice caiu para 3%. Enquanto a presença de administrados diminuiu em 1710 para 2%, em 1780 a presença de escravos cresceu para 47%, expondo o aumento significativo da população escrava durante o século XVIII na capitania de São Paulo.¹⁵⁷

Segundo Burmester, a população da Vila de Curitiba cresceu entre os anos de 1776 e 1785, havendo uma queda em 1786; em 1792 novamente houve um crescimento significativo, que se manteve até 1800.¹⁵⁸ É possível notar o crescimento da população livre e a diminuição na quantidade de cativos antes de 1770. De 1732 até 1761, ocorreu a redução da população escrava e administrada e o aumento na quantidade de forros e livres,

¹⁵⁶SOKULSKI, Marcos. Administrado, Gentio, Índio, Carijó: a presença indígena nas fontes administrativas e eclesiásticas. III CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO - ALAP. *Anais*. 2008. p. 7.

¹⁵⁷PORTELA, Bruna Marina. **Gentio da terra, gentio da Guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780)**. Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2014. p. 40.

¹⁵⁸BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII (1751-1800) segundo os registros paroquiais**. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 1974. p. 17.

de origem africana e indígena.¹⁵⁹ Infere-se que essa nova população liberta tenha gerado uma prole também livre.

Aos três dias do mês de outubro de mil setecentos e setenta e oito anos nesta igreja matriz do Patrocínio de São José batizei e pus os santos óleos a inocente Francisca filha legítima de Mariano escravo da fazenda Real e Liberata forra ambos naturais e fregueses desta freguesia. Padrinhos Manuel Vaz solteiro filho de Manuel Vaz, e Quitéria Luísa casada com Rodrigo Inácio fregueses desta freguesia. Para constar fiz este assento no mesmo dia mês era ut supra. Vigário Teodoro José de Freitas Costa. (BATCUR-01-088)

A transcrição da ata de batismo da inocente Francisca expressa que seu pai Mariano era escravo da Fazenda Real e sua mãe Liberata era forra. Por isso, Francisca não herdou a condição de escrava, carregando consigo a qualidade de livre obtida através da sua mãe. Esse não é o único exemplo de uma mãe liberta que transmitiu esta condição a seu filho, havendo registros em todos os anos de mães libertas que geraram filhos livres; porém, esses casos tornam-se mais evidentes a partir de 1732, como afirma Machado.

Tal mudança parece ser o início de um processo que se mantém até o século XIX, época em que o peso percentual médio da população escrava do Planalto cai para a faixa dos 15 a 20%, sendo em geral mais baixo na região de Curitiba e São José, onde a criação e a agricultura de alimentos em sítios familiares se consolidaram, e mais alto a oeste, nos Campos Gerais, onde predominavam as fazendas de criação e invernagem de gado: em Curitiba, o percentual de escravos era de 18% em 1798, passa a 17% em 1810 e a 12% em 1824.¹⁶⁰

Para Machado, no início do período 1731-1741, 95% da população falecida em Curitiba era não-branca, composta por escravos ou administrados, número que caiu para 34,5% entre 1762 e 1769.¹⁶¹

¹⁵⁹MACHADO, Cacilda. A inserção social de negros, índios e bastardos a partir de registros de óbitos (Planalto Paranaense na primeira metade do século XVIII). *Revista de História Regional*, 2010.p.169.

¹⁶⁰MACHADO, Cacilda. A inserção social de negros, índios e bastardos a partir de registros de óbitos (Planalto Paranaense na primeira metade do século XVIII). *Revista de História Regional*, 2010.p.169. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2376>

¹⁶¹Id., p.170.

Tabela 4 - Distribuição da população por cor e condição no Planalto Paranaense (1732-1761)

Período	Branços		Escravos		Administrados		Livres não-br		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1732-1741	110	55	48	24	37	18,5	5	2,5	200	100
1742-1751	129	55,4	45	19,3	43	18,4	16	6,9	233	100
1752-1761	198	50,6	62	15,9	45	11,5	86	22	391	100

Fonte: MACHADO, 2010.

O crescimento da população livre não-branca, a partir de 1750, significa que a elite local não conseguiu continuar dominando a população nativa, devido aos esforços da Coroa para coibir essa prática, e os indígenas passaram a fazer parte do grupo dos bastardos livres. Esse cenário prossegue durante o próximo período, entre 1798 e 1824, quando aproximadamente 50% ou 60% da população não branca de Curitiba era livre.¹⁶²

Tabela 5 - Escravos, administrados e livres no conjunto da população não branca na Paróquia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (1731-1769)

Período	Escravos		Administrados		Livres não-br		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%
1731-1741	58	58	37	37	5	5	100	100
1742-1751	45	43,3	43	41,3	16	15,4	104	100
1752-1761	62	32,1	45	23,3	86	44,6	193	100
1762-1769	51	29,3	9	5,2	114	65,5	174	100

Fonte: MACHADO, 2010.

¹⁶²Ibid.

A população cativa teve um crescimento rápido no final dos setecentos, diminuindo no século XIX. Isso pode ter contribuído para a queda na quantidade de batismos de cativos entre 1772 e 1800, visto que a quantidade de crianças nascidas escravas diminuiu. Em um movimento oposto, a população livre cresceu significativamente.¹⁶³

Entre 1770 e 1800 é evidente a preferência por padrinhos livres em detrimento dos cativos, pois temos apenas 186 cativos para 433 livres. Entre os cinco padrinhos preferenciais da Vila de Curitiba, três eram homens livres (Antonio de Souza, Francisco de Paula Ribas e Francisco de Linhares) e dois eram escravos (Manuel, escravo de Manuel Vaz Torres, e André, escravo de Francisco Chagas Lima).

Dois casais de escravos foram padrinhos preferenciais; os dois cativos que compareceram à maioria dos batismos ao lado de suas companheiras foram Manuel, escravo de Manuel Vaz Torres, e André, escravo de Francisco Chagas Limas. Juntamente com Manuel, sua esposa, Teresa, também foi madrinha preferencial, pertencendo ao mesmo senhor; a esposa de André, Catarina, também foi uma das escravas que mais apadrinharam entre 1770 e 1800.

No mês de janeiro de 1778, Teresa foi madrinha da inocente Josefa, filha de Ângela, mulata, escrava de Francisco Bueno.

Aos dezessete dias do mês de janeiro de mil setecentos e setenta e oito anos nesta igreja matriz do Patrocínio de São José batizei e pus os santos óleos a inocente Josefa filha de Ângela mulata e de pai incógnito escrava de Francisco Bueno, natural de Pindamonhangaba, fregueses desta freguesia. Padrinhos José administrado do mesmo e Tereza casada com Manuel escravos de Manuel Vaz Torres fregueses desta freguesia. Para constar fiz este assento no mesmo dia mês era ut supra. Vigário Teodoro José de Freitas Costa.(BATCUR-01-087)

¹⁶³MACHADO, Cacilda. A inserção social de negros, índios e bastardos a partir de registros de óbitos (Planalto Paranaense na primeira metade do século XVIII). **Revista de História Regional**, 2010.p. 172.

Na transcrição do registro de batismo de Josefa percebe-se que Manuel não foi padrinho ao lado de Teresa, mas o vigário Teodoro apontou seu relacionamento na ata batismal. Essa informação foi importante para descobrir que, entre as 22 madrinhas nomeadas como “Teresa”, havia uma que batizou oito crianças. Os nomes de seu companheiro, Manuel, e do senhor do casal, Manuel Vaz Torres, foram as informações principais que nos possibilitaram detectar uma madrinha preferencial entre tantas homônimas.

O casal Teresa e Manuel foi o mais escolhido para apadrinhar no período de 1770 até 1800, participando juntos de cinco batismos. Teresa também foi madrinha de duas crianças cativas sem a presença de Manuel, enquanto este apadrinhou três crianças sem sua companheira.

Diante desse casal requisitado tão frequentemente para o batismo, são levantados questionamentos como: o que gerou esta preferência por Manuel e Teresa? Será que seu casamento influenciou nessas escolhas? A condição social de seu senhor teria afetado essa preferência?

Para compreender o status social do senhor do casal, Manuel Vaz Torres, recorreu-se à monografia de Diogo Carvalho, que traçou a trajetória de Manuel na freguesia de São José dos Pinhais, em Curitiba. O historiador explorou a quantidade de compadrios, a quantidade de cativos e a patente e as relações sociais de Manuel Vaz Torres para entender o seu lugar na vila.¹⁶⁴

Torres possuía seis cativos¹⁶⁵, sendo considerado detentor de uma escravaria grande, pois eram poucos os que tinham fogos com escravos em Curitiba no início do século XIX. Naquela época, fogos eram as divisões básicas que existiam dentro da vila e funcionavam como espaço de moradia, mas também como unidades econômicas em que a

¹⁶⁴CARVALHO, Diogo Neves de. **Quem seria a elite de São José dos Pinhais?** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014. p 12. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/11638>

¹⁶⁵CARVALHO, Diogo Neves de. **Quem seria a elite de São José dos Pinhais?** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.p. 23. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/11638>

produção era exercida pelos agregados, parentes, escravos e administrados.¹⁶⁶ Para compreender o que era fogo na América Portuguesa e como eram formados, recorreu-se à definição de Carlos Malaquias.

[...] O fogo pode ser definido como uma comunidade de bens e trabalho sob a hegemonia do pater. As relações sociais que o estruturavam compreendiam deveres mútuos entre seus membros e o chefe do domicílio. A este competia dar morada, alimentar, dirigir e proteger seus abrigados. A todos os demais moradores cabia a obediência e o trabalho para o chefe do fogo. Mas cada um dos moradores ocupava um lugar distinto nessa pequena comunidade, isto é, tinham direitos específicos. O lugar da esposa não se confundia com o dos filhos, nem o destes com o dos criados. [...]¹⁶⁷

Essa definição de fogo abarca a América Portuguesa e o cenário da Vila de Curitiba entre 1680 e 1800. Essa definição é importante para compreendermos como era a configuração dos fogos em Curitiba no século XIX. Nesse período, Curitiba tinha um número absoluto de fogos com escravos de 352, correspondendo a um percentual de 17,4%, sendo o número absoluto de fogos sem escravos de 1.666, com o percentual de 82,6%, totalizando 2.018 fogos.¹⁶⁸ Observa-se, portanto, que Manuel Vaz Torres tinha um fogo que era a exceção para aquele período em Curitiba.

Provavelmente essa característica influenciou na frequente escolha de Teresa e Manuel como pais espirituais. Outro fator que pode ter influenciado é o fato de que Torres foi tesoureiro da Confraria de Nossa Senhora dos Pretos entre 1805 e 1808.¹⁶⁹ Sua

¹⁶⁶FERNANDES, Juliana Panchiniak. **As mulheres na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, 1776-1816**. 2022. p. 44. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/244048>

¹⁶⁷OLIVEIRA MALAQUIAS, Carlos de. **Remediados senhores: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c. 1790 - c. 1844**. 2014. p. 209. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9UQRMA>

¹⁶⁸LUNA, Francisco Vidal; DA COSTA, Iraci del Nero. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 210-221, 1983.p. 213. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/156727>

¹⁶⁹CARVALHO, Diogo Neves de. **Quem seria a elite de São José dos Pinhais?** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.p. 23. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/11638>

participação na irmandade pode ter facilitado o convívio de seus escravos com outros cativos.

Para José Reis, as irmandades eram instituições voltadas para a devoção de santos católicos e eram de grande valor para os africanos e seus descendentes, sendo espaços onde poderiam exercer um pouco da sua autonomia e compartilhar ajuda mútua.

Entre as instituições em torno das quais os negros se agregaram de forma mais ou menos autônoma, destacam-se as confrarias ou irmandades religiosas, dedicadas à devoção de santos católicos. Elas funcionavam como sociedades de ajuda mútua. Seus associados contribuíam com jóias de entrada e taxas anuais, recebendo em troca assistência quando doentes, quando presos, quando famintos ou quando mortos. Quando mortos porque uma das principais funções das irmandades era proporcionar aos associados funerais solenes, com acompanhamento dos irmãos vivos, sepultamento dentro das capelas e missas fúnebres.¹⁷⁰

Percebe-se a importância das irmandades religiosas para a população africana e afrodescendente. A irmandade era uma espécie de família ritual, idealizada pelos brancos, que os negros utilizavam como instrumento para a construção de identidades e solidariedades.¹⁷¹

Nota-se que o casal pertencia a um senhor que detinha distinções dentro da sociedade curitibana, provavelmente fazendo parte da nobreza da terra. Manuel e Teresa não pertenciam a qualquer senhor de escravos, mas a um senhor que exercia o cargo de tesoureiro da Confraria de Nossa Senhora dos Pretos, o que lhe garantia legitimidade diante da sociedade curitibana.

Segundo Oliveira, o batismo ajudou a fortalecer aspectos hierárquicos na América Portuguesa, construindo a ideia de que os escravos não eram todos iguais e de que existia uma hierarquia no interior das senzalas. A elite das senzalas era formada por escravos que conseguiam ter acesso a recursos materiais e que formavam relações sociais que os beneficiavam.

¹⁷⁰REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-1.pdf

¹⁷¹Ibid.

[...] Alguns escravos tinham mais recursos do que outros e isso assumia a forma de alianças com pessoas de estatuto superior, através de um parentesco ritual. Essas relações tinham diversos resultados. Supostamente, contribuía para o cativo se transformar num forro. Da mesma forma, a cadeia clientelar desencadeada a partir dos laços de compadrio entre fidalgos e algumas famílias escravas possibilitava que o mando senhorial chegasse a diversas senzalas. Com isso, contribuía-se para a criação de legitimidade que colava a sociedade, ou seja, que permitia a sua existência. [...]¹⁷²

No banco de dados “Paty” consta a ata de batismo de Lino, filho de Manuel e Teresa. Lino foi batizado no dia 29 de setembro de 1782, na Igreja Matriz do Patrocínio de São José, tendo como padrinhos João dos Santos Lima e Escolástica, filha de Francisco Franca. Nesse documento o vigário apontou que Teresa era de nação Angola, ou seja, era uma africana trazida para a América Portuguesa.

Aos vinte nove dias do mes de Setembro de mil sete centos e oitenta dozes [sic] anos, nesta Igreja matriz do Patrocinio de São José batizei e pus os santos oleos ao inocente Lino filho legitimo de Manuel e de Tereza de nação Angola escravos de Manuel Vas Torres fregueses desta freguesia. Padrinhos João dos Santos Lima solteiro e Escolastica filha de Francisco Franca fregueses desta freguesia. Para constar fis este asento no mesmo dia mes era vt supra O Vigário Teodoro José de Freitas Costa (BATCUR-01-093)

O fato de o casal ter pertencido a Manuel Vaz Torres, tesoureiro da Irmandade do Rosário, pode ter garantido sua inserção na sociedade curitibana. Isso pode ter influenciado em seu favoritismo como padrinhos de crianças cativas, pois já estavam inseridos num âmbito que permitia a sociabilidade entre os escravos.

Tanto Manuel e Teresa como André e Catarina foram apontados como casais pelos vigários. Para Martha Hameister, um casal de escravos, pertencentes a uma pessoa de destaque dentro da sociedade e casados diante da Igreja, provavelmente teriam

¹⁷²OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. Filhos naturais e elites das senzalas: Compadrios e hierarquias sociais em freguesia rural do Rio de Janeiro (1691-1721). *Revista 7 Mares*, v. 7, p. 59-76, 2014. p. 3. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/7mares/wp-content/uploads/2014/10/v02n04a06.pdf>

internalizado as normas cristãs nas suas vidas, e os pais escravos buscavam madrinhas e padrinhos para os seus filhos que também seguissem os preceitos cristãos.¹⁷³

André e Catarina, também padrinhos preferenciais, eram escravos do Reverendo Francisco das Chagas Lima. Ao explorar as fontes batismais no banco de dados “Paty”, descobriu-se que o padre possuía cinco escravos, ou seja, sua escravaria era considerada grande para os padrões curitibanos.

Pode-se supor que André e Catarina não foram apenas escolhidos por causa das qualidades de seu proprietário, como a autoridade moral e a ética cristã, mas também pelos conhecimentos do catolicismo aprendidos. Os pais espirituais eram considerados condutores de seus afilhados no mundo católico, e escravos de membros do clero poderiam ter uma orientação religiosa superior à de muitos cristãos livres.¹⁷⁴

Outro padrinho preferencial de 1770 até 1800 foi o Reverendo Francisco Linhares, natural de Curitiba, que destaca-se entre os padrinhos livres por ter apadrinhado onze crianças cativas. Provavelmente, seu cargo dentro da Vila foi o fator que o tornou tão requisitado como padrinho.

Se o compadrio já carrega em si, de forma integrada, funções religiosas e mundanas, a escolha de párocos como padrinhos leva essa duplicidade ao extremo. A vontade de dar à criança a melhor proteção espiritual possível e ainda adquirir um compadre que apresente a possibilidade de ser um importante aliado no âmbito social podem se ver plenamente contempladas na figura dos padres, dado o papel que essas pessoas exerciam na comunidade. Como representantes de Deus, não se pode duvidar do prestígio que tinham em termos religiosos, e podiam dar aos afilhados uma educação espiritual adequada. Por outro lado, muitos desses padres, especialmente os vigários colados, vinham das famílias mais proeminentes da terra, o que significa que uma aliança com eles poderia significar uma aliança com essas famílias.¹⁷⁵

¹⁷³HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado em História Social) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. p. 313.

¹⁷⁴ibid.

¹⁷⁵MARQUES, Rachel dos Santos. **Para além dos extremos**: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776-c. 1800). Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2016. p. 201-202.

O Reverendo Francisco Linhares era filho de Francisco Linhares, nascido em Portugal,¹⁷⁶ e de Francisca Veloso. Seu pai vivia de negócio mercantil, e a lista nominativa de 1776 aponta que ele possuía dois escravos e oito vacas. Então, percebe-se que o pai do Reverendo era alguém distinto dentro da sociedade, pois era natural de Portugal, possuía dois escravos, era comerciante e ainda possuía oito cabeças de gado.

Não se pode, contudo, apontar que somente a origem familiar do reverendo Francisco Linhares teve papel principal em sua escolha por pais, mães e senhores de crianças cativas, pois sua posição na Igreja poderia ser a principal razão para essa preferência.

Francisco de Paula Ribas foi outro padrinho livre preferencial, que apadrinhou cinco crianças cativas. Ele é apontado nas atas batismais como filho do Capitão-Mor Lourenço Ribeiro de Andrade, que foi licenciado pela Universidade de Coimbra¹⁷⁷ e exercia a função de arrematador de escravos. Francisco de Paula aparece nas fontes como sendo casado com Isabel de Borba Pontes, no final do século XVIII, e com Genoveva do Rosário, no início do século XIX.

Este padrinho preferencial fazia parte da nobreza da terra, por ser filho de um Capitão-Mor e arrematador de escravos, adquirindo não somente a herança material, mas também o prestígio social que seu pai possuía. Para fazer parte da nobreza da terra não bastava ter terras e escravos: era necessário também descender de e/ou manter vínculos com os Fundadores da Vila.¹⁷⁸ Ribas se encaixa nesses requisitos, pois seu pai exercia uma função importante na vila e mantinha contato com os sujeitos que fizeram parte de sua fundação, como Antonio Luís Tigre.

¹⁷⁶ANDREAZZA, Maria Luiza. Categorias sociais e espaciais produzidas pelo recenseamento de homens de Curitiba de 1765. *Anais*. p. 1-16, 2016.p. 6. Disponível em: <https://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1783/1742>

¹⁷⁷PORTELA, Bruna Marina. **Gentio da terra, gentio da Guiné**: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2014. p. 215.

¹⁷⁸FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial: 1720-1821**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 150.

Lourenço Ribeiro, avô de Francisco Ribas, e Izabel Rodrigues estabeleceram laços de compadrio com Antonio Luís Tigre por meio do batismo do filho do casal, Agostinho. No testamento de Tigre, este determinou que seu escravo Francisco passaria a pertencer a seu afilhado Agostinho, quando de seu falecimento. O casal teve três filhos, que deram continuidade, através de laços matrimoniais com outros membros da elite local, a uma linhagem de “homens bons”, como Lourenço Ribeiro de Andrade, o primeiro curitibano a se formar na Universidade de Coimbra.¹⁷⁹

Nesse último recorte temporal - 1770-1800 -, os padrinhos preferenciais pertenciam a uma ordem hierárquica que os privilegiava diante dos escravos; até os casais de cativos que mais apadrinharam apresentam indícios de pertencerem a uma elite das senzalas, dispondo de bens materiais, simbólicos e meios que os distinguiam dos demais escravos. Quanto aos padrinhos livres, percebe-se que pertenciam a linhagens vinculadas à fundação da vila de Curitiba.

Estas características dos padrinhos preferenciais vão de encontro à conclusão de Brugger de que o compadrio era um meio para construir laços sociais com sujeitos que estivessem numa posição social superior diante da sociedade. Era um jogo de alianças formadas por segmentos sociais que estavam em status sociais iguais ou superiores aos dos pais escravos.¹⁸⁰ E, como vimos, os principais homens que batizaram crianças cativas ao longo desse longo recorte temporal possuíam distinções sociais que os diferenciavam de seus compadres.

¹⁷⁹STANCZYK FILHO, Milton. "**Para que minha vida não corra em debalde**":(des)venturas familiares e suas estratégias de bem viver nos sertões meridionais paulistas (Curitiba, séculos XVII e XVIII). Tese - (Doutorado) - São Paulo, Universidade de São Paulo, 2022. p. 112.

¹⁸⁰BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Compadrio e escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, p. 1-21, 2004. p. 7.

Porém, a escolha de padrinhos poderia ir além de uma busca por alianças que pudessem beneficiá-los socialmente, pois os escravos poderiam também escolher padrinhos escravizados, o que significaria um fortalecimento da comunidade escrava.¹⁸¹

¹⁸¹BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Compadrio e escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, p. 1-21, 2004. p. 7.

Capítulo IV - AS MADRINHAS PREFERENCIAIS

4.1 MADRINHAS ESCRAVAS E LIVRES

O batismo era um sacramento carregado de efeitos benéficos na vida espiritual, pois por meio dele todos os pecados, especialmente o original, herdado de Adão e Eva, eram perdoados, mesmo aqueles considerados graves. O batizado tornava-se filho de Deus e herdeiro do Reino dos Céus.

Tais características do batismo foram descritas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. O sacramento era considerado tão importante que as Constituições advertiam aos pais para batizarem seus filhos imediatamente após o nascimento, porque poderia ocorrer que as crianças morressem poucos dias depois, partindo desta vida sem receberem o batismo, perdendo assim a oportunidade de receber a salvação.

Era recomendado que no batismo não houvesse somente um padrinho ou uma madrinha e nem eram admitidos dois padrinhos e duas madrinhas; o correto seria um padrinho e uma madrinha.

Conformando-nos com a disposição do Santo Concílio Tridentino, mandamos, que no Batismo não haja mais que um só padrinho, e uma só madrinha, e que não será admitido juntamente dois padrinhos ou duas madrinhas, os quais padrinhos serão nomeados pelo pai, mãe ou pessoa a cujo cargo estiver a criança e sendo adulto, os que ele escolher [...] ¹⁸²

Esse capítulo se propõe a analisar as mulheres que foram frequentemente madrinhas de crianças cativas em Curitiba entre 1680 e 1800. Nomes homônimos impossibilitam a identificação adequada destas personagens, quando não havia alguma referência como o

¹⁸²DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**. Antonio Louzada Antunes, 1853. p. 26.

nome do marido ou do filho. Isso é mais perceptível em relação às madrinhas, muitas vezes registradas sem sobrenome ou com nome incompleto nas fichas de batismo.¹⁸³

Rachel Marques descreve que era recorrente a quantidade de nomes homônimos nos registros paroquiais no Rio Grande de São Pedro entre 1776 e 1800, mas essa característica também é evidente nas fontes de batismo da Vila de Curitiba, tanto que nos foi necessário recorrer à metodologia do nome como o fio condutor para diferenciar sujeitos com o mesmo nome.¹⁸⁴

Assim como na tese de Marques, os nomes comuns ou incompletos das madrinhas não permitem a sua identificação nos registros de batismo ou em outras fontes, impossibilitando distingui-las das demais.

Ao mesmo tempo em que nem todos os homônimos puderam ser diferenciados uns dos outros, o contrário também pode ser verdadeiro: uma mesma pessoa pode aparecer com nomes diferentes. São os limites impostos ao pesquisador pelas características dos documentos disponíveis que justificam a retirada de uma parcela dos batismos das tabelas elaboradas – procedimento que, infelizmente, não elimina a possibilidade de falsas associações ou falsas separações, ainda que as diminua consideravelmente.¹⁸⁵

Entre 1680 e 1710, encontramos dois nomes de madrinhas que apareceram nas fichas de batismos como preferenciais. A primeira foi Luzia da Cunha, aparecendo como madrinha duas vezes, seguida de Maria Roiz, que aparece como madrinha em quatro registros. As fichas de batismos não contêm mais informações que possam auxiliar nesta investigação. Recorreu-se a outras fontes, como listas nominativas e escrituras, para buscar mais indícios sobre essas mulheres, porém não foram encontradas informações complementares.

¹⁸³MARQUES, Rachel dos Santos. **Para além dos extremos**: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776-c. 1800). Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2016. p. 203.

¹⁸⁴MARQUES, Rachel dos Santos. **Para além dos extremos**: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776-c. 1800). Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2016. p. 203.

¹⁸⁵Ibid.

É evidente que, nesse primeiro recorte temporal, os registros batismais apresentam menos informações sobre as madrinhas do que sobre os padrinhos, pois as informações dos padrinhos preferenciais nos permitiram analisar suas trajetórias por meio do sobrenome e de informações complementares inseridas pelo pároco ao preencher a ficha de batismo, permitindo acompanhar a sua trajetória e lugar social na Vila de Curitiba. O contrário ocorreu com as madrinhas, sobre as quais não constam informações complementares ou sobrenomes que nos ajudariam na compreensão das suas trajetórias.

Porém, nesses primeiros 30 anos percebeu-se que, das 31 mulheres escolhidas para serem madrinhas de crianças escravas, apenas uma era escrava, junto com um escravo que também foi o único padrinho cativo. “Hiacinta” (Jacinta) e Calisto, ambos escravos de Francisco Velozo, foram pais espirituais de Francisca, filha de Maria, também escrava de Velozo.

Figura 18- Ficha de batismo de Francisca

Senhor Pai		Francisca	sexo	Senhor Mãe	filho legítimo
Pai				Francisco Velozo	
Mãe		Maria			
Avô paterno				Avô Materno	
Avô Paterna				Avô Materna	
Padrinho		Calisto		Madrinha	
Senhor Padrinho		Francisco Velozo		Hiacinta	
				Francisco Velozo	Senhor Madrinha

Fonte: Banco de dados “Paty”(BATCUR-01-110).

Na Figura 18 vemos a ficha de batismo de Francisca, batizada em 1709. Considerando que ela foi a única criança filha de uma escrava apadrinhada por escravos, pode-se deduzir que havia uma preferência por sujeitos livres nesse primeiro período. E, na verdade, em todos os períodos houve a preferência por padrinhos e madrinhas livres. Brugger descreve que, em Minas, a maioria dos padrinhos era de condição igual ou superior à das mães, sendo raro os filhos de mães livres terem padrinhos forros ou escravos.¹⁸⁶

¹⁸⁶BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**: família e sociedade, São João del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007. p. 285.

No segundo período, entre 1710 e 1740, houve um total de 953 batismos, sendo 244 de crianças escravas. Observa-se que ocorreu um aumento significativo de batismos de crianças cativas, em relação ao primeiro período.

Luzia, gentio da terra, que pertencia à administração de Antônio Luís Tigre, batizou três crianças escravas; o primeiro batismo aconteceu no ano de 1723, o segundo em 1724 e o terceiro em 1731. A condição indígena da madrinha é confirmada nas três fichas batismais, que a descrevem como gentio da terra ou como serva de Antonio Luís Tigre.

Aos vinte e sete dias do mês de junho de mil setecentos trinta e um anos nesta paroquial igreja de Nossa Senhora da Luz batizei e pus os santos oleos a Bento inocente filho de Francisca solteira do gentio da terra da administração do capitão Antonio Luís Tigre. Foram padrinhos Fernando e Luzia ambos do gentio da terra da administração do dito. Todos moradores no Campo Largo. Nasceu aos dezanove do dito mês, para constar fiz este termo no mesmo dia e Era et supra. Vigário padre Inácio Lopes (BATCUR-01-063)

Nesse período em que Luzia foi madrinha, a Capitania de São Paulo estava atravessando um momento próspero, havendo maior estabilidade das atividades agrícolas e pastoris, com a abertura de novos caminhos possibilitando o comércio com outras localidades. No século XVIII, na Vila de Curitiba, aumentou o número de escravos oriundos da África, adquiridos por sujeitos mais abastados e que preferiam adultos do sexo masculino. A documentação referente aos batismos em Curitiba no século XVIII mostra pequena quantidade de adultos indígenas nas atas de batismo, o que também pode-se dever à falta de preocupação dos senhores em converter os gentios.¹⁸⁷

Tabela 6 - Quantidade de registros de batismos de indígenas adultos entre 1687 e 1754

Batismos de indígenas adultos							
Anos	1687-1690	1704-1710	1711-1720	1721-1730	1731-1740	1754	Total
Quant.	2	7	23	2	12	1	47

Fonte: SOKULSKI, 2008.

¹⁸⁷SOKULSKI, Marcos. Administrado, Gentio, Índio, Carijó: a presença indígena nas fontes administrativas e eclesíásticas. III CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO - ALAP. *Anais*. 2008. p. 3.

Mesmo com as subnotificações nos registros de batismos de indígenas adultos, percebe-se que entre 1710 e 1740 houve o maior número de indígenas adultos batizados, ocorrendo uma queda após 1740. Isso se deve ao aumento do número de escravos negros e à mudança na categorização dos indígenas, que passaram a ser denominados como brancos nas fontes documentais a partir do século XVIII.¹⁸⁸

Entre 1710 e 1740, ainda havia a presença massiva de indígenas como administrados e servos, participando dos batismos como padrinhos ou madrinhas. Percebeu-se que, neste período, entre as 43 madrinhas escravas, seis pertenciam a Antonio Luís Tigre. Nesse recorte temporal também percebemos a pouca quantidade de madrinhas escravas apadrinhando mais de duas crianças cativas, ao contrário das madrinhas livres, em que constam 14 mulheres com dois afilhados.

No caso das seis madrinhas que pertenciam a Tigre, quatro batismos ocorreram entre administrados e escravos que também pertenciam ao capitão. Com isso, entende-se que Antonio Luís Tigre possuía seis escravos que construíram relações batismais entre si.

Milton Stanczyk percorreu a trajetória do Capitão Antonio Luís Tigre e, a partir de seus estudos, podemos compreender a estreita relação do capitão com a Capela de Nossa Senhora da Conceição do Pilar de Tamanduá. Além de mandar reconstruí-la, Tigre doou meia légua de suas terras para sua edificação e mandou trazer de Portugal uma imagem de Nossa Senhora da Conceição.¹⁸⁹

Antonio Luís Tigre foi casado com Ana Rodrigues de França, filha do Capitão-Mor João Rodrigues França. Conforme Stanczyk, o casal não teve filhos e desistiu da herança deixada por França; esse ato foi para beneficiar os outros herdeiros, já que o casal possuía

¹⁸⁸Ver mais em: LIMA, C. A. M. Invernos cruentos: nota sobre a morbidade entre escravos e administrados a partir de movimentos sazonais e crises de mortalidade (Curitiba, 1732-1801). **Revista de História Regional**, v. 20, n. 1, 2015.p. 5.

¹⁸⁹STANCZYK FILHO, Milton. "**Para que minha vida não corra em balde**": (des)venturas familiares e suas estratégias de bem viver nos sertões meridionais paulistas (Curitiba, séculos XVII e XVIII). Tese - (Doutorado) - São Paulo, Universidade de São Paulo, 2022. p. 123.

muitos bens. Com isso, o Capitão-Mor Tigre não teve herdeiros legítimos, deixando sua herança para Nossa Senhora da Conceição do Tamanduá.¹⁹⁰

É coerente que Antonio Tigre tivesse um fogo grande, pois era abastado o suficiente para ter tanto administrados quanto escravos. No banco de dados “Paty” há dezessete registros de batismos de crianças filhas de escravas de Antonio Luís Tigre, em que os padrinhos e madrinhas eram livres ou escravos de outros senhores. Portanto, os escravos do fogo do Capitão-Mor construíram relações espirituais com escravos de outros fogos e também com sujeitos livres.

Para Brugger, entre as escravas, os padrinhos poderiam ser tanto livres quanto escravos, havendo tanto possibilidades de ganhos para si próprias quanto a chance de reforçar as relações já estabelecidas dentro da própria comunidade.¹⁹¹ Para Bacellar, na América Portuguesa não havia um padrão para as práticas de batismo dos escravos, pois esta era uma realidade vasta e diversificada, em que não havia um comportamento uniforme. O autor descreve que as relações batismais estenderam-se para todos os lados, pois escravos, forros e livres com as mais variadas qualidades exerceram a função de pais espirituais.¹⁹²

Um exemplo de nome de madrinha livre que não conseguimos individualizar foi o de Joana da Luz. O nome Joana da Luz aparece como madrinha de quatro crianças, mas não encontramos outras informações que nos permitissem confirmar que tratava-se sempre da mesma pessoa. Apenas dois registros apontam evidências de que era a mesma Joana: a madrinha de 1722 é descrita como mulher do Alferes Francisco Jerônimo e, em 1735, encontramos uma Joana descrita como viúva de Francisco Jerônimo.

¹⁹⁰Id., p. 127.

¹⁹¹BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**: família e sociedade, São João del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.p. 285.

¹⁹²BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-ANPUH. **Anais**. São Paulo, 2011.

Maria, escrava de Gregório Mendes, foi madrinha de quatro crianças escravas. Percebe-se que ela possuía uma característica que a diferenciava das demais escravas, por pertencer a um vigário, uma autoridade religiosa na América Portuguesa. Isto pode ter contribuído para que fosse tão requisitada como madrinha, porque a escrava de um padre poderia ser escolhida pelas qualidades do seu proprietário e por seus próprios conhecimentos acerca da religião católica, tal como vimos anteriormente em relação aos padrinhos.

Simoa foi outra cativa que apadrinhou duas crianças entre 1710 e 1740. Seu primeiro registro como madrinha é do ano de 1728, em que Simoa consta como carijó da administração de Cristovão Pinheiro. Já em um registro de 1730, Simoa é apontada como mulher de Ventura, escravo do mesmo Pinheiro.

Aos sete dias do mês de setembro de mil setecentos e trinta anos nesta paroquial igreja de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba batizei e pus os santos oleos a Gervazia inocente filha de Maria solteira do gentio da Guiné escrava do capitão Antonio Luís Tigre. Foram padrinhos Pascoal e Simoa mulher de Ventura escravo de Cristovão Pinheiro todos moradores nesta vila. Nasceu ao primeiro dia do dito mês, para constar fiz este termo no mesmo dia e Era vt supra. Vigário padre Inácio Lopes (BATCUR-01-057)

Utilizando a informação de que Simoa era casada com Ventura, localizamos no banco de dados “Paty” quatro registros de batismos de seus filhos. Todos os padrinhos foram pessoas livres, evidenciando que o casal teve possibilidade de construir laços sociais com pessoas de status social superior.

É interessante notar que Ventura era um gentio da Guiné, ou seja, um escravo oriundo da África, e Simoa era uma indígena. Esse casal pode ter feito parte de uma certa elite das senzalas, o que é sugerido não somente pelo fato de Simoa ter apadrinhado duas crianças cativas, como também porque o casal estabeleceu laços de compadrio com sujeitos de status superior.

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de mil setecentos e vinte e sete anos nesta Matriz de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba. Batizei e pus os santos óleos a Benta inocente filha de Ventura do gentio de Guiné e de sua mulher Simoa do gentio da terra, escravos de Christovao Pinheiro, foram padrinhos Antônio Pereira e Luzia Fernandes de Siqueira. Vigário Gregório Mendes Barbuda (BATCUR-01-041)

É necessário agora ressaltar que a falta de registros de batismo de crianças cativas prejudicou uma análise mais completa sobre as madrinhas preferenciais no período subsequente. De 1740 até 1770, ocorreram 264 batismos, com apenas 19 de filhos de escravos.

Com esses escassos registros, encontrou-se somente uma mulher que foi madrinha de duas crianças cativas: Juliana, administrada de Manuel Soares, foi madrinha de André, filho de um casal de escravos pertencentes a João Carvalho de Assunção.

Aos dezesseis dias do mes de Agosto de mil e setecentos e quarenta e tres anos nesta Igreja matriz de Nossa Senhora da Luz da Vila de Curitiba, batizei e pus os santos óleos a Andre inocente filho de Gracia e de sua mulher Natalia escravos de João Carvalho de Assunção. Foram padrinhos Francisco de Albuquerque solteiro filho de Salvador de Albuquerque e Juliana administrada de Manuel Soares todos moradores do Bairro de São José desta freguesia: nasceo aos oito dias do dito mes e para constar fiz este assento no mesmo dia e era vt supra. O Vigário Manuel Domingues Leitão.(BATCUR-02-059)

No período de 1770 até 1800 foram registradas 4.467 atas batismais, com 640 sendo de crianças escravas. Destas, 192 crianças tiveram madrinhas escravas, evidenciando um aumento expressivo na quantidade de madrinhas escravas preferenciais. Entre as cinco madrinhas com quatro e até cinco afilhados, quatro eram escravas e uma era livre.

O primeiro caso que nos chamou a atenção foi o de Isabel, casada com Antonio, ambos escravos de Inácio de Sá. Utilizando seu nome e o de seu marido para individualizá-los, percebemos que em três batismos Isabel esteve ao lado de seu esposo Antonio, este atuando como padrinho, e que o senhor era sempre Inácio de Sá. Num único batismo em

que Isabel não estava acompanhada de seu cônjuge, o pároco acrescentou a informação de que ela era casada e escrava de Sá.

Isabel foi madrinha de quatro crianças pertencentes a casais de outros fogos; somente em um dos casos a criança foi registrada como filha de pai incógnito. Em relação às mulheres escravas, torna-se evidente que elas construíram redes de sociabilidade para enfrentar as limitações impostas pelo sistema escravista e vencer tais obstáculos, como em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII.¹⁹³

Não se pode ignorar a importância das madrinhas cativas na construção de laços batismais, estabelecendo ou reforçando relações já existentes. Sua atuação é um indicativo da importância das alianças entre mulheres escravas no sistema escravista.¹⁹⁴ Outra característica que é importante salientar no caso de Isabel é seu casamento com Antonio. Na América Portuguesa, o casamento, além de unir duas pessoas diante de Deus, facilitava a formação de alianças seguras, possibilitando o acesso à rede de parentesco do cônjuge.¹⁹⁵

Mariana, escrava, foi madrinha de sete crianças cativas. No ano de 1786, Mariana foi madrinha de Cristina, filha de Rita e Antonio, escravos de José de Andrade. Na ata batismal, ela foi qualificada como mulher de João e escrava de Dona Maria Paes dos Santos. O título de “dona” era um pronome de tratamento direcionado a mulheres de destaque na localidade.¹⁹⁶ A lista nominativa de 1776 informa que Dona Maria Paes vivia das suas lavouras, e um documento de 1792 assinala que ela possuía dez escravos.

Mariana possuía requisitos que apontam que ela fazia parte da elite das senzalas, pois pertencia a uma senhora abastada e conseguia ter acesso a escravos de outras senzalas

¹⁹³Ver mais em: DANTAS, Mariana LR. Mulheres e Mães Negras: mobilidade social e estratégias sucessórias em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. **Almanack**, p. 88-104, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/nmWW5GMKqDQhTwLx8T7WNkP/abstract/?lang=pt>

¹⁹⁴LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: Edusp, 2006. p. 210.

¹⁹⁵SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: as esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999. p. 200.

¹⁹⁶FREITAS, Denize Terezinha Leal; DA SILVA, Jonathan Fachini. Dona Anna Marques de Sampaio: uma mulher de família, da Igreja, dona de escravos e proprietária de terras na Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre (finais do XVIII e meados do XIX). **Letras**, 2007.p. 6.

para formar alianças sociais. Percebe-se que os laços de compadrio formados por Mariana com escravos de outras senzalas faziam parte de um conjunto de práticas e vivências desenvolvidas por esses sujeitos como formas de adaptação e sobrevivência.¹⁹⁷

A única madrinha livre que encontramos como preferencial foi Francisca de Paula Ribas, que teve cinco afilhados cativos. Nas atas de batismo armazenadas no banco de dados “Paty”, novamente deparamo-nos com homônimos, com outras mulheres livres com o nome de Francisca de Paula, mas foi possível identificar cinco atas batismais que tratavam da mesma madrinha, por meio dos nomes de homens, como seu pai e seu esposo.

As fontes batismais apontam a ligação familiar entre Francisca e Lourenço Ribeiro de Andrade, bem como o fato de que ela era mulher de João Antônio da Costa, facilitando sua individualização. Além disso, a identificação dos laços parentais da madrinha nos ajudou a descobrir o seu sobrenome, sendo seu nome completo Francisca de Paula Ribas.

Figura 19 - Ficha de batismo de Feliciania

inf	quem	agente	cód_agente	informação
QUALI	SENHOR	Lourenço Ribeiro de Andrade		Capitão Mor
ECIV	PADRINHO	Francisco de Paula Ribas		Solteiro
FILH	PADRINHO	Francisco de Paula Ribas		filho de Lourenço Ribeiro de Andrade
ECIV	MADRINHA	Francisca de Paula		mulher de João Antonio da Costa
QUALI	PADRE	Francisco das Chagas Lima		Vigário

Fonte: Banco de dados “Paty”(BATCUR-09-034)

Na tabela do banco de dados reservada para inserir a qualidade dos sujeitos citados pelo pároco, percebe-se que a madrinha Francisca de Paula foi apontada como mulher de João Antônio da Costa. O padrinho, Francisco de Paula Ribas, foi identificado como filho de

¹⁹⁷SILVA, Gian Carlo de Melo. Os filhos da escravidão e o primeiro sacramento: batismo, compadrio e sociedade escravista na freguesia de Santo Antônio do Recife, Capitania de Pernambuco, no fim do século XVIII. **História**, São Paulo, v. 37, 2018.p. 30. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/ZW6JHLYxschL9DdCjNGmSgv/abstract/?lang=pt>

Lourenço Ribeiro de Andrade. E o senhor dos cativos Rita e Joaquim, pais de Feliciana, Lourenço Ribeiro de Andrade, é descrito como capitão-mor.

Figura 20 - Ficha de batismo de Venâncio

Senhor Pai		Venâncio		sexo	F	Senhor Mãe
José de Andrade		Pai	Antônio	Mãe		José de Andrade
Avô paterno						
Avó Paterna						
Padrinho				Madrinha	Francisca de Paula Ribas	
Senhor Padrinho						Senhor Madrinha

Fonte: Banco de dados "Paty" (BATCUR-09-038)

A Figura 20 apresenta as informações sobre o batismo de Venâncio, que aconteceu no dia 16 de janeiro de 1791, tendo Francisca de Paula Ribas como madrinha do filho de Rita e Antônio, ambos escravos de José de Andrade. Na tabela de informações complementares, o pároco registrou que a madrinha era casada com João Antonio da Costa.

Na lista nominativa de 1786, armazenada no banco de dados "Maços Pop", o capitão-mor Lourenço Ribeiro de Andrade consta como chefe de um fogo com 34 escravos; Andrade vivia com suas filhas e genros, tendo seu fogo uma população total de 43 pessoas.

Figura 21 - Lista nominativa do fogo de Lourenço Ribeiro de Andrade

Fogo	mat.	Quali	Nome	Idade	Sexo	Categoria	E
3810 1	[001]	01888	Capitão Lourenço Ribeiro de Andrade	69	M	Chefe	?
FOGO	nome	Nome & Local	primeiros	último	sem_partícula	PRODUÇÃO	outras informações
	Curitiba1786---1.a Cia-	Capitão-	Lourenço Ribeiro de Andrade	69		Chefe	?
	Curitiba1786---1.a Cia-		Isabel Ribeiro	66		Irmã	S
	Curitiba1786---1.a Cia-		Antonio Ribeiro	31			?
	Curitiba1786---1.a Cia-		João Antonio	31		Genro	C
	Curitiba1786---1.a Cia-		Ana Maria	25		Filha	C
	Curitiba1786---1.a Cia-		João Antonio da Costa	31		Genro	C
	Curitiba1786---1.a Cia-		Francisca de Paula	19		Filha	C
	Curitiba1786---1.a Cia-		José Antonio	26		Genro	C

Fonte: Banco de dados "Maços Pop"

Lourenço de Andrade, natural de Portugal, foi um sujeito de comprovada importância na sociedade curitibana, sendo membro da câmara oito vezes, exercendo funções importantes como a de vereador. Percebe-se que Lourenço também tinha o título de

capitão-mor, que era o topo da hierarquia militar local, sendo responsável pelos serviços das Ordenanças e pela formação das companhias. Também tinha o título de "homem bom", de acordo com David Carneiro, e era considerado um homem responsável, que seguia as ordens da Coroa.¹⁹⁸

Também em Curitiba o cargo de Capitão-Mor passou por uma seqüência familiar. O Capitão-Mor de Curitiba, 1765-1799, Dr. Lourenço Ribeiro de Andrade, era formado em Coimbra. Filho do Capitão Miguel Rodrigues Ribas e de sua mulher Maria Rodrigues de Andrade. Formado em Coimbra, participante das expedições ao oeste, nos sertões do Tibagi e Guarapuava. Era descendente de João Rodrigues Seixas, o primeiro escrivão da Câmara de Curitiba.¹⁹⁹

Analisando a genealogia de Lourenço Ribeiro de Andrade, percebe-se que ele pertencia à nobreza da terra, ou seja, fazia parte da elite colonial. O capitão pertencia a uma família que participou politicamente da fundação da Vila de Curitiba, sendo descendente de povoadores e conquistadores da localidade.²⁰⁰

A madrinha em questão, Francisca de Paula Ribas, casou-se com João Antônio da Costa, natural de Portugal, guarda-mor e juiz ordinário da Câmara por quatro vezes.²⁰¹ Na lista nominativa de 1789, o casal não morava mais no fogo de Lourenço Ribeiro: João Antônio havia se tornado chefe de fogo e tinha quatro escravos. Observa-se que a madrinha livre mais requisitada pertencia a uma elite colonial, sendo descendente de pessoas influentes na Vila de Curitiba e herdeira de seu capital social.

Percebe-se que esses atributos herdados pela madrinha podem ter características que a levaram a ser requisitada. Porém, acredita-se que seus afilhados, compadres e

¹⁹⁸INSSA, Maria Helena Cordeiro. **Os louros de Lourenço**: Genealogia e vida do Dr. Lourenço Ribeiro de Andrade (1724-1799). Monografia (Graduação em História) - UFPR, Curitiba, 2000. p 7-8. Disponível em: http://www.historia.ufpr.br/monografias/2000/maria_helena_cordeiro_inssa.pdf.

¹⁹⁹OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **A" Nobreza da Terra" nas vilas de Paranaguá, Curitiba e São Francisco do Sul**. CONGRESSO INTERNACIONAL PEQUENA NOBREZA NOS IMPÉRIOS IBÉRICOS DE ANTIGO REGIME, Lisboa, 2011. p. 14. Disponível em: <https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/vinculos/00008a/00008ac1.pdf>

²⁰⁰Id., p. 2.

²⁰¹INSSA, Maria Helena Cordeiro. **Os louros de Lourenço**: Genealogia e vida do Dr. Lourenço Ribeiro de Andrade (1724-1799). Monografia (Graduação em História) - UFPR, Curitiba, 2000. p. 39.

comadres não usufruíram muito dos benefícios de ter um laço espiritual com uma mulher da nobreza. Isso porque Francisca de Paula faleceu aos 35 anos.

Francisca de Paula Ribas casou-se com João Antonio da Costa, reinol da prelazia de Thomar, aos 17 anos, falecendo aos 35. Desta união, tiveram seis filhos, contudo, somente um sobreviveu aos quinze anos, casando-se posteriormente. Chamava-se Anna Maria Sá Ribas, casada com o comendador Manoel Mendes Leitão em 1815.²⁰²

Percebe-se que os matrimônios da família de Lourenço Ribeiro de Andrade foram estabelecidos com sujeitos do mesmo status social. Burmester afirma que os matrimônios em Curitiba eram constituídos em sua maioria entre iguais, refletindo a endogamia de classe nas sociedades da América portuguesa.²⁰³

A 'igualdade social' era seguida mais a risca, pois o casamento nada mais era do que uma forma de se manter alianças entre as famílias, que tinham preocupação com o dote, pois é este que definiria o futuro de suas filhas, a manutenção ou a ascensão social perante um matrimônio conveniente.²⁰⁴

Outra característica dos matrimônios curitibanos, apontada por Chagas e confirmada no caso da família de Lourenço, é que a maioria dos homens que se casaram em Curitiba nasceu em outras regiões.²⁰⁵ Tanto Lourenço Ribeiro de Andrade quanto João Antonio da Costa eram naturais de Portugal.

Entre 1731 e 1798, a idade média de casamentos para as mulheres era de 20,8 anos. A média de filhos para as mulheres que contraíam matrimônio aos 19 anos era de 7 filhos, refletindo uma política populacional que buscava "bons resultados".²⁰⁶ Na trajetória de

²⁰²Id., p 59.

²⁰³BURMESTER, A. M. O. A nupcialidade em Curitiba no século XVIII. **História: Questões e Debates**, Curitiba, Ano 2, n. 2, p. 63-68, jun. 1981. p. 66.

²⁰⁴CHAGAS, Paula Roberta. **Usos do cotidiano do parentesco espiritual**: Curitiba na transição do século XVII para o XVIII. Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2010. p. 33-34.

²⁰⁵Id., p. 66.

²⁰⁶BURMESTER, op. cit., p. 66-67.

Francisca de Paula percebe-se que ela seguiu este percurso previsto para as mulheres livres e de boa família da Vila de Curitiba, casando-se jovem, aos 17 anos, e gerando seis filhos.

A morte prematura de Francisca de Paula Ribas provavelmente acarretou perdas sociais e materiais para seus afilhados, compadres e comadres, pois estes eram laços espirituais que reverberariam na esfera social. Porém, é necessário enfatizar que, dos seis batismos em que Francisca foi madrinha, seu primo Francisco de Paula Ribas esteve presente como padrinho em três. Ou seja, ao menos metade dos afilhados ainda teriam contato com a família do capitão-mor. Em outros dois batismos, ela esteve ao lado de "homens bons", tenentes e brancos. Somente em um batismo Francisca de Paula não teve um padrinho a seu lado; neste caso, acredita-se que sua morte pode ter dificultado a manutenção dos laços da família escrava com a família de Lourenço Ribeiro.

Vemos, assim, que as madrinhas livres ou cativas, de 1680 até 1800, apresentam algumas características em comum, como, por exemplo, o casamento. Principalmente no caso das madrinhas cativas, nota-se que elas em sua maioria compareceram ao batismo ao lado de seus companheiros, como padrinhos, e, quando estes não exerciam esta função, o pároco enfatizava que a madrinha era mulher de alguém, como no caso de Teresa e Manuel, Simoa e Ventura e Isabel e Antonio.

Aos vinte dias do mes de Fevereiro de mil setecentos, e oitenta anos, nesta Igreja matriz do Patrocinio de São José batizei, e pus os Santos oleos ao inocente Sebastião filho de Ana de Jezus Veloza solteira forra, e de Pai incógnito natural da vila De Curitiba, e fregueses desta freguesia. Para constar, digo Padrinhos, Manuel Tereza cazados, escravos de Manuel Vaz Torres fregueses desta freguesia. Para constar fiz este asento no mesmo dia mes era vt supra. O vig.º Teodoro José de Freitas Costa. (BATCUR-01-090)

Como verificamos no capítulo sobre os padrinhos cativos, Manuel foi padrinho na maioria das vezes ao lado de sua esposa, Teresa. Esta amadrinhou uma vez sem ter seu esposo como padrinho, mas o pároco a registrou como esposa de Manuel.

Aos dezessete dias do mês de janeiro de mil setecentos e setenta e oito anos nesta igreja matriz do Patrocínio de São José batizei e pus os santos óleos a inocente Josefa filha de Ângela mulata e de pai incógnito escrava de Francisco Bueno, natural de Pindamonhangaba, fregueses desta freguesia. Padrinhos José administrado do mesmo e Tereza casada com Manuel escravos de Manuel Vaz Torres fregueses desta freguesia. Para constar fiz este assento no mesmo dia mês era ut supra. Vigário Teodoro José de Freitas Costa. (BATCUR-01-087)

A preferência por madrinhas casadas e por casais reflete a importância do matrimônio para os cativos. Slenes descreve que o casal de escravos poderia receber um lote de terras, em que poderiam plantar e construir sua casa, ou seja, viver longe do olhar do senhor. Além disso, havia uma divisão de trabalhos dentro da família cativa, podendo a prole auxiliar os pais em diversas atividades.²⁰⁷ O casamento religioso também era uma condição para alcançar a estabilidade econômica e a ascensão social.

O casamento não envolvia apenas o casal, mas sim o grupo social que o cercava – a família, a parentela e a vizinhança – sendo difundido através de uma série de leis regidas pela Igreja e pela Coroa, estando também envolvidos em um jogo de interesses tanto morais, como sociais determinados pela sociedade.²⁰⁸

Em nossa análise, tornou-se evidente que uma mulher casada tinha mais chances de ser preferida para madrinha. Isso, provavelmente, deve-se à maior possibilidade de construir relações sociais e à maior segurança na manutenção desses laços, ao contrário do que ocorreria com padrinhos ou madrinhas solteiros, que teriam menos familiares com quem formar alianças, em comparação aos casados, que tinham também acesso à rede de parentesco de seus cônjuges.

²⁰⁷SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: as esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 191-192.

²⁰⁸CHAGAS, Paula Roberta. **Usos do cotidiano do parentesco espiritual**: Curitiba na transição do século XVII para o XVIII. Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2010. p. 32.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou entender como o batismo se refletiu em uma prática que possibilitou a construção de laços sociais pelos escravizados entre si e com outros setores da sociedade. Não se pode negar que o catolicismo foi imposto aos cativos e aos administrados, sendo o batismo uma ferramenta de manutenção da religião pela Igreja Católica. Os sujeitos explorados como mão de obra, no entanto, utilizaram-se do batismo como forma de construir e expandir suas redes e adquirir benefícios, como, por exemplo, a concessão de alforria aos afilhados. No entanto, mesmo quando não havia benefícios diretos e objetivos, havia o benefício imaterial da expansão e fortalecimento dos laços e suportes sociais.

Neste trabalho vimos que, inicialmente, na região de Curitiba, houve a preferência por padrinhos e madrinhas livres para crianças cativas, mas, conforme ocorreu o crescimento da mão de obra escrava, também houve o aumento da quantidade de padrinhos e madrinhas escravizados.

A presença da elite curitibana como padrinhos preferenciais provavelmente é um reflexo da tendência a escolher famílias mais abastadas e que teriam melhores condições para se deslocarem até a paróquia onde seria realizado o batismo.²⁰⁹ Percebeu-se isso principalmente entre 1680 e 1710, período em que 40 homens livres foram padrinhos de crianças cativas, e apenas nove homens escravos. Nesses primeiros trinta anos, 31 mulheres foram madrinhas, sendo livres ou escravas, e não foram encontradas madrinhas preferenciais. Esse apontamento vai de encontro à análise de Paula Chagas, que afirma que entre 1686 e 1714 a maioria dos padrinhos e madrinhas de cativos eram livres, com cerca de 93% do total dos batismos de escravos apresentando esse comportamento.²¹⁰ Ao longo do

²⁰⁹MARQUES, Rachel dos Santos. **Para além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social** (Rio Grande de São Pedro, c. 1776-c. 1800). Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2016. p. 201-202.

²¹⁰CHAGAS, Paula Roberta. **Usos do cotidiano do parentesco espiritual: Curitiba na transição do século XVII para o XVIII**. Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2010. p. 47.

recorte temporal, percebeu-se que a preferência por livres para apadrinharem crianças cativas se manteve, mas também aumentou a quantidade de padrinhos e madrinhas escravos, conforme o crescimento da mão de obra na Vila de Curitiba. É importante enfatizar que, no início da construção da Vila, a mão de obra era formada majoritariamente por indígenas, sendo raros os escravos negros. Isso pode ter prejudicado a formação de laços espirituais com outros cativos por meio do batismo, pois não havia uma vasta opção de escolhas para padrinhos e madrinhas entre os cativos.

Entre 1710 e 1740 ocorreram 953 batismos; desse universo, 244 eram registros de escravos. Quando comparado com os primeiros 30 anos, percebe-se o crescimento no batismo de escravos, mas a quantidade de madrinhas escravas ainda continuou diminuta. Foram 43 madrinhas escravas e 209 livres; o crescimento do total de madrinhas para 252 foi resultado do aumento da população. Dentro desse recorte temporal, percebeu-se que nenhuma madrinha escrava amadrinhou mais de duas crianças cativas.

A quantidade de escravos apadrinhando também continuou diminuta, mas David, escravo do reverendo José Pinheiro Machado, foi padrinho de três crianças escravas. Ele constitui o único exemplo de um homem escravo com três afilhados escravos, sendo considerado um padrinho preferencial. Percebe-se que David pertencia a um senhor que detinha um status social elevado na sociedade curitibana, exercendo um cargo de considerável influência. Por isso, supomos que o fato de David pertencer a um homem importante tenha influenciado em sua escolha pelas famílias.

Entre 1710 e 1740 o padrinho preferencial foi Guilherme Nogueira dos Passos, um homem forro que tinha sido escravo, mas conseguiu a alforria. Observamos que, nesse recorte temporal, continuou a preferência por sujeitos livres para serem padrinhos e madrinhas de crianças escravas.

Entre 1740 e 1770 e deste ano até 1800, percebe-se que o padrão de escolha permanece, mas aumentou a escolha por escravos para pais espirituais de crianças cativas. Isso provavelmente deve-se ao crescimento do número de escravos na Vila de Curitiba, devido ao tráfico interno, o que aumentou o leque de opções à disposição dos cativos.

Resumidamente, percebeu-se, durante esses 120 anos, a predominância de padrinhos livres, que pertenciam à categoria que podemos classificar como *homens bons*. Este termo designava, na América Portuguesa, aqueles homens que detinham boas condições materiais, como um fogo grande, ou cargos, como, por exemplo, o de Capitão-Mor. Essas eram características que diferenciavam os sujeitos da elite e que estão recorrentemente presentes nos padrinhos livres de crianças cativas, homens que normalmente possuíam o título de capitão, participavam da Câmara da Vila ou detinham algum cargo importante. Outra característica verificada entre os pais espirituais cativos era que eles pertenciam a fogos médios ou grandes. Esta característica seria um diferencial, o que reforça a idéia de que a escolha de pais espirituais entre os cativos seria estratégica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mateus Rezende. Compadrio, mobilidade social e redes sociais: a trajetória de uma família entre a escravidão e a liberdade (Minas Gerais, 1797-1828). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 33-52, 2019.

ANDREAZZA, Maria Luiza. Categorias sociais e espaciais produzidas pelo recenseamento de homens de Curitiba de 1765. **Anais**. p. 1-16, 2016. Disponível em: <https://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1783/1742>

ARAÚJO, Danielle Regina Wobeto de. **Um “Cartório de Feiticeiras”**: direito e feitiçaria na Vila de Curitiba (1750-1777). Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-ANPUH. **Anais**. São Paulo, 2011.

BRITO, Fernanda Nascimento de. **Uma visão aproximada**: a família escrava em São José dos Pinhais no final do século XVIII. 2018. 44 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

BRIGHENTE, Lilian Ferraresi. **Entre a liberdade e a administração particular**: A condição jurídica do indígena na vila de Curitiba (1700-1750). Dissertação (Mestrado) - UFPR, Curitiba, 2012.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio e escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, p. 1-21, 2004.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**: família e sociedade, São João del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.

BURMESTER, A. M. O. A nupcialidade em Curitiba no século XVIII. **História: Questões e Debates**, Curitiba, Ano 2, n. 2, p. 63-68, jun. 1981.n

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII (1751-1800) segundo os registros paroquiais**. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 1974.

CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas histórico do Paraná**. Indústria Gráfica Projeto, 1981.

CARVALHO, Diogo Neves de. **Quem seria a elite de São José dos Pinhais?** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CAVAZZANI, André Luiz. Brasil Colônia: o abandono de crianças. **Revista Vernáculo**, v. 1, n. 2, 2000.

CHAGAS, Paula Roberta. **Usos do cotidiano do parentesco espiritual**: Curitiba na transição do século XVII para o XVIII. Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2010.

DANTAS, Mariana LR. Mulheres e Mães Negras: mobilidade social e estratégias sucessórias em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. **Almanack**, p. 88-104, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/nmWW5GMKgDQhTwLx8T7WNkP/abstract/?lang=pt>

FELIX, Letícia Coelho. **Família e os filhos naturais no Brasil colônia**: análise da sociedade de Paty do Alferes no período de 1771-1795. Monografia (Graduação) - Universidade de Brasília, 2013.

FERNANDES, Juliana Panchiniak. **As mulheres na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, 1776-1816**. 2022.

FRAGOSO, João. Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Brasil colonial: 1720-1821**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo Garcia. Um mercado dominado por bandos: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista. In: **Escritos sobre História e Educação**: Homenagem a Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial: 1720-1821**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREITAS, Denize Terezinha Leal; DA SILVA, Jonathan Fachini. Dona Anna Marques de Sampaio: uma mulher de família, da Igreja, dona de escravos e proprietária de terras na Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre (finais do XVIII e meados do XIX). **Letras**, 2007.

GIL, Tiago Luís. **Coisas do caminho**: crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780-1810). 2020.

GIL, Tiago. **Como se faz um banco de dados (em história)**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015.

GIL, Tiago. Geografia política e mobilidade na América Lusa (São José dos Pinhais, 1770-1800). In: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. **História Social em Registros Paroquiais**: Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2016.

GIL, Tiago Luís; BARLETA, Leonardo. Formas alternativas de visualização de dados na área de História: algumas notas de pesquisa. **Revista de História (São Paulo)**, n. 173, p. 427-455, 2015.

GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. São Paulo: Unesp, 2017.

GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra**: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802. Dissertação (Mestrado em História) - PPG-História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo**: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João. **História social em registros paroquiais**: Sul-sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2016.

GUTIÉRREZ, Horácio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. **Revista Brasileira de História**, v. 8, n. 16, p. 161-188, 1988.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado em História Social) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

INSSA, Maria Helena Cordeiro. **Os louros de Lourenço**: Genealogia e vida do Dr. Lourenço Ribeiro de Andrade (1724-1799). Monografia (Graduação em História) - UFPR, Curitiba, 2000.

KANTOR, Iris; GONÇALVES, Andrea Lisly. **O trabalho em Minas Colonial**. São Paulo: Atual, 1996.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

KUBO, Elvira Mari. **Aspectos demográficos de Curitiba**: 1801-1850. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LICCARDO, Antonio; SOBANSKI II, Arnoldo; CHODUR, Nelson Luiz. O Paraná na história da mineração no Brasil do século XVII. **Boletim Paranaense de Geociências**, v. 54, 2004.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Espasmo e estagnação: um século de escravidão em Curitiba (1765-1862). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 13, p. 1-21, 2021.

LIMA, C. A. M. Invernos cruentos: nota sobre a morbidade entre escravos e administrados a partir de movimentos sazonais e crises de mortalidade (Curitiba, 1732-1801). **Revista de História Regional**, v. 20, n. 1, 2015.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: Edusp, 2006.

LUNA, Francisco Vidal; DA COSTA, Iraci del Nero. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 210-221, 1983.

LUNARDI, Isadora Talita Diehl. Bandeirantismo e cativo indígena em Curitiba e nos Campos de Viamão (1730-1780). 7º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. **Anais**. 2015.

MACHADO, Cacilda. A inserção social de negros, índios e bastardos a partir de registros de óbitos (Planalto Paranaense na primeira metade do século XVIII). **Revista de História Regional**, 2010.

MACHADO, Cacilda. **Mobilidade e diferenciação social em comunidades de escravos e negros livres**: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais, Paraná, Brasil passagem do século XVIII para o XIX. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds*, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/23812>

MACHADO, Cacilda da Silva. **A trama das vontades**: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. **Varia História**, v. 31, 2004.

MARQUES, Rachel dos Santos. **Para além dos extremos**: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776-c. 1800). Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2016.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos CEBRAP**, 2006.

MICHELI, Marco Volpini. **A capitania de São Paulo no Império Português**: políticas econômicas, produção açucareira e o novo padrão de colonização. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347766342_A_capitania_de_Sao_Paulo_no_Imperio_Portugues_politicas_economicas_producao_acucareira_e_o_novo_padrao_de_colonizacao

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAES, Airton de; ROCHA, Rita de Cássia Galdin. Historiografia e a escravidão africana no Paraná: alguns apontamentos. **História & Ensino**, v. 10, p. 127-144, 2004.

MUEHLBERGER, Guenter et al. Transforming scholarship in the archives through handwritten text recognition: Transkribus as a case study. **Journal of documentation**, 2019.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2015. (Demographicas, 1).

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná**: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **A " Nobreza da Terra" nas vilas de Paranaguá, Curitiba e São Francisco do Sul**. CONGRESSO INTERNACIONAL PEQUENA NOBREZA NOS IMPÉRIOS IBÉRICOS DE ANTIGO REGIME, Lisboa, 2011.

OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. Filhos naturais e elites das senzalas: Compadrios e hierarquias sociais em freguesia rural do Rio de Janeiro (1691-1721). **Revista 7 Mares**, v. 7, p. 59-76, 2014.

OLIVEIRA MALAQUIAS, Carlos de. **Remediados senhores**: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c. 1790 - c. 1844. 2014. p. 209. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9UQRMA>

PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face**: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial. 1999.

PIMENTA, Ane Caroline Câmara; DE VARGAS SODRÉ, Elaine Leonara. A escravidão no Arraial do Tejuco (1731-1733): ensaio acerca da dinâmica social e hierarquização, sob a ótica dos registros batismais. **História em Revista**, v. 24, n. 2, 2018.

PINHEIRO, Amanda do Couto e Silva. **O espírito dos negócios**: instituições, autoridade e estratégia discursiva em cartas mercantis entre Curitiba e o Rio de Janeiro (1770-1800). 2022. 181 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PORTELA, Bruna Marina. **Gentio da terra, gentio da Guiné**: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese (Doutorado) - UFPR, Curitiba, 2014.

RAUBER KNORST, P. A. (2012). Repensando alguns traços históricos de Santa Catarina. **Unoesc & Ciência - ACHS**, 2(2), 198–205.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-1.pdf

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Trad. Jussara Simões. Bauru: Edusc, 2001.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **História: Questões & Debates**, v. 51, n. 2, 2009.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. NACAOB: una opción informatizada para historiadores de la familia. **Poblaciones históricas**: fuentes, métodos y líneas de investigación, v. 1, p. 171-85, 2009.

SILVA, Gian Carlo de Melo. Os filhos da escravidão e o primeiro sacramento: batismo, compadrio e sociedade escravista na freguesia de Santo Antônio do Recife, Capitania de Pernambuco, no fim do século XVIII. **História**, São Paulo, v. 37, 2018.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: Unesp, 2005.

SIRTORI, Bruna. **Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia**: hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784). Dissertação (Mestrado) - PPGHIS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: as esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOKULSKI, Marcos. Administrado, Gentio, Índio, Carijó: a presença indígena nas fontes administrativas e eclesiásticas. III CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO - ALAP. **Anais**. 2008.

STANCZYK FILHO, Milton. **À luz do cabedal**: acumular e transmitir bens nos sertões de Curitiba (1695–1805). Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 2005.

STANCZYK FILHO, Milton. **"Para que minha vida não corra em debalde"**:(des)venturas familiares e suas estratégias de bem viver nos sertões meridionais paulistas (Curitiba, séculos XVII e XVIII). Tese - (Doutorado) - São Paulo, Universidade de São Paulo, 2022.

UBERTI, Hermes. Os Alves da Conceição e as muitas faces do compadrio. **Revista Latino-Americana de História**, v. 4, n. 13, p. 88-108, 2015.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, 2011.

WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva P.; MACHADO, B.P. **História do Paraná**. v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969.